



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV SUP. B AO Nº 28, QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2020

ATAS DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodase



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Ata da 5ª Reunião, realizada em 18 de fevereiro de 2020	4
Ata da 6ª Reunião, realizada em 3 de março de 2020	72





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quinze minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Leila Barros, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Rodrigo Cunha, Telmário Mota, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Kajuru e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em quatro partes: **1ª Parte - Oitiva (Plano de Trabalho) - Rodrigo Ernesto de Andrade.** **Finalidade:** Oitiva de RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE, sócio proprietário da Off Side Logística Esportiva, apontada como suposta intermediária na aproximação da LaMia com as entidades organizadoras do futebol brasileiro e sulamericano, conforme Plano de Trabalho. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva (Requerimento nº 2/2020) - Reynaldo Buzzoni.** **Finalidade:** Oitiva de REYNALDO BUZZONI, Diretor de Registro da Confederação Brasileira de Futebol, conforme Requerimento nº 2/2020. Oitiva do Reynaldo Buzzoni, em atendimento ao requerimento 2/2020. **Resultado:** Oitiva realizada. **3ª Parte - Audiência Pública Interativa - Walter Feldman e Marcelo Aro.** **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo de compreender possíveis relações de indicação ou atesto da empresa aérea LaMia por parte das entidades do futebol, além de outras informações sobre os fatos em exame. **Participantes:** Walter Feldman, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol. Marcelo Aro, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Futebol. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **4ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2020** que : "Convoca Patricia Viviana Mirabal Fanola, executiva da APS, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2020** que : "Convoca Nelson Atilio Martinic Vásquez, Diretor de Seguros da APS, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2020** que : "Convoca Jorge Londoño Pinto, representante do grupo Estratégica, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2020** que : "Convoca Maria Daniela, representante do Grupo Estratégica, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/18>

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal (Requerimento nº 994, de 2019) destinada a apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Chapecoense, assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelo qual os familiares ainda não receberam suas devidas indenizações.

A presente reunião tem como objetivo promover a oitiva de Rodrigo Ernesto de Andrade, sócio proprietário da Off Side Logística Esportiva, apontada como suposta intermediária na aproximação da LaMia com as entidades organizadoras do futebol brasileiro e sul-americano.

Depois vamos ouvir também o Sr. Reynaldo Buzzoni, Diretor de Registro da Confederação Brasileira de Futebol. Ainda teremos depois, na audiência pública, como convidados: o Sr. Walter Feldman, Deputado Federal, nosso conhecido há muito tempo, que é Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol; e o Sr. Marcelo Aro, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Brasileira de Futebol, também Deputado Federal.

Convido, então, o Sr. Rodrigo Ernesto de Andrade a se sentar aqui. *(Pausa.)*

Além das convocações e convites mencionados, foi realizado, em linha com o disposto no plano de trabalho, convite à Confederação Sul-Americana de Futebol, Conmebol, sediada na cidade de Luque, no Paraguai. Esse convite, formalizado por meio do Ofício 14/2020, endereçado ao Sr. Alejandro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Domínguez, Presidente da Conmebol, foi encaminhado em *e-mail* designado pela Conmebol e acompanhado por contato telefônico realizado pela Secretaria.

Ainda houve solicitação para a Confederação Brasileira de Futebol, que conta com um representante do Conselho da Conmebol, reiterando o convite realizado para que fosse indicado ao menos um representante nesta audiência pública. Contudo, até o presente momento, a Comissão não recebeu qualquer resposta da Conmebol.

Ainda com as cautelas legais, foi convocado para a presente reunião o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Rogério Caboclo, conforme Requerimento nº 1/2019, por meio de Ofício 16/2020. Houve resposta a esta convocação pela CBF, por meio do Ofício 530, endereçado à Presidência do Senado Federal e posteriormente remetido à CPI, e do Ofício nº 560. Esses ofícios foram registrados como Documentos 6 e 7 desta Comissão.

Nos referenciados expedientes, em apertada síntese, a CBF manifestou a impossibilidade do comparecimento do Sr. Rogério Caboclo, elencando alguns eventos a serem realizados na presente data, e solicitou a dispensa de seu depoimento. Além disso, mencionou ações que teriam sido adotadas pela instituição sobre os fatos investigados e informou que o Secretário-Geral seria a pessoa mais adequada para a presente audiência, porque acompanha os fatos investigados desde o início, como defendeu – abro aspas: "não [...] [há] argumento válido [...] [para] justificar a convocação do Presidente Rogério Caboclo para depor como testemunha, a respeito de fatos que ele desconhece".

Muito bem. Eu, Srs. Deputados, Sr. Relator, acho que, com a presença do Sr. Walter Feldman e do outro representante das relações institucionais, em princípio, da minha parte, ouvindo os Srs. Senadores, podemos prosseguir. Se for necessário, a gente volta à convocação dele. Nós sabemos que ele não sabia, mas ele podia ter vindo dizer aqui que não sabia nada. Ele podia vir aqui e dizer que não sabia nada. Então, em princípio, acho que até por respeito às pessoas que vieram, vamos tomar todos... Vamos fazer a audiência pública, vamos tomar os depoimentos. E depois, se necessário e se a Comissão entender que a gente precisa ter a presença dele aqui, a gente o convoca, e ele tem que vir, porque não é assim; não é simplesmente "não sei de nada". Se ele não sabe de nada, ele tem que vir dizer aqui.

Muito bem. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu concordo plenamente, até porque, quando fizemos o plano de trabalho, eu disse, inclusive, que o objetivo principal desta CPI era realmente chegar a um bom entendimento; que a gente possa realmente identificar os culpados e por que não foram feitas as indenizações. Por isso que coloquei no plano de trabalho o Secretário-Geral, que era o que estava na época. O Presidente assumiu após esse acidente, mas já está convocado. Lá na frente, se necessário, a gente então faz uma nova comunicação, mas o requerimento já está aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu cumprimento a todos.

Esta audiência pública da CPI da Chape tem duas finalidades aqui: primeiro, compreender as possíveis relações de indicação ou atesto da empresa aérea LaMia por parte das entidades de futebol, além de outras informações sobre os fatos em exame; e, segundo ponto, compreender as possíveis relações de indicação ou atesto da empresa aérea LaMia por parte das entidades ligadas ao futebol.

Para tanto, nós convidamos e convocamos aqui para o depoimento de hoje o Secretário-Geral da CBF, Walter Feldman, da CBF; o Marcelo Aro, que é nosso colega Deputado Federal – o Walter também foi Deputado Federal conosco aqui, o Marcelo também –, Diretor de Relações Institucionais, que veio a convite; e o Reynaldo Buzzoni, que é o Diretor de Registro também da CBF, que vai, daqui a pouco, também ter oportunidade de falar; e o Rodrigo Ernesto de Andrade Rego, que é Sócio Proprietário da empresa Off Side Logística Esportiva Ltda., empresa essa que participou do processo de contratação da LaMia pela Chapecoense.

É importante ressaltar, como já disse o Presidente: então, o Presidente está convocado, mas, lá na frente, se houver necessidade, a gente novamente contacta a CBF. E o Sr. Alejandro Domínguez, que é da Conmebol, que também não compareceu, foi convidado, mas, se os membros da CBF, os convidados puderam também esclarecer, porque devem conhecer qual é o procedimento com relação a Conmebol, podem também nos ajudar nessas informações.

Então, feito esse registro, já agradecendo antecipadamente a colaboração dos depoentes do dia de hoje, eu passo aqui às minhas indagações.

Por favor, coloque o eslaide três.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Relator, só para esclarecer, para a oitiva desta audiência, são convidados ou convocados para expor em dez minutos, o tempo para uso da palavra, depois, as indagações do Relator e depois as dos membros previamente inscritos.

Então, V. Exa. já está com a palavra para fazer as interrogações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por favor, o eslaide nº 3. *(Pausa.)*

Bem, constam dos autos da CPI da Chapecoense alguns dados cadastrais da empresa Off Side Logística Esportiva Ltda. obtidos por meio de consultas em fontes abertas, a saber: nome empresarial, Off Side Logística Esportiva Ltda., há aí o CNPJ; a data de abertura, 2014, seis anos atrás; a atividade, produção e promoção de eventos esportivos; Barra da Tijuca, Rio de Janeiro é o endereço; o *e-mail*; o telefone; o capital, R\$10 mil; e o quadro societário, Rodrigo Ernesto de Andrade Rego, Sócio Administrador, e Judite da Costa Flor, Sócio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já pergunto aqui ao Sr. Rodrigo: Sr. Rodrigo, uma vez que a atividade da sua empresa passa necessariamente pelo atendimento de times, comissões e clubes esportivos, além de patrocinadores, para que clube de futebol nacional ou estrangeiro a sua empresa já prestou serviços? Para essas empresas, para time de futebol.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Bom dia a todos!

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Logo quando foi citado o nome da minha empresa e o meu nome nas Comissões anteriores, eu tomei a proatividade de fazer um contato, através de *e-mail*, para os Senadores – e o Secretário Leandro prontamente me respondeu – me colocando à disposição.

A nossa empresa...

Eu posso fazer o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Eu posso fazer os dez minutos agora? Eu acho que vai ser...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim, eu acho que passa por aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pode passar, pode fazer a apresentação primeiro, sem problemas.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Então, eu me coloquei à disposição para vir aqui antecipadamente e estou aqui para poder contribuir com vocês nesta importante Comissão.

E, antes de mais nada, me coloco à disposição para falar a verdade. Está o.k.?

Então, a empresa Off Side Logística Esportiva é de 2014 – mas desde 2012 eu tinha uma outra empresa, que era a Off Side Assessoria Esportiva – e é uma empresa que trabalha com logística esportiva. Então, é importante esclarecer para todos aqui o conceito de logística esportiva.

Dentro da logística esportiva podemos dizer que temos duas vertentes: a logística aérea e a logística terrestre. A nossa empresa, desde o início – desde a primeira, a Off Side Assessoria, e depois a Off Side Logística – até o dia de hoje, a gente nunca participou da parte da logística aérea de nenhum clube. Todos os clubes, desde que nós começamos... Eu comecei isso, a empresa é minha, fundador, e Judite é minha esposa. Desde 2002 a gente sempre se prestou à logística terrestre. O que significa isso? – acho importante esclarecer, para poder haver esse entendimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada clube, desde a fundação da empresa, sempre teve a sua agência de viagem, e a nossa empresa nunca participou de parte aérea de nenhum clube. Nós trabalhamos exclusivamente com clubes de futebol. Da logística terrestre ou da logística receptiva – como é chamada a nossa *expertise* –, como é o funcionamento? O clube tem um jogo, e a nossa empresa planeja a execução de todo o passo a passo do clube, a partir do momento em que ele chega à cidade até a hora em que ele vai sair. Então, para todos os nossos clientes, nós fazemos exatamente a mesma coisa, dentro do Brasil ou fora do Brasil, desde a escolha do hotel mais próximo ao estádio, o local de treinamento, providências locais, relacionamento com o clube adversário, relacionamento com autoridades locais. Então, o nosso trabalho sempre foi nessa parte de receptivo, e assim a minha empresa também é conhecida dentro do mercado do futebol, com bastante êxito.

A gente tem uma base no Rio de Janeiro, onde nós começamos, desde 2002, atendendo todos os clubes visitantes no Rio, com a parte de receptivo – repetindo. E, então, aí nós tivemos o primeiro contato com a Chapecoense, no ano de 2012. A Chapecoense, nessa época, estava na Série C do Campeonato Brasileiro e tinha um jogo frente ao Duque de Caxias. Então, o Sr. Emerson Di Domenico – que vou passar a chamar de Chinho, que é o apelido do supervisor – fez um contato comigo pedindo um serviço para esse jogo da Série C, em 2012. Atendi prontamente, fizemos o serviço. Voltamos a ter contato com o clube em 2014, quando o clube sobe para a primeira divisão. Automaticamente eles têm quatro jogos no Rio, e atendemos o clube nos quatro jogos, e sempre com a parte de receptivo, que é: onde vai treinar, onde vai concentrar, o passo a passo do clube desde que chega até a hora em que sai da cidade.

Pois bem, vale ressaltar que a nossa empresa trabalha exclusivamente para clubes de futebol e, dentro disso, para o departamento de futebol dos clubes – é quem nos contrata. Nós falamos somente com o supervisor de futebol, dentro da estrutura dos clubes – isso com todos os clubes. E nós não temos nenhum tipo de relação com a CBF. A CBF nunca teve relação comercial conosco. Também a Conmebol: nunca tivemos nenhum tipo de relação comercial. Federação local, nada. Nós trabalhamos e vivemos dos clubes e para os clubes, e sempre na logística terrestre e receptivo.

Então, já falamos sobre o encontro com a Chapecoense. A Chapecoense permaneceu na Série A de 2015, novamente com quatro jogos no Rio de Janeiro. Atendemos o clube novamente as quatro vezes, com êxito, e foi se criando uma relação de confiança entre as partes. E, em 2015, eu me recordo bem de que eles foram à Copa Sul-Americana, tiveram um jogo com o Libertad. Atendemos lá no Paraguai com toda a parte de receptivo. Depois jogaram contra o River Plate, em 2015, e também atendemos com toda a parte de receptivo, com a relação clube com clube, em que a gente investe muito. Principalmente no exterior, quando o clube é brasileiro, existe uma dificuldade com o idioma. Então, a nossa empresa toma... Uma das funções nossas é a relação com o time adversário, com autoridades locais. As cartas de responsabilidade somos nós quem fazemos. Então, os clubes têm isso à disposição com a gente também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2016, começamos a fazer, além dos jogos no Rio de Janeiro da Chapecoense, que é a nossa base, alguns jogos fora do Rio de Janeiro também... Fora de Chapecó, desculpa, deles... Até que chegou a Copa Sul-Americana de 2016. Eles jogaram contra o Cuiabá, fizemos; jogaram contra o Independiente na Argentina, fizemos, sempre com o receptivo. E se classificaram para as quartas de final contra o Junior Barranquilla, o jogo na Colômbia.

Então, observando as sessões anteriores, eu percebi que foi citada uma questão de um grupo de WhatsApp, uma questão de *e-mails*... A minha preocupação maior de vir até aqui hoje era para poder... Primeiro, que todos entendam o que a empresa faz, o que é a logística receptiva, o que é logística aérea, e como se chegou nesse grupo.

Eles foram classificados com o Junior Barranquilla e tinham uma viagem para Barranquilla em outubro. Então, no dia 4 de outubro, eu recebo um contato do Emerson Di Domenico, o Chinho, pedindo a minha autorização, porque eles estavam em vias de fechar com uma empresa aérea estrangeira, e o clube queria que eu entrasse nessa tratativa pelo fato do idioma, principalmente. Volto a repetir: a gente nunca participou de nada de aéreo do clube. prontamente me coloquei à disposição. Isso no dia 5 de outubro; eu recebo um *e-mail* – copiado no *e-mail*, o clube, o supervisor e outras pessoas do clube –, um *e-mail* para LaMia, para a Sra. Loredana, e o clube apresentando a minha pessoa, Rodrigo Ernesto, como agente receptivo do clube e que, a partir daquele momento, iria ajudar nas tratativas, principalmente pelo espanhol.

Automaticamente eu respondo esse *e-mail* para todos, já em espanhol, porque eu tenho fluência no idioma tanto na escrita como na fala. Respondo o *e-mail* a todos, me colocando à disposição. A Sra. Loredana então, naquele momento, responde que era bom que tivesse uma pessoa falando espanhol. Todos esses *e-mails*... Deixo bem claro que esses *e-mails* são *e-mails* que o clube tem, porque os *e-mails* copiados ainda existem – jurídico@, financeiro@. Infelizmente o do Chinho deve ter o clube, mas ele já não está mais entre nós. Eu pude perceber que por esse *e-mail* que eles me encaminharam, em que me colocaram na tratativa, eles já vinham entre eles trocando *e-mails* sobre essa viagem a Barranquilla; já existia de fato, no que o Chinho me colocou, uma negociação entre eles avançada. E eles me pediram para entrar na parte do espanhol.

Entrei, e as conversas foram fluindo nos *e-mails* sempre com todo mundo copiado para todo mundo. Eu falava em português, o Chinho me pedia: "Rodrigo, pergunta sobre isso". Eu perguntava em espanhol, copiando a todo mundo do clube, ela respondia. Isso dia 5. O dia 6 foi passando, os *e-mails* foram trocados. Lá para o dia 7, o clube pergunta se eu posso tentar fazer uma teleconferência, porque essa viagem a Barranquilla seria uma semana depois. Se não me engano no dia 16 teriam um jogo em Belo Horizonte e, de lá, eles iriam para Barranquilla. Isso já era dia 7, sexta-feira anterior, e o clube não tinha nem como voar até aquele momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi feito um *e-mail*, eu fiz um *e-mail* para todo mundo, indicando o número do telefone fixo para que todos poderiam ligar naquele momento. Acho que eram 9h da manhã do dia 8, num sábado, eu me recordo bem. A LaMia também foi... Todos copiados, do clube, e, nesse dia, a gente fez uma teleconferência. Todos ligaram para o mesmo número. De um lado, estava, nesse caso, a Loredana...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – ... e o Ricardo Albacete, e, do outro lado, estavam lá no clube várias pessoas do clube, várias, e eu me recordo bem: o Mauro, o Maurinho; o Chinho, que é o meu interlocutor principal; o Décio, do financeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Enfim, foi feita essa teleconferência, onde o clube colocou várias dúvidas. A pessoa do jurídico falou, e eu traduzia. E, durante isso, o clube também perguntou muito sobre a parte da operação, da viagem, da alimentação. Enfim, foram criando mais elementos para eles fecharem. E uma das coisas que ficou decidida nessa teleconferência foi a criação de um grupo de WhatsApp. Por quê? Para poder acelerar o processo, já que já ia entrar a semana da viagem. Eles tinham cinco dias úteis. Terminada a conferência, a própria Loredana mandou um *e-mail* para todo mundo, informando os telefones celulares deles, do Ricardo Albacete. E é criado esse grupo. Quem está no grupo? As pessoas da Chapecoense, eu e, do outro lado, as pessoas da LaMia. Todos eram administradores. Esse grupo passou a ser uma maneira mais rápida de comunicação para essa viagem de Barranquilla. E, durante a semana, eles continuaram as tratativas via *e-mail*. O contrato e os *e-mails* eram copiados para mim, *invoice*, pagamentos, enfim.

Chegando a quinta-feira anterior, com a viagem para Belo Horizonte – e, logo em seguida, seria a de Barranquilla –, começou aquela movimentação no grupo, porque não teria a autorização da Anac o avião para pousar no Brasil. Então, nesse dia – se não me engano, na quinta ou na sexta –, o clube colocou no grupo o Prefeito Luciano, que, nesse momento, eu não conhecia. Por quê? Porque o Prefeito é uma pessoa que é um líder da cidade. Enfim, ele poderia tentar ver o que estava passando nesse aval, nessa autorização. Lembro, inclusive, que o clube fez uma carta informando que tinha tentado ver outras formas de sair do País, que não tinha encontrado voos comerciais e que, por isso, pediu essa companhia estrangeira. Foi passada essa carta para a LaMia, e a LaMia deve ter passado para a Anac.

Enfim, chegando, na viagem de Belo Horizonte... Eu já estava de avançado em Barranquilla, porque nosso método de trabalho é sempre o de mandar uma pessoa na frente – isso é feito com todos os clubes. Eu já estava em Barranquilla. O nosso outro pessoal estava atendendo o clube em Belo Horizonte. E se chegou à conclusão de que não teria a autorização da Anac. Então, a própria LaMia criou uma maneira de o clube chegar até a fronteira. Eles fretaram o avião, mandaram um *e-mail* para o clube, me copiando, dizendo que teria que ir à Pampulha para procurar uma empresa tal brasileira, para levar até Corumbá, se não me engano, e que, de lá, teria um hotel e um ônibus, tudo providenciado por eles, em *e-*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mail. Repetindo, todos esses *e-mails* o clube tem, as pessoas todas têm e nós também temos. E coloco à disposição.

O clube acabou voando para Barranquilla. Foi o que todos já falaram aqui. Acho que o Neto até falou que voou de porta aberta. Essa foi uma providência da LaMia. Numa companhia aérea, quando eles provocam a perda do seu voo, eles têm que colocar à sua disposição algumas coisas. Eles criaram essa situação toda.

Eu recebi o clube em Barranquilla. Chegaram com bastante atraso. Mas as coisas que estavam planejadas da logística terrestre foram feitas. Treinamento, troca de ingresso com o time, tudo isso a gente estava fazendo. O jogo teve, normal. Eles voltaram um dia depois do jogo no horário programado pela LaMia. Foram até, se não me engano, Foz do Iguaçu e de lá pegaram o voo para Chapecó. Chegaram no horário. E essa volta foi uma volta que eles consideraram muito boa. Enfim, a partir desse momento o clube já não me pede mais nada com respeito a essa parte de ajuda com a LaMia, porque aquele evento terminou ali.

Depois disso, o jogo na outra semana foi jogado em casa, classificou para a semifinal contra o San Lorenzo. Nós fizemos toda a logística com o San Lorenzo lá, receptivo. Não me pediram nada de parte aérea, como nunca tinham me pedido, nem ajuda, nem nada. Fizemos, jogamos, se não me engano, contra o Corinthians, e depois eles jogaram o jogo da volta contra o San Lorenzo. Classificaram numa quarta-feira, tiveram que esperar o ganhador da quinta-feira, isso já em novembro, final de novembro. E o clube naquele momento não informou nada de *e-mail*. Todos os *e-mails*, a partir do dia que terminou Barranquilla até essa data, são *e-mails* de trabalho nossos, eu e o supervisor, sobre a logística terrestre dos jogos que teve para a frente.

Na quinta-feira de noite classificou o Nacional de Medellín; na sexta-feira, o Emerson, o Chinho, me fala: "Rodrigo, a gente vai de LaMia, mas eu não sei nada por enquanto de plano de voo, como é que vai ser". Porque eles estavam para jogar primeiro contra o Palmeiras, certo? Eu fui para Medellín normalmente, antecipadamente a eles. Na madrugada do sábado – a viagem seria na segunda –, na madrugada do sábado, 3h da manhã, o Emerson, o Chinho, me manda um *e-mail* informando toda a logística feita, aérea, programação, *rooming list* de quem iria, normal. E a gente recebe isso, estamos lá esperando o clube. E como todos sabem, o avião acabou não chegando nunca, e nesse momento só existiam dois brasileiros lá, que éramos eu e uma pessoa que trabalha, que presta serviços comigo, e a gente acabou sendo os responsáveis ali por tocar as coisas, o que não era nunca esperado por nós. Não era nosso trabalho, não era nossa função, mas éramos nós que estávamos lá.

Então, eu particularmente recebi os sobreviventes todos no hospital, mas é uma situação que, se vocês quiserem aprofundar depois, sem nenhum problema. Fiz todos, junto com o Dr. Marcelo Zolet, do clube... O advogado do clube, o Prefeito e os médicos chegaram somente na quarta-feira. O acidente foi na segunda-feira. Eu e a pessoa que estava comigo seguramos aquela barra toda na terça-feira. Eles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram na quarta-feira de manhã, dividimos funções, eu fiquei com a parte dos falecidos, junto com o advogado do clube, com todos os certificados de óbito. A pessoa que trabalha comigo ficou com os sobreviventes. Enfim, fiquei até terminar o último certificado de óbito e voltei no jatinho da FAB até Chapecó.

Importante dizer que o clube, desde 2012, é nosso cliente, e foi aumentando o número de serviços a partir de 2015, 2016, e é cliente nosso até hoje. Desde a data, depois de 2016, nós passamos a fazer, em 2017, todos os jogos do clube, independentemente de ser fora de Chapecó, de ser no Rio ou no exterior. Fizemos todos os jogos ao redor do mundo do clube, sempre com a logística receptiva, e é cliente nosso até hoje. Inclusive amanhã joga no Rio de Janeiro um jogo importante da Copa do Brasil.

Então, eu acho que é uma explanação... Desculpem se eu passei o tempo. Acho que era importante primeiro esclarecer o que a minha empresa faz, sempre fez, e me coloco à disposição também de todos para perguntas, e enfim...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Agradeço ao Sr. Rodrigo.

Senador Izalci, V. Exa. continua com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, acho que a sua exposição vai também resumir muito aqui o meu trabalho, já que muita coisa que eu ia perguntar V. Sa. já respondeu. Mas eu pergunto imediatamente: V. Sa. teria as mensagens desse grupo disponíveis, para disponibilizar para a CPI?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... as mensagens, porque eu tenho o grupo, eu não tenho as mensagens.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – O grupo existiu para o jogo de Barranquilla. Esse grupo existiu. Nós estamos em 2020. Esse evento foi em 2016...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não está na nuvem, lá, cópia disso?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não. Imagine a quantidade de grupos que eu crio, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu sei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – A gente tem um volume grande de clientes hoje, temos quase dez funcionários, temos jogos em todos os lados ao mesmo tempo, e para cada jogo a gente cria um grupo com hotel, cria um grupo com autoridade local, cria um grupo com o próprio clube, que fica permanente. É uma quantidade muito grande, e eu nunca imaginei que esse grupo seria solicitado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Então, eu não tenho, mas se tiverem o grupo, eu posso ajudar a esclarecer sem nenhum problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

Só para reforçar então, acho que V. Sa. já respondeu a quase tudo, mas só para ficar registrado aqui, a sua empresa, então, nunca teve nenhum contrato comercial nem com a Connebol nem com CBF?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Negativo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sempre foi direto com os clubes?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Conheço as pessoas sim, conheço as pessoas. Hoje nós somos uma referência em logística terrestre, com *expertise* reconhecida. Conhecemos, temos contato com as pessoas, mas nunca tivemos nenhum tipo de relação comercial, nenhum...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Algum patrocinador de futebol brasileiro ou sul-americano tem ou já teve contrato comercial com a sua empresa?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não. A gente trabalha especificamente com o departamento de futebol dos clubes, profissional, ainda por cima. Não fazemos base, não fazemos nada. Basicamente clubes da Série A.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. já prestou algum serviço para o Estado ou para o Município do Rio de Janeiro por conta da Copa ou das Olimpíadas?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não. Não participei de Copa, de Olimpíadas. Como nosso foco é clube de futebol, é um período em que a gente fica *off*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Off Side assessoria esportiva de eventos, V. Sa. poderia responder... Bem, é a mesma empresa, as duas empresas?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – É porque, na verdade, eu comecei com uma...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor está respondendo pelas duas empresas?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim. Eu comecei com uma e, no meio do caminho, troquei, por causa da questão do Simples tributário, mas eu sou proprietário das duas, mas uma já não existe mais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então o que você falou para uma vale para as duas?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, o eslaide quatro trata da outra empresa. Então, fala aqui da logística, exatamente do que V. Sa. colocou: na América do Sul, sobre a questão das competições sul-americanas, Libertadores, jogo normal. Acho que V. Sa. esclareceu bem.

Agora, no eslaide cinco, depois a gente bota no seis, aqui é com relação, você também mencionou, ao depoimento do ex-jogador Neto quando esteve aqui. O Neto relatou essa viagem, quando ele viajou na LaMia.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – No jogo do Barranquilla, justamente o de que eu participei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É.

Bem, pode passar. Pode passar.

Esses são os clubes que você...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim, esses clientes todos nossos. A gente... Todos esses clientes aí, a gente não tem nenhum deles... Nenhuma emissão de passagem. Nós não somos agência de viagem, e sempre respeitamos essa parte, cada clube cumpre a sua, porque não é um negócio que nos interessa, nunca foi o nosso *business*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É porque o ex-jogador Neto coloca aqui que aquela viagem, acho que V. Sa. falou sobre isso, que foi péssima a viagem...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim, foi horrível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... não é? Acho que até quase perderam lá em função... Aliás, perderam lá, não é?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Perderam de 1 a 0.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não tinham a mínima condição. Os carros, etc....

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim, isso foi na passagem de uma fronteira para a outra. Isso tudo foi providenciado pela LaMia. Esses *e-mails* aí têm, inclusive, PDFs da LaMia informando ao clube – não a mim, tá? –, informando ao clube. Eu não estava lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ah, sim.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Informando ao clube como é que eles tinham que proceder para ir para a Pampulha, procurar a quem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ele disse ainda: "Que loucura, a gente não pode mexer no celular porque está sendo abastecido". No próprio abastecimento também teve algum... Provavelmente estava...

Bem, ele disse aqui num momento:

A gente não pode mexer no celular, porque está sendo abastecido. Nem esperar... Era uma coisa horrível. E, quando atravessamos para o Brasil, o piloto sentou na nossa mesa. Eu, o falecido Gil, o Bruno Rangel e o Ananias. Sentamos com o piloto, e eu me lembro de ele falar coisas referentes a política, que tinha um parente dele que estava no Brasil, porque o Governo boliviano tinha alguma coisa contra um parente dele, não sei se era Deputado ou Senador, eu não sei o que era.

Muito provavelmente estava se referindo ao Senador boliviano Roger Pinto Molina, que era, de fato, sogro dele.

E aí falou também a posição aqui da Dhayane. A Dhayane disse: "Eu quero só um minutinho...". Ressalto que a Dhayane colocou e que a Senadora Leila também colocou aqui que a Chapecoense realizou duas viagens com a LaMia, sendo que, na primeira, foi de uma forma muito precária que eles conseguiram chegar ao avião. Acho que a primeira...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O Neto também confirmou isso aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Essa empresa de logística colocou, num primeiro momento, esse serviço de uma forma precária, e repetiu na segunda vez um serviço ainda mais precário.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, só para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas não é à toa.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, não, exatamente, isso aí foi... A LaMia... Toda essa troca de *e-mails*... Acho que o clube pode passar também, mas também passamos toda essa troca de *e-mails*... Nesse dia em que decide que não vai, a LaMia consegue esse fretamento, se não me engano da empresa Flyways, brasileira, lá da Pampulha, e ela dá toda a solução. Agora, como foi a solução lá... Não foi do jeito que eles falaram.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Entendi.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Entendeu? Então, eu não participei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A sua empresa não tem nada, não participou de nada disso.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, não. Eu já estava lá... Inclusive, nós despachamos eles no Aeroporto de Pampulha e estávamos esperando lá em Barranquilla.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Certo.

Bem, acho que respondeu tudo o que eu ia perguntar aqui.

Se sabe se a Conmebol ou a CBF tem algum tipo de seguro que cubra esses deslocamentos, se sabe qual o valor, quem são os beneficiários... Acho que o pessoal da CBF pode responder isso.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Eu desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ainda no mesmo depoimento do ex-jogador Neto, foram registrados dois aspectos a respeito do deslocamento a Barranquilla. Acho que você também já explicou isso bem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei quem passava para a Chapecoense que o voo era negado porque era um voo de fora e que a Anac queria que a Chapecoense pegasse um voo do Brasil, como se fosse um esquema. Eu lembro [...] o Paixão, o falecido Anderson, falar isso: "Ah, isso é esquema porque eles não querem que a gente pegue uma aeronave de fora". Mas não era esquema, era a coisa correta.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim, até pelo contrário: a Anac, na verdade, protegeu. Vendo de fora... Não é a minha seara a parte aérea, mas, por tudo o que entendi, a Anac fez o papel dela, porque eu não sei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, nesse voo específico, sim, mas houve um jogo da Argentina em que não, mas isso aí...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – É, isso foi até depois do jogo de Barranquilla. Foi entre esse jogo em Barranquilla de que participei e o jogo a que o clube foi. Então, foi depois.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Você tem alguma informação sobre... O Neto coloca aqui: "[...] quem é que passava isso para toda a delegação da Chapecoense? Porque, se passava isso para a delegação da Chapecoense, é porque tinham a intenção de incutir na cabeça deles que 'os outros estão errados e que vocês têm que viajar com essa aeronave'". Quer dizer...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É porque, na prática, a Anac negou. Houve todos aqueles comentários, como se estivesse direcionando para a LaMia realmente esse voo.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, se ela negou, seria o contrário, não é? Se ela autorizasse é que teria direcionado para a LaMia, mas não é a minha... Como eu falei, eu não posso falar com propriedade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, não é sua...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Depois desse jogo de Barranquilla, o clube já não me pediu nada. Parece que... Até o Neto confirmou aí que um tripulante falava português fluentemente e...

E o que outras pessoas... Tem pessoas da Chapecoense, importantes, que estavam nesse voo de Barranquilla e não estavam no voo de Medellín. Por exemplo, o Marcelo Zolet, que eu vim a conhecer depois, que é o advogado que me auxiliou ali no boletim... No boletim, não; no certificado de óbito. Virei



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

muito amigo dele depois disso – imagine o que nós passamos. Ele mesmo me falou que foi criado, nesse voo da volta de Barranquilla... Esse voo da volta não foi ruim, segundo o pessoal da Chapecoense, porque ele foi no horário e chegou no horário, conforme prometido. E eles fizeram uma relação muito boa entre eles através desse piloto, que depois que eu vim a saber que era esse Miguel, não é? Então, creio que daí que veio essa relação futura com eles e a falta da minha presença na questão do idioma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Só vou registrar, porque acho que V. Sa. já esclareceu, mas vai ter a oportunidade também de colocar isso, porque foi colocado também... Tem aqui uma colocação ainda do Neto e, depois, do próprio Senador Kajuru. "Então, alguém que indicou para a Chapecoense, que certamente esse alguém...". E o Jorge Kajuru disse assim para o Neto: "Esse alguém manda no futebol, Neto?". O Neto disse assim: "Esse alguém pode ser que mande, mas eu vejo muito essa questão de logística, porque...".

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – É, exatamente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Aí o Kajuru complementou: "Eu estou falando para você, porque você, como jogador, nem deve falar. Vou ser seu pai aqui, vou te aconselhar, não fala não. Mas você está querendo falar que foi aquela empresa mesmo?" – com relação à Off Side.

Estou só dizendo para você, acho que na sua apresentação...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Eu vi o depoimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu estou falando...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Então, mas, como eu estou explicando para todos os senhores aqui, o próprio atleta muitas vezes não sabe o que cada empresa faz. Então, se ele perguntasse dentro do clube hoje, atualmente, existem pessoas que estão lá até hoje, como... Repito, desde 2012 até 2020, fizemos inúmeros jogos da Chapecoense ao redor do mundo, e nossa função sempre foi a mesma. Então, o único ponto que me pediram, a questão do idioma, foi no jogo de Barranquilla. Então...

E outra coisa: estou longe de ser poderoso no futebol. Sou proprietário de uma empresa que eu fundei, e temos hoje pessoas com *expertise* na área. Isso sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Com a sua aproximação, como você disse aqui, em 2012, 2014, 2015, com a Chapecoense, é óbvio que poderiam pedir sugestões a você, que tem uma experiência já internacional de participação. Então, eu pergunto aqui: V. Sa. manteve algum tipo de contato com a delegação da Chapecoense para tentar convencê-los de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a LaMia seria, nesse caso, a melhor alternativa, quando Anac criou problema? Você chegou a comentar alguma coisa?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Então... Como... Eu não tenho poder nem de veto e nem de influência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas de conselho, sugestão.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se o senhor vai fazer alguma...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Quando eu entrei nesses *e-mails*... O senhor vai pegar a cópia dos *e-mails* e o senhor vai ver que para baixo eles já estão falando de preço, já estão falando de várias coisas. E a questão da Chapecoense ali era uma questão do idioma para se sentir... A tomada de decisão é do clube. Tanto a Chapecoense como qualquer outro clube, eu não tenho influência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas alguém comentou com você ou você tomou conhecimento?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, porque até aquele momento a LaMia era... Ninguém sabia se era... Entendeu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tá, mas eu digo assim: durante essa questão, V. Sa. saberia dizer quem foi que manteve contato com a delegação da Chapecoense para fazê-los acreditar que a Anac participava do esquema? Porque teve essa conversa de que a Anac estaria politicamente sendo...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não... Assim... Do que eu pude participar nos grupos, com a entrada do Prefeito, tudo – no grupo, na verdade –, foi justamente ao contrário: se existe um órgão que estava ali protegendo era a própria Anac, não é? Porque, se a Anac vetou, eu entendo que a Anac deve ter os seus motivos, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas, nesses grupos...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Só nesse grupo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... nessas conversas, nesses diálogos entre a delegação, entre jogadores, entre os diretores – porque você participou,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, do grupo –, você percebeu, alguma vez, direta ou indiretamente, algum processo de convencimento da Chapecoense para entrar na LaMia, para embarcar com essa LaMia?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, não, não. Acho que ali foi falta de opção mesmo, porque, quando o Emerson me pediu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O Emerson já conhecia essa LaMia? Alguém... Quem indicou essa LaMia?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, por isso mesmo. Quando ele me pediu auxílio, ele estava por vias de fechar uma empresa estrangeira, porque ele não conhecia. Entendeu? Então, ele se sentiria mais seguro assim, como nós fazemos toda essa intermediação de idioma com os clubes, o clube está acostumado já a recorrer a minha pessoa quando é o espanhol e até quando vai para outros países, como fomos para o Japão, fomos para... Com o inglês, é a mesma coisa. Então, não teve essa dúvida, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, não tem conhecimento nenhum.

E, nesses diálogos de que você participou nesse grupo, quando da entrada do Prefeito, você sentiu que teve alguma posição política, não?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... de convencimento?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Eles colocaram o Prefeito ali...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Porque você acha que eles contrataram a LaMia? Não tinham opção?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Então, eu não... Eu já entrei já negociando. Eu entendo o quê? O clube já tinha uma agência de viagem na época, trabalhando com eles lá. Eles devem ter esgotado as partes comerciais, era difícil voar de Belo Horizonte para Barranquilla, com quarenta e tantas pessoas. Eu acho que deve ser por esse lado aí, mas eu não posso afirmar, porque eles nunca me abriram isso, entendeu? Eu nunca tive curiosidade de perguntar também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Entendi.

Estou satisfeito, Presidente.

Pode passar para o...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Srs. Senadores, alguma indagação, Senador Esperidião, Senador Dário, Senador Mecias, Senadora Leila?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ex-Deputado Aro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É Deputado? Está licenciado?

(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nunca foi do meu partido. Ele foi do PHS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas ele está com mandato...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ser humanista sempre povoou o seu coração.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, ele nunca foi. Não, que eu não gostasse.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Coitado, né? Cada um faz a escolha que quer. *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por escolha pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deseja fazer alguma indagação?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu quero registrar aqui só, primeiro, o agradecimento pela presença do representante da Off Side, e dizer que a única coisa que me chamou atenção é que os registros das comunicações ficaram indisponíveis quase que imediatamente depois.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – É, então, esse grupo, Senador, foi criado para esse jogo de Barranquilla. Quando o jogo terminou, eu particularmente nunca imaginaria que depois de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – O jogo não terminou.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, não, o jogo de Barranquilla terminou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Ah! O de Barranquilla.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim, esse de que participei. Esse grupo foi criado para isso. Depois que deixa de existir a importância, eu não vou me preocupar com um grupo A, ou um grupo B. Se alguém tiver o grupo, vai estar lá tudo registrado que eu estou falando aqui, com toda a franqueza do mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – É, como eu não estou fazendo uma acusação...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, sem dúvida. Eu também estou como... Eu fiz questão de vir imediatamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Não, eu não estou...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – ... justamente para poder explicar tudo isso, porque fica meio uma situação: "O que essa empresa faz? Logística? Está num grupo?". Se eu estivesse no lugar das pessoas, eu também pensaria isso. Então, eu tenho o maior prazer de esclarecer isso, porque eu tenho muitos amigos ali que se foram. Então, eu não quero deixar essa dúvida no ar. Então, eu estou aqui muito aliviado, inclusive.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Como os dados não estão mais disponíveis, o senhor recorreu a algum recurso, lançou mão de algum recurso tecnológico para tentar recuperá-los?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Não, quando surgiu a citação do grupo, a primeira coisa foi tentar ver se eu tinha o grupo, né? Mas depois de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Mas o *draw back* permite isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Mas ele vem fazendo, de ano para ano, troca de telefone... Se você saiu do grupo: saiu do grupo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Mas qual foi o intervalo entre Barranquilla e o acidente?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Acho que foi um mês, não é? Vinte dias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Vinte dias.

Essa câmera que está ali...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... vai deixar registrado isso por três meses, no mínimo, porque ela é digital.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Então, qualquer recurso tecnológico primário permite recuperar.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Mas eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Não sei hoje, três anos depois, mas um mês depois é o que mais a Polícia Federal faz.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Exatamente, mas eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Recuperar o *draw back*.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim, lógico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu, que tenho modestos conhecimentos de tecnologia, sei que não adianta – graças a Deus nunca precisei – jogar o telefone fora.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Lógico, sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – O Izalci sabe o que é isso. (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nós já pedimos a cópia, para quebrar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para expor.) – Mas três anos depois é mais difícil.

Eu só estranho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está lá nas nuvens, pode ter certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Não que isso incrimine, mas se não foi recuperado algo de um mês, imagine o que pode ter sido perdido, Senadora Leila. Não me olhe com dúvida se eu sou indiscreto a ponto de ficar cavoucando, mas isso é uma coisa, é um dado de informação – no mínimo como informação para fins de contexto. Só isso.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu não estou incriminando.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sem dúvida, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – É contexto.

Vamos imaginar que tivesse havido um telefonema do Walter Feldman convidando o senhor para ir a uma partida de futebol. Isso teria interesse...

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – ... muito embora nada dissesse respeito ao acidente. É isso.

A primeira providência de uma investigação, que ocorreu naquela época, é preservar todos os dados, todas as informações. Por isso é que é sigilo, porque pode ser que não seja um assunto relacionado nem a negócio: pode ser, sei lá, um encontro amoroso ou... Pode ser.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Lógico, sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – E isso tem que ser preservado.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Concorde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Enfrentamos isso aqui, com a CPI dos Bancos, por exemplo, em que este sigilo não foi respeitado, e há acusações de que até foi uma quebra de sigilo malversada.

Então, não faço acusações, mas manifesto aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, no mínimo uma estranheza e um ponto de interrogação.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Os Srs. Senadores querem fazer alguma indagação? Senão, concedo a palavra para a senhora que acena e quer fazer... Por favor, se identifique e faça a pergunta.

A SRA. MARA PAIVA – Eu sou Mara Paiva, Vice-Presidente da Afav-C e viúva do ex-jogador, ex-técnico e ex-jornalista Mário Sérgio Pontes de Paiva.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Rodrigo se por acaso o San Lorenzo é cliente de vocês, se por acaso o San Lorenzo voou LaMia, e se você tem conhecimento de quem indicou a LaMia para o San Lorenzo. E mais, eu gostaria de saber, dos seus clientes terrestres, como o senhor mesmo diz, quais voaram LaMia também.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Eu afirmo que o San Lorenzo não voou LaMia. Desses todos aí, se vocês pegarem... É que depois – quando aconteceu o acidente, na época eu passei também a ser um curioso de tudo isso – começou a se revelar que o time A voou, que o time B voou, e que, na verdade, nunca tinham voado.

Desses todos clientes que eu tenho aí, nenhum deles voou com a... Que eu me recorde, até porque, do San Lorenzo, também não faço a parte área deles.

A SRA. MARA PAIVA – Você tem certeza absoluta de que o San Lorenzo não voou LaMia?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Eu não tenho certeza, porque eu não faço a parte área deles.

A SRA. MARA PAIVA – É, mas San Lorenzo voou LaMia. Faz parte das nossas investigações.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Está bom. Então, a senhora poderia consultar o clube, porque eu faço só a parte quando sai da Argentina, a parte logística, terrestre deles.

A SRA. MARA PAIVA – Uma outra coisa que eu gostaria de saber, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aqui é franqueado só aos Parlamentares. Eu estou abrindo uma exceção para a senhora porque eu acho que é muito importante a participação de V. Sa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA PAIVA – Está certo. Obrigada.

É rápido.

A viagem para Barranquilla foi uma viagem que causou espécie a todas as pessoas pela maneira como eles foram transportados. Felizmente, meu marido não correu esse tipo de risco; ele foi correr o risco fatal. Mas eu gostaria de saber o quanto vocês, enquanto prestadores de serviços, tomam conhecimento da qualidade, do risco que as pessoas correram e da qualidade do trabalho que foi feito. Vocês não tiveram nenhum envolvimento, não tiveram como avaliar a qualidade dessa viagem, os riscos, essa questão da *van* em que eles foram transportados, sem portas, com furos no assoalho, uma estrada supersinuosa? Vocês tomaram consciência de tudo isso e não tiveram participação nenhuma?

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE (Para expor.) – Então, vou esclarecer para a senhora novamente. Como eu falei, essa parte de Barranquilla foi uma providência da LaMia para o clube. A minha empresa não participa da parte aérea do clube. Eu lembro corretamente que a LaMia tem, inclusive dentro desses *e-mails*, um *e-mail* dela informando ao clube que o avião não vai entrar, que vai parar lá, que vai ter um hotel, que vai ter um transporte. É a LaMia informando ao clube. A gente não participou disso aí. Coube à logística aérea a solução do problema que ela criou. Então, eu não posso... Eu não estive lá. Eu fiquei sabendo de tudo isso porque, quando o time chegou a Barranquilla, foi o comentário geral, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Agradeço a sua participação.

Sr. Relator, mais alguma indagação?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Acho que só... Evidente que, com a ausência da Conmebol, se a CBF não puder esclarecer aquilo que nós vamos perguntar sobre CBF e Conmebol, evidentemente nós teremos que solicitar informações, como essas, por exemplo, lá da Conmebol, para ver o que aconteceu com tudo isso lá fora do País, porque a gente não tem essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Agradeço a participação do Sr. Rodrigo Ernesto.

Está dispensado. Agradeço a sua participação.

O SR. RODRIGO ERNESTO DE ANDRADE – Me coloco à disposição dos senhores quantas vezes forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E convido o senhor a sentar ali no plenário.

Solicito à assessoria que conduza o Sr. Reynaldo Buzzoni, Diretor de Registro da Confederação Brasileira de Futebol. *(Pausa.)*

Eu gostaria de convidar o Sr. Walter Feldman, para que se sentasse à mesa, que a gente já aproveita e faz a indagação, e também o Marcelo Aro, o Deputado Marcelo Aro, que é o Diretor de Relações Institucionais. A gente já faz as...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Não vamos ficar repetindo a mesma pergunta para os três, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso!

Muito obrigado pela presença.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – A gente poderia passar a palavra para o Walter, para ele falar, e depois eu faço a pergunta para ele. Eu acho que isso é melhor, porque assim a gente economiza as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, vamos mudar um pouco aqui a dinâmica.

Concedo a palavra, por até dez minutos, a Walter Feldman, que é o Secretário-Geral da nossa federação.

V. Exa. tem dez minutos para a sua manifestação.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Jorginho Mello.

Obrigado, Senador Izalci.

Eu queria cumprimentar aqui os Senadores Esperidião Amin e Dário Berger, o Senador Mecias e a Senadora Leila.

Quero cumprimentar os parentes das vítimas, os advogados que representam as vítimas e os familiares, as senhoras e os senhores.

Primeiramente, quero dizer do nosso compromisso. Eu não diria que é uma satisfação nem um prazer, tendo em vista a gravidade do assunto que aqui é tratado, mas a CBF, de pronto, quando soube da possibilidade da sua vinda, da sua presença... Imediatamente, eu me comuniquei com o Senador Izalci, com quem convivi por muitos anos na Câmara Federal, como Deputado, colega e amigo, para sugerir que a representação da CBF se fizesse através da minha pessoa. E eu explico, Senador Jorginho: eu tenho uma tarefa institucional, estabelecida no art. 75 do nosso estatuto, que determina que as pontes, sejam do ponto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista da relação com o sistema esportivo do futebol ou com as entidades públicas e privadas, sejam feitas através da Secretaria-Geral, com o acompanhamento direto e permanente da Diretoria de Relações Institucionais, com o Deputado Federal Marcelo Aro, que faz, aqui em Brasília, todas as pontes, tendo em vista esse papel de representação nacional da CBF.

Quero dizer que a nossa entidade tem, inclusive, o papel de integração nacional. Não há um local do nosso País onde não haja uma partida de futebol, em todos os mais distantes rincões. São mais de 2,5 mil partidas em 21 campeonatos, todos eles administrados, dirigidos, acompanhados e supervisionados pela CBF.

Então, além disso, dessa função institucional, Presidente, nós também fomos, às 4h da manhã, informados pelo então Presidente da CBF, naquele momento, em 28 de novembro de 2016, do ocorrido, às 4h da manhã. Imediatamente, ele me solicitou que conjugasse esforços para criar um gabinete de crise, um gabinete emergencial, e, às 7h da manhã, toda a diretoria estava presente na CBF, quando foi emitida uma resolução que paralisava todas as atividades do futebol nacional, em todas as suas competições, notadamente a Copa do Brasil, o Campeonato Brasileiro e também a Copa do Brasil Sub-20, para que pudéssemos integralmente nos dedicar àquele acontecimento, àquela tragédia, que, naquele instante, era a maior tragédia do esporte mundial, a maior tragédia do jornalismo brasileiro. Todos nós naquele momento tínhamos que somar esforços de solidariedade, de apoio, de logística de deslocamento, para ver o que era possível, tendo em vista que o ocorrido aconteceu – desculpem a redundância – fora do País.

Imediatamente, eu e o diretor de *marketing* nos dirigimos a Chapecó para ter um contato com a diretoria remanescente da Associação Chapecoense de Futebol, com os representantes do Poder Público, com os familiares das vítimas, para que soubéssemos o que a CBF poderia incorporar de ações para que pudéssemos, infelizmente, minorar aquele infeliz acontecido.

Tivemos a sugestão, por parte da Associação Chapecoense, da cessão de um avião, que seria fretado posteriormente, através da Gol, para que pudéssemos transferir, deslocar os familiares para que pudessem acompanhar de perto, em Medellín, aquilo que tinha acontecido. Nós fretamos um avião, fizemos o deslocamento desse avião, um avião de mais de 150 lugares, até Chapecó, quando houve um consenso por parte da diretoria do clube, bem como dos familiares, de que talvez fosse mais traumático e mais dramático e não haveria na verdade uma ajuda possível naquele acontecido.

Voltamos com esse avião fretado para o Rio de Janeiro, dispensamos, e a partir daí, horas depois, deslocamos uma equipe de médicos, que foram a Chapecó, aqueles mais destacados do ponto de vista de tratamento de situações de crise de emergência na área de saúde, Dr. Pagura e Dr. Solera, para que pudessem de perto coordenar os trabalhos, seja de identificação daquilo que havia ocorrido com as vítimas, seja de tratamento imediato em relação aos sobreviventes. Durante 12 dias, esses médicos, em conexão permanente com o Einstein, lá estiveram, lá orientaram, um especializado em neurocirurgia, outro especializado em ortopedia, lá coordenaram os trabalhos juntamente com a equipe médica da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Chapecoense, também presente, toda a sua equipe, para que pudéssemos tentar fazer o possível do ponto de vista médico, tecnológico, assistencial, para que esses sobreviventes pudessem se recuperar.

Quero salientar aqui, Senador Esperidião, que tivemos o apoio imediato da Amil, apoio imediato do Einstein, que inclusive deslocou profissionais especializados em pneumologia, que era a situação dramática do jogador Neto. Nós tivemos o atendimento direto por parte do Dr. Pagura do Follmann, que teve um importante acometimento na sua coluna cervical, ele que foi depois transferido para o Einstein para que pudesse sofrer uma cirurgia. Nós fizemos deslocamento inclusive de equipamentos médicos, notadamente de um de tomografia de impedância térmica, altamente especializado, só havia um no Brasil, para que ele pudesse fazer o diagnóstico naquele local, para que pudéssemos ter os elementos de intervenção e de terapêutica.

Felizmente conseguimos recuperá-los todos. Existe citação inclusive do jogador Neto em relação ao esforço, ao empenho que a CBF realizou. E nós cumprimos, do ponto de vista médico, aquilo que era possível, porque imaginávamos que naquele momento aquilo que a CBF poderia fazer era o atendimento agudo.

Todos sabem o que significa uma situação de crise. Em crise nós temos de somar os esforços para que cada um dê o máximo da sua contribuição.

Nós, felizmente – depois o nosso Diretor de Registro, Transferências e Normas de Licenciamento vai se pronunciar –, felizmente, tínhamos decidido em reunião de diretoria daquele mesmo ano que deveríamos construir um guarda-chuva de seguro para todos os jogadores do futebol brasileiro, todos os profissionais. Isso não havia. Isso, pela Lei Pelé, é uma responsabilidade do clube. Mas nós imaginávamos que a CBF, como instituição nacional responsável pela construção e aperfeiçoamento do futebol brasileiro, precisava ter um seguro que fizesse essa cobertura. Depois, por conta do Caio, nós estendemos isso aos treinadores, nós estendemos isso aos árbitros, porque é fundamental que haja esse seguro de vida, seguro de auxílio-funeral, que foi fundamental, inclusive, para a transferência, o deslocamento aéreo e o funeral que todos acompanharam, que foi absolutamente pago e financiado pela relação que construímos com Itaú e Porto Seguro. Esse seguro também, depois, permitiu que nós oferecêssemos minimamente 12 salários correspondentes aos salários dos jogadores contratados pela Chapecó num período de 12 meses.

Além disso, a CBF, Senador Izalci, ofereceu uma doação através de um programa de assistência financeira que existe do ponto de vista estrutural...

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Mais alguns minutos? *(Pausa.)*

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós oferecemos uma doação de 5 milhões à Associação Chapecoense de Futebol.

Através do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e do Ministério da Defesa naquele período, liderado pelo Ministro e nosso colega Deputado Raul Jungmann, nós conseguimos o deslocamento de todos os corpos e de toda a estrutura complementar através de aviões da FAB, portanto, a ajuda aqui em Brasília foi fundamental. Eu me lembro de dezenas de contatos com o Ministro Jungmann para que esse deslocamento pudesse ser feito, e sempre na linha de minorar as angústias, o sofrimento, que é impensável, daqueles que têm uma relação direta, ou tiveram, com seus familiares, como a aqui manifestada pela esposa do Mário Sérgio, com quem uma vez, em amigável, pude compartilhar, jogando futebol na cidade de Embu. Eu me lembro muito do Mário Sérgio e do que ele significou para o futebol brasileiro, mostrando, o que é muitas vezes esquecido, que as vítimas não foram só jogadores e a comissão técnica, e diretorias, e convidados: foram jornalistas altamente importantes, significativos na opinião, na manifestação, na crítica, na análise do nosso futebol. Eles têm que ser lembrados sempre, porque foi a maior crise do jornalismo brasileiro.

Além disso, Presidente Jorginho, nós promovemos, através do Ministério das Relações Exteriores, através da Confederação de Futebol da Colômbia, um amigável no dia 25 de janeiro de 2017 para que pudessemos angariar fundos, um amigável simbólico, que significasse essa relação de estreitamento que aconteceu entre os dois países. Isso realmente se consagrou no desencadeamento, no desdobramento de todas as atividades posteriores do futebol brasileiro. Colômbia e Brasil se tornaram irmãos mais próximos por conta, inclusive, desse acontecido. E promovemos um jogo amigável, no Maracanã, com todos os recursos destinados às famílias; direcionados à Chapecoense, mas com o objetivo de acrescentar valor às famílias das vítimas. E sugerimos, através da nossa Diretoria de Comunicações, que as emissoras que fizeram a transmissão complementar autorizada – todas que quiseram fazer a transmissão foram autorizadas –, juntamente com os patrocinadores, para que recursos adicionais que conseguimos compilar, em torno de R\$3,8 milhões, também fossem destinados a minorar o sofrimento causado por aquela tragédia.

Além disso, eu quero salientar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nós trabalhamos permanentemente com a Associação Chapecoense de Futebol para que ela pudesse reconstruir o seu clube. Imaginem o que significa perder a comissão técnica, todos os jogadores e os seus reservas de repente; um clube da Série A, que necessita ter uma atividade de excelência nessa competição, que é uma das mais dinâmicas e mais competitivas do mundo. Imaginem o que significa reconstruir o clube. E nós fizemos toda uma operação junto aos clubes brasileiros para que cedessem jogadores, pagos pelos clubes, para que pudesse, durante um período de transição, haver essa reconstrução.

Na nossa avaliação, do ponto de vista logístico, do ponto de vista médico, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista da solidariedade permanente, durante aquele período e até hoje, nós consideramos que a CBF pôde minimamente cumprir a sua missão. Nós não tínhamos uma ação direta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa competição. Era uma competição da Conmebol, da Sul-Americana de 2016. O estatuto, o regulamento da competição estabelece claramente que essa é uma competição de responsabilidade da Conmebol.

E existe um sistema, Senador Esperidião Amin – já antecipando o debate que eu sei que nós faremos aqui... O sistema de futebol mundial talvez seja um dos sistemas mais organizados do mundo, mais disciplinados, mais hierárquicos, mas ele compreende a independência e a autonomia das instituições, como compreende a Constituição brasileira.

Nós temos uma ação junto aos clubes brasileiros, de organização...

(*Soa a campanha.*)

O SR. WALTER FELDMAN – ... de sistemas, de protocolo – só mais um minuto para encerrar. Nós temos uma ação, e essa ação hoje é comandada pelo Diretor Buzzoni, através de algo novo, chamado normas de licenciamento e *fair play* financeiro, que leva necessariamente ao crescente sistema de profissionalização no futebol, de tal forma que todas as áreas – a área técnica, a área de *marketing*, a área de logística – tenham que ser realizadas por profissionais competentes. Acabou a hora do amadorismo, da vontade, do empirismo no futebol. E o clube tem a autonomia de realizar a sua logística. Essa é uma tarefa do clube. Está estabelecido no regulamento da Conmebol, como está estabelecido nos regulamentos do futebol brasileiro.

Nós, nas competições nacionais, sugerimos que o clube faça a logística por um sistema centralizado. É isso que permite que tenhamos o controle da realização do jogo em cada canto no País, nos mais distantes, e que faz com que apenas 2% dos jogos se realizem, no máximo, com cinco minutos de atraso. Imaginem o que significa isso. É um sistema semelhante aos Correios, à vacinação, é um sistema de integração máxima. E os senhores acompanham: o jogo é realizado no minuto em que ele é estabelecido. São dados que, infelizmente, não são de conhecimento público, mas há um sistema por trás, de administração, para que aquilo se dê maneira perfeita e o telespectador, o torcedor, possa acompanhar aquilo que é a sua paixão.

O clube tem autonomia para a realização das suas atividades, nós não temos ingerência constitucional, e, no futebol, isso é estabelecido de maneira ainda mais rígida. Mas, cada vez mais, Senador Dário Berger, cada vez mais, Senadora Leila, há exigências de administração competente, profissional, com *compliance*, com regras de governança, com gestão de riscos. O futebol tem que ser um sistema exemplar, porque nós representamos mais de 70% da população brasileira, que vê na audiência do seu clube, diretamente nos estádios ou na televisão, a realização do seu sonho. Isso não pode ser mais realizado de maneira amadorística, tem que haver protocolos, estabelecimento de competências, divisão de tarefas – tudo isso hoje comandado na reorganização estrutural, já há quatro anos. O *fair play* financeiro será lançado este ano, para que haja responsabilidade na contratação de jogadores, pagamento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

na hora, tudo aquilo que a gente espera de uma ação administrativa competente, organizada, transparente e ética, para que possamos, permanentemente, prestar contas do nosso trabalho e dos nossos resultados.

Eu quero dizer à viúva do grande Mário Sérgio que nós temos solidariedade máxima e acreditamos, no período, ter feito, do ponto de vista agudo, aquilo que era possível. É evidente que é sempre aquém daquilo que tanto as vítimas como os familiares têm direito. Acredito que houve uma solidariedade nacional, acreditamos que a CBF cumpriu aquilo que era possível, mas sabemos e reconhecemos a angústia e o desespero remanescentes.

Estamos sempre juntos para dar a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agradeço ao nosso convidado.

Passo a palavra agora ao Sr. Reynaldo Buzzoni, Diretor de Registro da Confederação Brasileira de Futebol; depois, vamos ouvir o Deputado Marcelo Aro; em seguida, a indagação dos Srs. Senadores e do Relator.

O senhor tem a palavra.

O SR. REYNALDO BUZZONI (Para expor.) – Bom dia, Presidente! Bom dia a todos!

Como disse o Secretário Walter Feldman, a minha área – eu cuido da área de registro de jogadores e transferências – propôs à diretoria da CBF, em 2016, a contratação de um seguro de vida e invalidez permanente para todos os atletas profissionais com contratos registrados na CBF. Hoje esse seguro engloba por volta de 14 a 15 mil atletas, número que varia mês a mês por conta dos contratos encerrados e alterações de salários. Esse seguro vale para 12 vezes o salário com o qual ele está registrado na CBF mais um auxílio-funeral de R\$10 mil. Esse seguro começou em 2016, então todos esses atletas registrados na CBF com contratos ativos com seus clubes, com todos os clubes profissionais, têm seguro de vida por invalidez permanente, por doença ou por acidente. E, a partir de 2017, nós obrigamos também que fosse feito o registro dos contratos dos treinadores. E todos os treinadores com contratos registrados na CBF também têm esse seguro de vida, assim como os árbitros e os jogadores.

Então, esse é o caso do seguro. É um seguro que foi feito com o Itaú, que na época era o nosso... É o nosso patrocinador, e depois passou a ser a Prudential, porque o Itaú transferiu a sua área de seguros para a Prudential. Então, esse seguro envolve até hoje... Nós temos esse seguro em vigor até hoje.

Estou à disposição para qualquer dúvida ou pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deputado Marcelo, o senhor tem a palavra.

O SR. MARCELO ARO (Para expor.) – Presidente, agradeço.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar V. Exa., o Senador Izalci, que é o Relator desta Comissão, os Senadores presentes, a Deputada.

O nosso Secretário-Geral Walter Feldman bem aqui disse que ele esteve à frente desse comitê de crise que foi criado em virtude do acidente da Chapecoense; disse tudo que foi feito aqui pela CBF, a Confederação Brasileira de Futebol. Acredito que tudo aquilo que eu poderia agregar já está na fala do Secretário-Geral, mas aqui estou e à disposição dos nobres colegas para esclarecer qualquer tipo de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, eu já início com uma pergunta e, aí, o Secretário-Geral Walter pode responder, senão os demais.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Permita-me, Senador. É que, antes disso, quero fazer o registro da Deputada Caroline de Toni, de Santa Catarina também, e quero fazer o registro da Vereadora Salete Cardoso, que foi atleta profissional lá do Município de Biguaçu. Obrigado pela presença, Vereadora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, então pergunto aos representantes da CBF, se souberem, com relação a Conmebol... Como eles não vieram, se puderem responder também pelo menos o que acham, alguma sugestão, seria também importante para a gente esclarecer algumas dúvidas.

V. Sas. participaram direta ou indiretamente, de alguma forma, do processo de convencimento da Chapecoense para embarcar pela LaMia?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Absolutamente nada, zero. Nada. Não temos nenhum tipo de interferência ou decisão sobre isso. Se tivéssemos tido, nós poderíamos eventualmente dizer que temos um sistema centralizado, com todas as informações, da qualidade do funcionamento da logística no nosso futebol, mas não fomos informados dessa decisão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como o torneio é sul-americano, poderia a Conmebol ter interferido nisso? Há essa...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Há um artigo, Senador Izalci, o 25, do Regulamento da Copa Sul-Americana 2016, exatamente essa em que houve esse trágico acidente, que diz o seguinte: o clube visitante deverá garantir a chegada de sua delegação pelo menos 24 horas antes do compromisso programado. Portanto, é autônoma, é independente a escolha por parte do clube dos mecanismos que serão utilizados para o seu deslocamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Esse regimento é público, não é? Está no *site* da Conmebol? É só porque...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Todo o material necessário eu posso fornecer a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se puder encaminhar para nós esse regulamento da Sul-Americana...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Sem dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O segundo aspecto agora, que foi registrado aqui pelo ex-jogador Neto no depoimento... Eu não vou falar todo o depoimento, mas só registrar... Acho que também na fala do Rodrigo, ele confirmou tudo o que o Neto colocou aqui com relação àquelas viagens, não é? "... a gente teve que ir para Corumbá, teve que dormir em Corumbá, teve que pegar a aeronave depois, atravessando de ônibus para a Bolívia, teve que parar numa fronteira do Brasil, descer para o Acre, almoçar, voltar para Bolívia de ônibus, de carro precário. Chegamos a Barranquilla eram umas 9 horas da noite para 10 horas." No final, ele diz assim para concluir: "A gente perdeu o jogo porque a gente estava cansado, a gente não conseguia correr". Esse foi o depoimento do ex-jogador Neto.

Vocês teriam alguma informação, seja Conmebol, seja CBF? Como os senhores se posicionam diante desse depoimento prestado pelo ex-jogador Neto, da Chapecoense, nesta CPI, uma vez que a Sul-Americana é um produto negociado justamente pelas entidades que V. Sas. representam, Conmebol e CBF? Seriam os clubes de futebol apenas reféns desse processo ou eles também têm culpa? Pelo que V. Sa. colocou, cada clube é responsável até chegar ao destino. Então, não há nenhuma interferência da Conmebol, da CBF, não têm responsabilidade nenhuma sobre esse trajeto aí?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Senador Izalci, nos 21 campeonatos nacionais que a CBF realiza em todo o Território, há a sugestão ao clube de centralização da operação logística, mas o clube é independente para decidir. Muitas vezes, os clubes que aceitam, inclusive, essa operação centralizada, em algumas partidas, decidem fazer a sua própria operação. Por exemplo, há um oferecimento de um determinado deslocamento e, por conta de dificuldades desse tipo, o clube decide investir um recurso adicional para que possa, eventualmente, através de um fretamento, fazer algo mais confortável para os seus jogadores e a sua comissão técnica, mas é uma decisão do clube.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pela inexperiência – acho que foi a primeira ou a segunda vez que a Chapecoense participou de um jogo internacional, numa competição fora do País –, não teria nenhum deles solicitado à CBF um apoio, uma sugestão ou um pedido de ajuda, tendo em vista que era a primeira disputa da Sul-Americana da Chapecoense?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Eu diria que as nossas relações com a Chapecoense, antes e depois, sempre foram as melhores. Com a direção da Chapecoense, com os presidentes e diretores, com quem convivemos, era a melhor possível, e todas as demandas, nessa área e em outras áreas, da nossa parte, dentro das possibilidades, foram atendidas.

Muitas vezes, acontece uma demanda nos campeonatos nacionais, insisto, em que o clube, em determinado momento, diz que o deslocamento será tão traumático e cansativo que poderia configurar um diferencial técnico em relação a outro jogador. E, muitas vezes, nós nos esforçamos para produzir uma alteração para que isso seja impedido, mas imagine o que significa isso nos campeonatos brasileiros, com 2.500 partidas e 21 torneios. Mesmo assim, nós operamos frequentemente. São deslocamentos, muitas vezes, para o norte do País, dentro da selva amazônica. Eles são realizados por barcos, por todos os meios de transporte possíveis, e sempre nós tentamos trabalhar no sentido de minorar, eventualmente, o desequilíbrio técnico, que é fundamental para a realização daquela partida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas, especificamente nessa partida, que era a final do campeonato da Sulamericana...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Não houve nenhuma demanda, em nenhum momento

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não tomou conhecimento?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Em nenhum momento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nem que fosse: "Olha, Waltinho, estou com problema aqui e tal..."? Nunca houve isso? Nada?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Em nenhum momento.

E eu lhe digo que, toda vez que há alguma demanda, há um esforço para que ela seja atendida total ou parcialmente, compreendendo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não houve nada, então?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Neste caso, nunca houve nenhuma demanda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, ainda na audiência do dia 4 de fevereiro, nesta CPI, destinada a ouvir os representantes das vítimas, os advogados, a CBF foi mencionada em 23 oportunidades.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Aqui?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Seguem aqui alguns registros. Vou citar alguns registros.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O Fabiano Porto: "A Conmebol não nos respondeu sequer...". Vou ler. Senador Kajuru, o senhor mencionou a CBF: "Dentro desses nossos projetos, nós procuramos auxílios e apresentamos todos os projetos de forma muito profissional a várias instituições, aos próprios times, à CBF, à Conmebol. A Conmebol não nos respondeu sequer. A CBF respondeu achando lindo os nossos projetos, dando estrelinhas, mas dizendo que fizeram demais sobre o assunto, que fizeram demais – respondeu por escrito, inclusive, antes não tivesse respondido.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Há esse documento por escrito?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. É depoimento que foi feito aqui.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Ah, depoimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O depoimento está gravado, mas tenho aqui... Estou lendo exatamente...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Vamos fazer o contrário: se o senhor pudesse nos fornecer depois, para ver quem teria afirmado que foi demais, porque nós achamos que nunca são demais episódios com esse.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu, inclusive, como Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A afirmação é de que foi de menos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nesse período, eu disse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é excesso de agradecimento, é de carência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, de carência.

Nesse período, eu falei assim: "Houve algum tipo de apoio prestado pela CBF ou por órgãos governamentais às vítimas, aos sobreviventes, aos familiares, aos sucessores das vítimas falecidas?". Aí o Sr. Marcel disse: "Houve uma doação em um jogo feito pela Chapecoense, que destinou um valor para as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítimas; houve algumas doações, jogos. As viúvas e os filhos teriam direito a uma pensão por morte, mas, fora isso, nenhum tipo de auxílio foi prestado às vítimas; tirando a questão das associações, nenhum outro tipo de auxílio foi prestado às vítimas; não há nenhum outro tipo de auxílio."

O Josmeyr Oliveira: "Parece-me que a Globo tinha um seguro inclusive, então o seguro que ela pagou foi lá e assumiu; a própria CBF tinha também, os jogadores também receberam naquele momento, mas os dirigentes, não". Aí eu disse: "Que tipo de amparo jurídico a CBF tem prestado à Associação Chapecoense de Futebol, uma vez que o contrato de trabalho desportivo firmado junto àquela entidade prevê a mencionada cláusula indenizatória?" O Kajuru então falou: "O Relator perguntou se a CBF está ajudando alguma..." Aí, o Marcel: "Nada". E o Kajuru respondeu: "Então, que se registre em ata que a CBF não está ajudando em nada a Chapecoense nesse caso".

Ocorre, todavia, que, em expediente da CBF, expediente que V. Sa. encaminhou aqui para a CPI, consta, e V. Sa. já disse, mas eu vou ressaltar aqui:

Cumprе informar a V. Exa. as medidas que a CBF tomou como objeto de socorrer as vítimas e familiares do acidente aéreo que a todos consternou: 1) a CBF fez a doação do valor de R\$5 milhões; 2) fretou aeronave para transportar os familiares das vítimas; 3) a CBF transportou médicos e deu todo o suporte técnico para atendimento às vítimas resgatadas com vida; 4) a CBF contratou seguro em favor dos atletas, estendendo sua cobertura além dos limites do território brasileiro; 5) a CBF custeou o seguro-funeral, no valor R\$10 mil; 6) a CBF efetuou uma doação à Associação Chapecoense de Futebol no valor de R\$1 milhão, proveniente da receita de uma partida amistosa beneficente da Seleção Brasileira.

Aqui, Presidente, eu sugiro a V. Exa., para aproveitar este momento, pois está aqui a CBF, que passe a palavra a algum representante das vítimas que esteja acompanhando a audiência no dia de hoje para posicionar-se acerca da resposta da CBF com vistas a conhecermos melhor essa questão.

Em seguida, eu vou fazer as minhas indagações.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Senador Izalci. Gostaria de complementar essa pergunta do senhor, porque eu a achei muito interessante.

Eu poderia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Lógico.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Primeiro eu quero agradecer a presença à CBF, na figura do Sr. Walter Feldman.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o senhor passou para nós todo o trabalho naquele momento agudo, após o acidente com os atletas, os jornalistas, a comissão técnica da Chapecoense. O senhor falou sobre a independência das instituições que regem o esporte, que as instituições são organizadas, que são independentes, mas a CBF é a maior entidade que rege o esporte brasileiro, o futebol brasileiro – desculpe-me. Mas é uma das maiores do esporte brasileiro. E aqueles atletas eram do futebol e representavam o Brasil numa competição sul-americana.

Eu pergunto ao senhor: independentemente da independência que cada uma dessas instituições tenha, a CBF, na sua condição de representante máxima do futebol, não deveria ter ajudado e se solidarizado com as famílias nessa pressão junto à Conmebol? Porque, independentemente de estarmos falando dessa independência, do respeito, da organização, nós estamos falando de famílias de atletas, que, após a morte... E eu reitero meus parabéns ao senhor pelo fato de a CBF ajudar na reconstrução da Chapecoense, nas indenizações que foram feitas, no auxílio-funeral, no auxílio-invalidez, e ressalto o apoio também do Hospital Albert Einstein e do Itaú no atendimento aos que sobreviveram. Mas existe uma situação posterior a tudo isso que, a meu ver... Enfim, eu deixo a palavra para os demais Parlamentares... E é muito claro, nas audiências que a gente tem visto e nas conversas, que faltou, sim, o apoio da CBF para a elucidação desse caso, porque houve omissão, houve um crime. A CBF, por ser a maior entidade, por estamos falando de jogadores de futebol, tinha de ter sido... Desculpe-me, mas é que fui atleta, e a gente entrega a nossa vida para o clube, para a instituição, e ali estamos representando o País.

O senhor não acha, independentemente dessa independência – não vou falar em omissão –, que poderia ter havido uma maior participação da CBF na pressão à Conmebol, enfim, no apoio às famílias, para ajudar nessa elucidação e ter respostas? Nós estamos falando de três anos! Três anos após isso, não houve indenização, essas famílias estão abandonadas. Muitas se submeteram, enfim, a seguradoras. Mas, mais do que isso: onde está o suporte da Conmebol e da CBF para essas famílias?

O senhor está aí na condição de ajudar os clubes. Sensacional, mas estamos falando de atletas que perderam a vida, pessoas que sustentavam suas famílias, que eram arrimos de famílias inteiras e que simplesmente foram jogadas assim: "se virem".

Eu queria saber se o senhor não acha que a CBF poderia ter participado mais nesse momento posterior ao episódio agudo. Parabenizo mais uma vez a atuação da CBF naquele momento, mas nós estamos assistindo hoje a um total descaso! E houve um crime! Eu acho que a CBF poderia ter agido de forma mais ostensiva junto à Conmebol para buscar uma elucidação e dar uma resposta para essas famílias. As maiores vítimas de tudo isso não foram os que morreram, porque esses já se foram, não vão voltar, mas ficaram famílias, ficaram filhos, esposas.

Então, eu gostaria de saber do senhor a respeito dessa situação, o que o senhor acha com relação ao que foi falado muitas vezes da CBF com relação a essa omissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero aditar ao que disse a Senadora Leila...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Serei muito conciso, mas também muito objetivo.

Faço minhas as palavras da Senadora Leila. Quero também cumprimentar os representantes da CBF, o Secretário Walter Feldman, figura que ilustrou o nosso Parlamento como um homem de bem, preparado intelectual e politicamente; igualmente, cumprimento o Sr. Reynaldo Buzzoni; e saúdo meu querido correligionário Marcelo Aro, que engrandece a CBF emprestando o seu talento para essa tarefa tão difícil.

Faço um aditamento à colocação da Senadora Leila – eu vou, inclusive, reduzi-lo, porque tenho que relatar um projeto na CAE. Nós conseguimos, através de um requerimento, fazer reuniões coletivas que foram confundidas com reuniões de acareação, mas que poderão resultar em acareação. A primeira delas está marcada para o dia 3 de março: Tokio Marine, Susep, AON, Anac e Subsecretaria de Seguros Privados estarão aqui. Eu peço para aditar a presença da CBF nessa e na audiência do dia 17 abril. Até porque na audiência de 17 abril teremos aqui a Porto Seguro, a Itaú e a Prudential – são uma parceria, vamos dizer assim, uma é filhote da outra, a Prudential é filhote da Itaú –, e a Susep. Eu queria só colocar como justificativa para isso, para que também a CBF esteja presente, quando nós tivermos o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores. Eu acho que poderia ser nessa mesma audiência.

Dr. Walter Feldman, esta Comissão só será exitosa se nós conseguirmos deixar caracterizada a responsabilidade oficial do Estado brasileiro nessa questão. Ela começa com a situação da solidariedade, que o senhor descreveu tão bem. Só que, três anos e três meses depois, essa solidariedade não resolveu a questão do direito. O nosso assunto aqui é direito e justiça. Primeiro, o direito que as pessoas têm a que uma apólice de seguro não seja um truque, porque até agora é um truque. E não vai ser na base da emoção que isso vai ser resolvido, vai ser na base das instituições.

E concluo dizendo o seguinte: é certo que existe não essa independência – e vou me permitir corrigir a minha querida amiga Leila –, não é independência, é autonomia. Mas isso faz parte de um sistema, o sistema FIFA. A FIFA é o grande sistema. A FIFA pode descredenciar uma confederação e uma subconfederação, como é a Conmebol, a qual existe... Entre CBF e Conmebol existe uma relação de afiliação. Portanto, isso é um sistema com... Não quero comparar com o polvo, porque o polvo realmente às vezes é visto como um profeta do futebol, mas é um octópode. Portanto, há uma ligação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dessas reuniões, se a CBF participar... Se o Relator acolher a minha sugestão e nós tivermos a presença da CBF, eu gostaria de acrescentar duas coisas. Primeiro: o "pratrasmente" não funcionou, ou seja, o seguro, Senador Dário Berger, para as pessoas que entraram naquele avião para cumprir uma missão oficial não funcionou. Não funcionou porque a Tokio Marine disse que não tinham pagado, ele foi autorizado para voar... O Senador Izalci sabe melhor do que eu. Foi autorizado para voar sob o seguinte argumento: se eu não voar, eu não vou poder pagar a apólice vencida. Então, isso também é um risco, e também um risco para o sistema de seguros. O sistema de seguros que está acolhido pela CBF, como está acolhido pela Petrobras... É que são as maiores seguradoras que estão envolvidas nisso, e resseguradoras.

Finalmente, se o senhor estivesse aqui e assistisse...

Era Alex, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O representante da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas Tokio Marine Londres.

Se o senhor estivesse aqui, com a inteligência que o senhor tem, o senhor chamaria o Nilton Bonder para submeter as frases que foram aqui proferidas a um ordálio, a um julgamento de Javé, porque o Senador Romário perdeu a estribeira justificadamente. E até a Senadora Leila, que é uma dama, sem dúvida alguma, que merece todo nosso respeito e carinho, perdeu... Quem já viveu esse tipo de problema não pode manter a compostura britânica, fleumática. Não pode, porque, repito, direito e justiça não foram satisfeitos nesse caso.

E vale "pratrasmente", que é a finalidade... O pretérito faz parte do nosso objeto, e o futuro faz parte da ordenação em que os senhores estão empenhados, ou seja, nos protocolos que os filiados à CBF devem cumprir nesse processo de aperfeiçoamento. E eu concluo dizendo: sem dúvida alguma, a CBF, no caminho da profissionalização, amadureceu esses procedimentos, mas deve avaliar o que falhou lá atrás para poder corrigir daqui para frente.

Eu repito: se um clube de futebol brasileiro for disputar qualquer competição – nem falo em amistosos –, vinculada a qualquer integrante desse sistema FIFA... O nosso Senador Girão me inspira a tomar mais meio minuto. É um sistema a FIFA, Senador Chico Rodrigues. É um sistema, e ela é integrada por subsistemas que são autônomos, mas não são independentes, porque a FIFA pode descredenciar, pode punir não só o time como a integrante do subsistema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que seria importante – e aí concluo – a presença da CBF nessas duas audiências públicas até para que esse processo de *compliance*, de governança, possa ser enriquecido por uma falha do passado, que esta CPI tem a missão de resgatar não quanto ao aspecto humanitário, até porque, quanto ao aspecto humanitário... Passaram-se três anos e três meses, a emoção maior já aconteceu. Eu acho que nós estamos aqui para reclamar do Estado brasileiro assistência para conseguir direito e justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só gostaria de pedir compreensão – o Senador Amin vai ter que se ausentar para ir à votação na CAE –, porque nós temos aqui um processo... Houve um questionamento na reunião passada, na qual houve 23 citações da CBF. A CBF mandou correspondência elencando o que foi feito. Então, eu só queria passar, já que os advogados... O Marcelo está aqui, que foi da audiência passada, e outros. Porque o próprio Secretário-Geral Feldman pediu que passasse a ele esse depoimento. Então, eu já queria reforçar para que V. Sa., então, pudesse contestar, dizer se não concorda com o que foi dito aqui pela CBF com relação às atitudes, aos benefícios, ao acolhimento, ao que foi feito pela CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antes disso, Senador Izalci, quero fazer o registro da presença do Senador Eduardo Girão e do Senador Chico Rodrigues. Obrigado pela presença.

Com a palavra agora o advogado, Dr. Marcelo, para fazer a contestação.

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Cumprimento o Senador Jorginho Mello, o Senador Izalci e todos os outros Senadores presentes.

Sr. Walter Feldman, nós teríamos vários pontos a questionar em relação a tudo o que foi dito aqui, o.k.? Eu poderia dizer que o senhor disse que deu transporte às famílias para o retorno as casas após o velório, e eu poderia contestar, porque quem pagou isso foi a Chapecoense. Eu, o Dr. Alan e vários advogados estivemos em Chapecó desde a terça-feira do acidente, porque tínhamos relações pessoais com algumas das vítimas. Mas mais importante do que isso, questionar o seguro, questionar as doações – doaram-se 5 milhões às vítimas... O senhor doou 5 milhões à Chapecoense. Isso foi distribuído da forma que à Chapecoense melhor conveio. Mas eu acho que a questão é totalmente suplantada nesse sentido, porque nós podemos contestar ponto a ponto. Eu acho que a questão não é essa, eu acho que a questão neste momento é outra.

Nós temos 105 crianças sem assistência. Independentemente de jogadores, de técnicos, são 105 crianças que não têm assistência psicológica, são pais, são filhos, são esposas que não têm atendimento. Eu não consigo entender a grandeza que tem a CBF, uma instituição desse tamanho, que talvez tenha a maior representatividade do nosso País em todos os sentidos, porque a comoção que existe em Copas do Mundo é algo surreal... Eu não consigo entender que a CBF não consiga se comover e, diante de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido de uma associação que se chama Abravic, responda, diga que já fez tudo o que poderia ser feito por essas famílias. É muito mais um pedido humanístico neste momento, em relação à CBF, no sentido de que ajude essa associação, para que essas crianças tenham um futuro pelo menos, porque elas não tiveram nem passado, nem presente.

A tragédia se deu em 29 de novembro de 2016, e essas crianças sofrem até hoje com a tragédia, essas crianças sofrem até hoje! A Abravic teve o seu numerário extinto em setembro, ou seja, nós temos crianças com mensalidades escolares atrasadas de outubro, novembro, dezembro.

Quanto àquilo que ficou para trás, até entendo toda a boa vontade e acho que, naquele momento, até atendia, ainda que às vezes de forma equivocada – é como eu falo da doação: gerou-se um clima horrível em detrimento dessa doação. O Galvão Bueno, no ar, disse que esse dinheiro seria doado às famílias, R\$5 milhões, mas esse dinheiro não chegou às famílias. Por que não chegou às famílias? Porque a CBF não disse como era para ser feito isso. A Chapecoense recebeu esse dinheiro e simplesmente partilhou da forma.... Até mesmo porque a Chapecoense também é vítima, de outra forma, de outro jeito, mas também é vítima, pois perdeu todo o seu ativo.

É óbvio que, num momento de tragédia, todas as confusões são possíveis. Eu vivenciei muitas delas, por isso não quero relatá-las aqui, até porque eu acho que é desnecessário falar do que foi aquele velório, do que foi o teatro daquele velório. Não vamos entrar nesses detalhes porque eu acho que só aumenta a dor das pessoas. Agora, neste momento, é diferente. Eu não vou mais conseguir discutir o passado. O que eu quero é que a CBF, dentro da grandeza da entidade, simplesmente faça uma doação à associação para que possam as crianças voltar a estudar, comer, ter remédio, bem como os pais.

Essa é uma frustração muito grande. Todo mês de novembro são matérias e mais matérias e mais matérias e mais matérias e mais matérias de famílias independentes. Nós tínhamos uma casta ali? Tínhamos, talvez dez ou nove famílias. Mas e o restante? E os jogadores de R\$2 mil? E os assistentes de R\$2 mil que nem seguro tinham? A catástrofe é muito maior.

O que eu faço, na verdade, é pedir para a CBF entender este momento, que é extremamente difícil. As famílias não têm mais recursos. Os advogados corremos a todos os lugares para tentarmos uma solução, e não é fácil. Essa é a grande verdade. Então, se nós pudermos pelo menos minimizar, neste momento, a dor dessas crianças, dos pais, eu acho que seria muito importante, Dr. Walter.

O senhor foi Parlamentar. Eu sei que nós tratamos com pessoas de bem. Eu não posso acreditar, se no momento pretérito foi feito tanto, que neste momento não se possa fazer algo. Trata-se, altruisticamente, de gerar uma condição muito melhor para aqueles que necessitam neste momento, dar apoio, dar apoio à causa.

Foi solicitado que vocês nos ajudassem, que colaborassem com as viagens internacionais atrás de recursos. A Afav-C fez esse pedido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, nós estamos correndo a todos os lugares. Aqui há uma gama de advogados que já fomos à Bolívia, à Colômbia, aos Estados Unidos e a Londres para tentar resolver o problema.

Mas, na verdade, tudo isso se perde no momento em que a gente chega perto dessas crianças – e nós temos muito contato – e vemos uma criança que teve de parar de ir ao psicólogo.

O senhor tem ideia, Sr. Walter, do que é subir em um avião com duas filhas de jogadores pela mão e ouvir elas perguntarem: "Tio, aqui do céu eu vou ver o meu pai?" O senhor consegue entender o que é isso? O senhor consegue entender o que é duas crianças de três e cinco anos perguntando a alguém se vão conseguir enxergar o pai? Essas mesmas crianças hoje não têm psicólogo. Essas mesmas crianças hoje, muitas delas, não têm o que comer. Então, transcende... O Senador Esperidião Amin é um gênio nessa questão das palavras, mas, assim: suplantamos tudo isso, estamos falando de gente, estamos falando de criança, nós estamos falando de futuro. Será que CBF não consegue se consternar com isso e ajudar essa associação, ajudar aqui? Quantas vezes você viajou, Mara? Quantas vezes você foi atrás de tentar buscar a solução?

Então, é como eu disse, se eu tiver que contestar, Senador Izalci, eu faço isso por escrito.

Eu posso dar um detalhe: eu estou aqui com o recibo do avião das vítimas, que foram saídas de Chapecó. Eu tenho aqui um recibo, de oitenta e nove mil novecentos e poucos reais, que foi pago pela Associação Chapecoense. Mas não é isso. O que vai mudar isso na nossa relação? Para dizer que a CBF faltou com a verdade em algum momento? Isso não resolve os nossos problemas. Isso não vai resolver nada.

O que eu quero, Sr. Walter, na verdade, como eu disse, é respeito à associação, respeito às pessoas. Ajude essa associação; ajude-nos a chegar a uma solução para o problema. São três anos em que a gente vem lutando. E, se não fosse este Senado, a nossa luta teria sido mais em vão ainda. Mas, graças a Deus, ao Senador Jorginho, ao Senador Izalci, ao Senador Dário Berger, à Leila, ao Romário, ao Kajuru... Temos que tecer inúmeros, inúmeros elogios, porque essas pessoas foram conseguindo fazer com que isso aqui acontecesse, com que o Itamaraty se envolvesse, o Ministério da Justiça...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – É. A Colômbia arquiva inquérito. A APS arquivou a análise de apólice... Assim, são coisas surreais. Isso aqui é uma catástrofe. Isso aqui é uma experiência de vida absurda. É absurdo o que a gente está vivenciando.

Então, não vou me alongar mais.

Sr. Walter Feldman, Sr. Buzzoni, Sr. Aro, se o Presidente estivesse aqui, eu tenho certeza absoluta de que escutaria o nosso pedido, de que atenderia ao anseio, que não é nosso, mas de crianças que estão sofrendo. Por favor, CBF, se consterne. Vamos estudar uma doação para essa associação. Nós temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores. Para a CBF não é nada; a CBF tem patrocinadores, poderíamos fazer isso de forma coletiva. Essas empresas poderiam até se utilizar de imagens... Mas não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agradeço-lhe, Dr. Marcelo. Está entendido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Antes de... Vou colocar o eslaide nº 7, mas eu quero só reforçar o que já foi dito aqui por diversos colegas, Parlamentares, Senadores e Senadoras: de fato, a gente só vai conseguir resolver essa questão dos seguros se houver realmente um envolvimento não só do Congresso, mas também do Governo Federal. Nós precisamos realmente...

A gente acompanhou desde o início essa questão aqui, sabemos dos detalhes. Houve, sim, muitas falhas. E, como foi dito aqui pelo Senador Amin, o seguro inicial era de US\$300 milhões, depois baixou para US\$50, aí não tinha como pagar, baixou para US\$25, depois excluíram Colômbia, excluíram isso e aquilo... E, agora, vem todo mundo dizer que não têm direito. Nenhum atleta, como a Leila já disse aqui também, ninguém pergunta, na hora em que vai entrar no avião: "Olha, fizeram o seguro? Quanto é o seguro?" Ninguém pergunta isso.

Então, a gente precisa não só do Governo, mas também – conclamo, Walter – que a CBF nos ajude junto a esses órgãos internacionais com que V. Sa. tem uma relação boa, a CBF, a FIFA, para que a gente possa sensibilizar as seguradoras para que cumpram realmente... Porque houve, sim, a conivência das seguradoras no momento em que eles não comunicaram à Anac, não comunicaram a ninguém, que o seguro não estava pago. Se eles tivessem dito "olha, o seguro não foi pago", a aeronave não teria saído. Então houve a conivência dessas seguradoras. Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que...

Mas eu continuo depois; eu passo a palavra se quiser responder já, mas eu tenho algumas indagações...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Melhor juntar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Melhor juntar. Então, por favor...

Eslaide 7: claro, a ação de reparação de danos materiais e morais que corre na 2ª Vara Federal de Chapecó prevê que a rescisão antecipada ocasionada pelo falecimento dos atletas faz surgir o direito da Chapecoense aos valores referentes à cláusula indenizatória desportiva de cada atleta vitimado pelo acidente. Essa é a ação que tramita lá na 2ª Vara de Chapecó.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O eslaide seguinte, com relação ao seguro: tendo em vista que o voo acidentado não foi uma iniciativa da Chapecoense, ou seja, o voo foi para dar cumprimento ao calendário internacional de competições oficiais, eu indago aqui aos nossos representantes da CBF por que motivo a CBF não está prestando auxílio jurídico às vítimas, incluída aí a Associação Chapecoense de Futebol e os familiares das vítimas da tragédia, no processo de indenização, uma vez que o contrato de trabalho desportivo firmado com a CBF prevê uma cláusula indenizatória desportiva – está aí, na cláusula 9ª, prevista essa cláusula indenizatória desportiva.

O eslaide seguinte, o 10: de acordo com os autos, o primeiro contrato formal – o primeiro, formal – para a contratação da LaMia pela Chapecoense ocorre em 4 de outubro de 2016, às 13 horas e 53 minutos. Loredana – está aí na linha do tempo... A Loredana Albacete oferece o serviço à Chapecoense na pessoa do Emerson Di Domenico, supervisor de futebol; Ricardo Albacete é copiado, lê também, e cerca de uma hora depois, às 15 horas e 4 minutos, a Chapecoense responde e corrige o destino do voo: Barranquilla, e não Medellín, e a data – inclusive muda a data com relação...

Eslaide 11: ainda no dia 4, cerca de uma hora depois, 16 horas, a Loredana Albacete envia uma nova proposta, corrigindo o destino e a data. O Emerson Di Domenico responde 40 minutos depois, às 16 horas e 42 minutos, e informa que repassou as informações aos demais integrantes do clube. Diz ainda que a proposta é atrativa e pede mais informações. O Ricardo Albacete continua sendo copiado.

No início da noite, ainda do dia 4, às 19 horas e 13 minutos, a Loredana Albacete fornece as informações adicionais solicitadas pelo Emerson Di Domenico. No dia seguinte, dia 5/10/2016, às 10 horas e 52 minutos, a empresa, então, Off Side Logística Esportiva Ltda., na pessoa do Rodrigo, que esteve aqui há pouco, entra no circuito. Rodrigo se coloca à disposição de Loredana para ajudar em todo o processo de contratação e registra as informações solicitadas pelo Emerson Di Domenico, que são importantes, uma vez que seria a primeira operação da LaMia com uma equipe brasileira.

Em ambas as mensagens, Ricardo Albacete foi copiado também.

No final da manhã do dia 5, às 11 horas e 31 minutos, o Emerson Di Domênico responde o *e-mail* da Loredana Albacete do dia anterior para dizer que gostaria de avançar na negociação; informa que o Rodrigo Ernesto, da Off Side, está sendo copiado também, pois se trata do agente receptivo das Américas – foi dito por ele aqui.

Segundo Emerson, ele, Rodrigo, teria toda a alçada para negociar. Emerson informa ainda que Mauro Stumpf, diretor de futebol, também estava sendo copiado, e Ricardo Albacete continua sendo copiado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante registrar que foi justamente neste *e-mail* que o Emerson Di Domênico pergunta: "Como chegou até nós para fornecer esses aéreos? Você é da LaMia Corporação? Trabalha para essa empresa? Caso não seja da LaMia, que empresa você representa e onde está situada, no Brasil ou no exterior?" Pergunta ainda sobre o plano de voo, autorizações, garantias e autorizações para sobrevoar o espaço aéreo dos países.

Ressalto que a resposta a essas indagações não são encontradas nos autos da CPI. Nós não temos essa informação com relação a esse *e-mail* que está aí.

Na próxima mensagem, já é 14/10/2016, às 15 horas e 26 minutos, a Chapecoense – a Mônica, que é a financeira do clube – informa sobre o pagamento da primeira parcela do contrato.

Registro que o contrato foi assinado no dia 10 de outubro de 2016.

Já perguntei ao Rodrigo aqui como é que ele chegou na Chapecoense, quem o indicou. Mas ele já disse aqui que desde 2012... Ele já fez aqui o depoimento dele, eu acho que responde a essas perguntas.

Pergunto, então, já para CBF. Eu tenho que algumas perguntas, mas vou fazer uma por uma porque isso facilita.

V. Sas. sabem nos dizer como a Loredana Albacete, que é a proprietária da LaMia, chegou até a Chapecoense? Sabem quem indicou? Não, não é? Parece que, pelo que o Walter disse... Você não tem conhecimento nenhum com relação a isso, Walter? Só para confirmar. (*Pausa.*)

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Absolutamente nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nada? Ninguém tem nenhuma informação?

Bem, o Rodrigo também já fez o depoimento dele aqui.

Outro problema... Tomou conhecimento da apólice, Walter, com relação a esse seguro que foi feito pela Chapecoense?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Nós temos todo o conhecimento da apólice do seguro feito pela CBF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pela CBF, mas com em relação à empresa não.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Porque há algumas questões...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Porque tiraram a Colômbia... Como é que o cara faz um seguro no qual o destino está excluído da apólice? É um negócio... Não existe, não é Girão? Como é que você vai fazer um seguro e o lugar para onde você vai está fora, está excluído do seguro?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Só um dado importante: o auxílio-funeral só incluía acidentes e tragédias ocorridas no Território nacional. Nós fizemos uma intervenção junto ao Itaú e à Porto Seguro para que pudessem beneficiar mesmo aqueles que estivessem em território fora do Brasil, e Itaú e Porto Seguro aceitaram. Mas, normalmente, a apólice estabelece muito bem os seus critérios e a sua rigidez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Porque nós queríamos saber, não é? Queríamos saber qual foi a resposta oferecida pela LaMia quanto ao questionamento relativo às garantias e autorizações para sobrevoar o espaço aéreo de outro país.

Alguém tinha que perguntar isso. É uma pena que o pessoal da Conmebol... Também não sei se eles saberiam, mas nós vamos chamar ainda essas autoridades responsáveis por isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Todas elas! Permita-me: todas elas nós vamos chamar, porque seguro é muito bom na hora de fazer, depois a gente vê uma aberração dessa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Contratação: nem a CBF nem o Rodrigo têm conhecimento com relação a isso.

Bem, tendo em vista a negativa da Anac, porque a Anac não autorizou, a LaMia então alugou esse avião dessa empresa de linhas aéreas para levar a Chapecoense de Belo Horizonte para Corumbá, como foi relatado aqui. De lá a Chapecoense cruzou a fronteira da Bolívia de ônibus para embarcar num outro voo da LaMia, lá da Bolívia, até Barranquilla.

E aí é importante registrar que, nas duas faturas da empresa, o endereço do *e-mail* da Off Side Logística aparece, mas, como foi dito pelo Rodrigo... É evidente que nós estamos aprofundando, mas, de qualquer forma, ele se colocou à disposição para qualquer esclarecimento. Mas, nessa contratação, talvez porque ele fosse receber os jogadores lá... Foi citado aqui o *e-mail* dele, porque ele disse que só presta serviços na parte terrestre; portanto, talvez o *e-mail* seja para isso, mas nós vamos avançar.

No dia 20, às 6 horas da manhã, a Loredana Albacete retifica o valor do último *e-mail*, enviado para incluir ainda uma parcela de US\$4.255,20 antecipada pela Chapecoense à empresa Off Side, que é para o serviço. Tudo bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim: nos autos da CPI da Chapecoense há registro... Eu perguntei aqui do grupo de WhatsApp. Então, só para ficar registrado: nós identificamos esse grupo, está aí o Chinho, o Décio, o Mauro, o diretor, todos que participaram desse grupo, mas não conseguimos ainda ter acesso às mensagens. Só sabemos quem participa do grupo, mas já solicitamos, Presidente, a quebra de sigilo para conhecer os diálogos desse grupo aí. Então, só depois de conhecer o diálogo é que a gente vai saber o que a gente pode avançar nisso.

Bem, numa das mensagens da Loredana... Troca com a corretora AON, dia 1º de abril de 2016, pouco antes da emissão da apólice fraudulenta. Essa apólice que foi emitida é uma apólice fraudulenta. Ela foi feita em 10 de abril de 2016. Ela faz o seguinte registro – abro aspas –: "Este é um excelente cliente, que maneja todos os times de futebol, que os jogos estão começando e que eles, LaMia, não gostariam de perder essa oportunidade." Ressalta ainda que há vários jogos da Copa Sul-Americana por acontecer e que eles seriam candidatos perfeitos para esses voos.

Nesse sentido, então... Inclusive, quando indagado aqui na audiência da CPI do dia 4, o Josphyr Oliveira, um dos advogados das vítimas, respondeu... Eu perguntei: "Eu vou destrinchar um pouco mais e aí você responde". Eu disse assim: "A CBF ou a Conmebol mantiveram algum tipo de relação contratual com a LaMia? Vocês acham que houve interferência da CBF e da Conmebol?"

Aí, o Sr. Josphyr Oliveira: "Ah, com certeza, sim, da Conmebol, no mínimo". Foi dito aqui na audiência passada.

Do mesmo modo, na audiência da CPI da Chape no dia 11, o Carlos Humberto Prola Júnior, que é Procurador do Ministério Público Federal, respondeu... Eu disse, perguntei para o Procurador: "Por acaso a Loredana Albacete fazia menção à Conmebol nessa mensagem trocada com a corretora AON?" Aí o procurador respondeu:

Há um *e-mail* que foi colhido pelos familiares onde a Sra. Loredana mencionou que eles teriam uma oportunidade de negócios interessante a partir de um contato com alguma entidade, imagino, ligada à área de futebol. Não sei exatamente quem seria, mas ela menciona isso. Nessas tratativas para a renovação do seguro, há um *e-mail* que dá a indicação de que algum contato foi realizado com alguma entidade que poderia [...]. Esse é justamente o *e-mail* a que eu me referi a V. Exa. A leitura desse *e-mail* indica que seria alguém relacionado ao futebol e que teria possibilidade de angariar vários contratos de transporte pela LaMia, mas eu não tenho como afirmar se seria essa entidade ou não. Mas esse é justamente o *e-mail* a que eu fiz referência para o senhor. Deixa muito claro que é alguém ligado ao futebol.

Não sei quem e ele também não. O Procurador também não pode afirmar que foi CBF ou Conmebol, qualquer que seja.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, num dos processos judiciais interpostos na 1ª Vara Cível de Chapecó, é suscitada a responsabilidade da Conmebol nestes termos:

Confederação Sul-Americana [...] (Conmebol), responsável por agenciar a contratação havida entre a LaMia e a Associação Chapecoense de Futebol. Conmebol tinha inequívoco conhecimento das precárias condições em que a LaMia operava e, mesmo assim, insistiu em sua contratação pela Associação Chapecoense.

Isso é o que está no processo da 1ª Vara Cível em Chapecó. Eu pergunto aqui, ia perguntar para o Rodrigo também, mas o Rodrigo já não está – mas ele deixou a entender que não tem nada com isso –: alguém aqui saberia nos dizer se Loredana Albacete fazia menção à Conmebol nessa mensagem trocada com a corretora AON?

Eu acho que não... Não sei. Walter, você tem conhecimento de alguma coisa relacionada a isso?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Olha, eu só queria dizer ao Senador Izalci que hoje em dia os sistemas de acompanhamento das ações de contratação de licitação são muito rigorosos dentro do futebol. Na CBF, poderia depois dar todos os detalhes, mas nós sabemos o profundo sistema de mudança que houve na Conmebol, garantindo que todos os métodos sejam transparentes e sejam acompanhados. Portanto, eu não acredito, na atual gestão, num tipo de interferência como esse.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E essa atual gestão estava à época do acidente? Ou houve troca da gestão?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Creio... Sim, sem dúvida, era o atual Presidente Alejandro. Houve mudança estrutural no funcionamento, com sistemas de *compliance*, transparência, ética. Não acredito numa interferência desse tipo, mas evidentemente nós vamos continuar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O que...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Só salientar: nós manifestamos, também, o interesse da CPI na vinda de um representante da Conmebol duas vezes junto a essa entidade. Infelizmente, a resposta não veio, mas nós vamos continuar insistindo para que eles venham aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É muito importante que a CBF, que tem uma boa relação com a Conmebol, nos ajude a obter todas as informações possíveis para poder esclarecer tudo isso. Então, pediria a interferência da CBF. Só que eles não vieram, mandaram um ofício...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Eu sei. Senador Izalci, nós somos do Conselho Executivo da Conmebol, mas essa é uma ação da Diretoria Administrativa. Então, queria que eles viessem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um pouquinho, Senador Izalci. A Deputada Caroline quer fazer uma indagação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Licença, Senador, por gentileza! Peço desculpas por interromper, mas é que a Senadora Leila... Até percebi que, às vezes... É só para dar uma sugestão, Presidente, sobre a condução. A Senadora Leila fez uma série de comentários, até pela experiência de ex-atleta, e solicitou que fossem feitos esclarecimentos com relação ao papel de interlocução da CBF junto à Conmebol. Daí, logo após, o Senador Amin fez a suas considerações e, também após, o advogado, Dr. Marcel, também fez várias considerações. Sugiro que assim que cada um faça uma consideração seja devolvida a palavra, até para a gente saber a resposta, porque senão um fala após o outro e a gente não sabe a resposta da CBF com relação a esses comentários. Então, a Senadora Leila solicitou que fosse reiterada a resposta da CBF às considerações dela.

Também gostaria de saber qual é a resposta com relação aos outros comentários que foram feitos aqui, até porque as famílias devem estar assistindo, e a CBF tem um poder muito grande e agora acabou de relatar que também faz parte da Diretoria Executiva da Conmebol...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Não, do Conselho Executivo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas nós entendemos que também gostaríamos de ter essas respostas com relação a todos os comentários que foram feitos aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No final, Deputada. É porque a gente está seguindo uma sequência, mas o final a gente deixou para que eles fizessem as considerações. Com certeza, vão falar em relação a isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo. Gostaria de sugerir que, nas próximas reuniões, fosse feito imediatamente, até para a gente não perder o *timing* das respostas.

Obrigada. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode ser, poder ser.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agradeço a sugestão de V. Exa., mas eu tenho um plano de trabalho e uma forma de fazer que, depois, posso passar para V. Exa., em função da experiência que a gente já tem de ter participado de várias CPIs. E também sou auditor e contador. Então, agradeço a V. Exa., mas lógico que, no final, a gente vai voltar, porque há outros fatores que podem interferir e eles podem responder conjuntamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, peço aqui à nossa equipe que solicite à Conmebol, se possível, que eles compareçam, mas que encaminhem, também, todas essas indagações e documentos com relação a isso. Pelo que foi dito pelo próprio Ministério Público, há indícios muito fortes de que a Conmebol interferiu na contratação, pelo menos é o que está no processo, inclusive com relação à corretora.

Para a CBF. Você saberia dizer também se a Loredana fazia menção à Conmebol nessa mensagem trocada com a corretora AON? Não! Pelo que ele colocou, não é o caso. O Rodrigo também já respondeu. Algum vínculo formal ou informal da LaMia com a pessoa de Ricardo Albacete Vidal ou de algum sócio dele? E a Conmebol? Se tem alguma ligação. Se puderem solicitar da Conmebol: primeiro, que eles viessem; segundo, que pudessem responder se havia realmente algum vínculo formal ou informal entre a LaMia e o pessoal do Ricardo Albacete e da Loredana.

Da mesma forma, tem também um sócio dele. Aqui está: sabe dizer se existe algum vínculo formal ou informal entre a LaMia, na pessoa do Ricardo Albacete, ou de algum sócio dele e a Conmebol? Se eles têm algum vínculo, se eles têm alguma relação, porque há indícios de que a Conmebol tem alguma relação com a LaMia ou pelo menos com o sócio da LaMia.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – É proibida no sistema do futebol qualquer relação entre fornecedores de serviço e diretoria das entidades.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Bem, já foi respondido pela CBF que não houve nenhuma interferência na contratação. Também, da mesma forma...

Bem, algum patrocinador de futebol brasileiro ou sul-americano tem alguma participação que normalmente interfere nisso, tem conhecimento, assim, com o clube? Às vezes, o patrocinador também quer dar palpite?

Senador Girão, V. Exa., que foi Presidente do Fortaleza, poderia dizer alguma coisa sobre isso? Acho que o Fortaleza não disputou ainda a Sul-Americana. Espero que participe um dia, mas, nessa experiência de V. Exa. como Presidente de clube, havia alguma interferência? Como é que funciona esse negócio de contratação de avião, essas coisas de transporte? V. Exa. pode emprestar a sua experiência nesse tema?

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Presidente, o nosso querido Jorginho, e você, Izalci, pela sua obstinação nesse tema, com muita responsabilidade, com muito cuidado – e merece –, porque é um fato que chocou o País. E como a gente sabe que nada acontece na vida por acaso, que tudo tem uma razão de ser, eu acredito que nós temos que tomar medidas nesta CPI, encontrar realmente soluções, punir, de alguma forma, eventuais culpados, para que não aconteça esse tipo de situação mais à frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passei muito pouco tempo à frente do Fortaleza. Foram 6 meses, em 2017. Na época, o Fortaleza não participava da Sul-Americana, não tinha essa questão de seguros. Os voos eram voos locais, aqui pelo Brasil, que é feito por uma agência que é indicada pela CBF, nacionalmente, e que fazia toda essa questão do traslado, dos hotéis. Tudo é credenciado da CBF.

Coincidentemente eu estive, neste final de semana, na Argentina, porque o Fortaleza foi, pela primeira vez na história, em 101 anos, jogar pela Sul-Americana e o clube alugou um avião. Eu vou me informar com o Presidente como é que foi feito esse procedimento, com o presidente atual, para trazer para a próxima reunião. Mas saí de Fortaleza, direto o voo, e foi para Buenos Aires. Eu saí aqui de Brasília. Não fui com a delegação.

Hoje, o que me preocupa muito – e eu fiz questão de estar nesta Comissão – é que jogadores que estão hoje no Fortaleza, na época, estavam na Chapecoense. De uma certa forma, se cria, dentro do futebol – seis meses que eu vivi e foi muito forte isso –, uma relação muito fraternal, de muita, muita irmandade entre os atletas, e foi quebrado um paradigma muito grande. Sempre falavam para mim: "Olha, cuidado com atleta de futebol. Esse negócio, na última hora, é dinheiro". Eu disse: "Rapaz, é olho no olho aqui, é transparência". E eu vi os seres humanos fantásticos que eles são, pessoas íntegras, corretas, tanto é que não é por acaso que um gol que fazem ou uma defesa sempre colocam para Deus toda a honra e toda a glória. São pessoas do bem, íntegras.

E chocou muito um dos atletas que está conosco hoje, que foi o nosso capitão nos dois últimos anos, ele estava na Chapecoense e, por um livramento, não entrou no voo, que é o Marcelo Boeck. A gente chegou a conversar sobre esse assunto e a preocupação é muito grande com o que as famílias hoje estão vivendo. As famílias, como bem colocou o Dr. Marcelo, estão numa situação muito preocupante de desamparo, e eu acredito que a CBF de alguma forma possa... E eu faço esse apelo também em nome...

O Senador Kajuru até queria a presença do presidente, fez requerimento, foi aprovado, ficou muito chateado, a pressão subiu, e nem veio para esta audiência porque ficou indignado, porque ele queria a presença do presidente – fez até uma CPI do Esporte aqui algum tempo atrás, o que não foi deliberado pelo Presidente do Senado ainda.

Mas eu acredito que, com muito bom senso – o Walter, que eu admiro há muitos anos, é uma pessoa com muita sensibilidade, foi Parlamentar e tem essa visão mais ampla da situação –, a CBF pode chegar mais junto das famílias, porque é irreparável a perda, como colocou, para as crianças – eu tenho filhas pequenas –, realmente é irreparável, mas, de uma certa forma, pode amenizar. Então, condições a gente sabe que tem, graças a Deus. Eu espero que a atual gestão, com a Secretaria-Geral do Walter, possa minimizar esse impacto para a vida dessas pessoas. A gente espera por isso.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixe-me só concluir e já vou passar para os Parlamentares depois que o Walter falar.

Bem, eu teria várias perguntas relacionadas a esse vínculo e interferência na contratação da LaMia. Então, pelo que foi dito aqui claramente, tanto o Rodrigo quanto a CBF não tiveram nenhuma participação nessas contratações. Eu só pediria, porque há realmente menção no *e-mail* da Loredana, que dá a entender, que cita a Conmebol numa mensagem quando fala na corretora AON quando da contratação, então, a gente fala que a Conmebol tem alguma coisa, sim, e precisava esclarecer isso. Como não veio o representante, a gente fica achando até que pode ser mesmo que tenha. A ausência nos dá o direito de pensar que pode ter alguma coisa. Então, se eles puderem vir, ou esclarecer, melhor...

Mas, Walter, além dessas questões, eu também quero fazer das palavras do Marcel, de todos os familiares, da associação, agora também do Girão, a Leila também colocou muito bem com o Amin, a CBF pode nos ajudar, e não só à CPI, mas também o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, vai chegar aqui, depois, a Anac, e o negócio do seguro.

Nós não podemos permitir que as coisas continuem, acontecer uma coisa dessas. Sobre essa questão, não tenho nenhuma dúvida, eu já tenho plena convicção de que houve crime, houve conivência. Esse seguro, o cara diz: "Ah eu não tenho dinheiro para pagar, então não posso viajar. Não posso viajar porque não tenho o pagamento". Está bom, então, vamos fazer aqui um arranjo, uma apólice. Ajeitou uma apólice, pagou uma mixaria, não comunicou que estava atrasado, porque qualquer um que soubesse que não havia seguro ou que havia essa fraude não teria viajado e, conseqüentemente, não teria acontecido esse acidente.

Então, eu quero apelar também para que, na medida do possível, se a CBF puder ajudar realmente essas crianças – e as associações, que têm prestado um bom serviço –, também dê apoio para que possamos não só evidenciar tudo isso, clarear tudo isso, como também mudar a legislação. Acho que V. Exa., como ex-Parlamentar, e o Marcelo Aro, como Parlamentar atual, podem nos ajudar a melhorar a legislação para que casos como esse não ocorram mais. Não podemos admitir essas seguradoras, as resseguradoras simplesmente dizerem que não têm nada com isso; têm com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, antes que saia o Senador Nelsinho Trad, quero agradecer a V. Exa., porque V. Exa. foi um dos primeiros a se preocupar com isso.

Vejo o Senador Chico Rodrigues agoniado. Eu concedo a palavra a V. Exa., depois a gente vai prosseguir aqui.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Em virtude de ter que me ausentar para uma audiência no Ministério das Relações Exteriores...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho assistido a algumas reuniões daqui da Comissão em relação a esse tema específico da Chapecoense e vejo obviamente todas as justificativas possíveis de todos os lados. O que na verdade me deixa extremamente confortável e tranquilo é que eu tenho certeza de que hoje o sentimento da CBF é o melhor possível. A CBF tem ouvido esse clamor, sabe e tem sensibilidade suficiente para entender a dimensão do problema causado a essas famílias. Quando o Dr. Marcelo falava aqui, de forma muito espontânea, é o sentimento que irriga o coração e a imaginação de cada um de nós ao ver essas dezenas de crianças, mais de cem crianças na verdade, que passam por essas dificuldades hoje. E tenho certeza, eu tenho certeza absoluta, de que, obviamente, apesar das implicações jurídicas, apesar dos contratos, não pode ficar nessa cantilena a vida inteira. Já se passaram três anos e as famílias, na verdade, dentro do possível, têm tido alguma assistência, mas que não é o suficiente.

O que me cala, mas ao mesmo tempo me anima, nobre Senador Izalci, V. Exa. que se debruçou sobre essa questão, o Jorginho, que é do Estado de Santa Catarina, onde aconteceu esse episódio fatídico, o que me cala e me anima ao mesmo tempo, como eu disse, é que tenho certeza de que patrocinadores, times de futebol, a própria CBF, na sua autoridade e no que representa para o futebol brasileiro, e não apenas para o futebol, mas para toda a Nação brasileira, vai ter realmente na pessoa do Walter Feldman, que é uma pessoa de conduta espartana, um político de história neste Congresso, na Câmara e no País, vai obviamente mostrar e discutir com precisão cirúrgica esse problema, para acabar com essa agonia de uma vez por todas, porque não pode ficar se arrastando por mais três, quatro anos. E o Presidente Rogério Caboclo, eu tenho certeza de que, ouvindo essas ponderações, ele que conhece o problema também de perto, vai facilitar a vida desta Comissão, mas, mais do que tudo, vai facilitar a vida daquelas famílias.

Então, eu gostaria de deixar este registro. O Walter Feldman tem essa capacidade de argumentação para tentar conciliar esse problema, que é um problema que comoveu o País inteiro.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Senador Izalci...

Deputada Caroline, V. Exa. deseja pedir alguma explicação, algum esclarecimento?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, eu só gostaria, como a Senadora Leila teve que se ausentar, ela gostaria que a CBF se pronunciasse sobre os comentários dela. Também acho que vale um comentário sobre a fala do Dr. Marcelo sobre as crianças, no que a CBF pode colaborar, e qual a relação da CBF com a Conmebol também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Walter pode responder sobre esses assuntos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Primeiramente, eu queria agradecer as manifestações elogiosas, não merecidas, mas com permanente esforço de dar a nossa contribuição, com o compromisso que a CBF tem de melhorar, aperfeiçoar e acrescentar valor, princípios e valores à realização do nosso futebol. Essa paixão nacional tem que ser concebida também do ponto de vista de um adicional social, de um adicional ambiental, de um adicional humanístico, que é exatamente a construção dessa nova gestão.

Quero dizer, Presidente Jorginho Mello, que o Presidente Rogério Caboclo é uma figura predestinada a fazer a transição para o novo modelo. Com sua experiência administrativa, financeira, jurídica, tem todos os atributos, sejam profissionais, sejam humanos, para poder realizar essa transição no diálogo, na discussão, no debate, na apresentação e na absorção de sugestões que possam ser realizadas, porque os mecanismos hoje de gestão têm controles muito rígidos de auditoria, de fiscalização, de prestação de contas. Os nossos compromissos são de caráter nacional, com o nosso povo, com as entidades que administram e realizam futebol no dia a dia, mas também têm conexões fortes com o resto do mundo. A CBF hoje é tratada como protagonista principal, um dos principais, no cenário mundial do futebol, não apenas do ponto de vista da qualidade no campo, que é a nossa história – nós temos todos os títulos imagináveis, todos, só não temos ainda no futebol feminino. Vejo as nossas Parlamentares aqui presentes, ainda nos faltam alguns títulos nessa área, mas, no masculino, todos. Mas nos faltava uma transição para um novo modelo de gestão, uma governança que pudesse honrar os títulos alcançados no campo. Hoje já podemos dizer que temos. Ganhamos prêmios internacionais de *compliance*, prêmios internacionais de responsabilidade socioambiental. Estamos em busca de novos títulos. Só nesta gestão, oito títulos internacionais.

E daí, o que isso tem a ver com o nosso problema?

Tem tudo a ver, porque faz parte de um sistema em que esperamos que acontecimentos como esse não ocorram nunca mais, com novos protocolos, com novos acompanhamentos. Os senhores e as senhoras não têm ideia do trabalho que o nosso Diretor Buzzoni vem realizando nessa empreitada de garantir que toda ação praticada pelo clube seja determinada por uma visão profissional, por uma visão de responsabilidade. O que aconteceu com o Manchester City agora vai acontecer no futebol brasileiro. Quem não seguir rigidamente as normas de compromissos, seja de gestões, compromissos administrativos, seja de responsabilidade com seus torcedores e com a sociedade brasileira em geral, ficará fora do futebol, não terá mais licença para continuar funcionando. Nós temos que ter orgulho daquilo que realizamos, porque, como foi dito aqui, é a nossa porta de entrada lá fora. Quando se fala em Brasil lá fora, o primeiro expediente é o futebol. Portanto, nós temos que dar demonstração de qualidade, de eficiência, de responsabilidade e de ética, que, na minha avaliação, hoje é o padrão central que deve nortear a nossa atividade.

Rapidamente, vou tentar responder aquilo que foi colocado, sem em nenhum momento fugir de nenhuma indagação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de receber a delegação da CPI para ser um representante *ad hoc* dela junto à Conmebol para que envidemos todos os esforços para que eles estejam aqui presentes. Eu não acredito que haja nenhum elemento que deva ser escondido ou que tenha dificuldades de respostas por parte da Conmebol, seja nas suas atividades, seja nas suas responsabilidades. Imediatamente após sair daqui, eu ligarei para o Astigarraga, que é o Secretário-Geral, que corresponde à minha ação aqui no Brasil, para que ele possa determinar qual seria o representante da Conmebol para prestar as suas informações aqui a esta importantíssima CPI.

Eu recebi várias perguntas e eu vou tentar respondê-las pelas anotações que fiz.

O Senador Esperidião Amin, com quem convivi muitos anos no Congresso, disse que o seguro não funcionou. O nosso funcionou! O nosso funcionou! Nós demos auxílio-funeral, nós demos um seguro de vida. Evidentemente, essa é a visão da CBF. Cabe questionamento, e eu compreendo. Essa é a polêmica que deve ser realizada até para saber quais foram os equívocos que nós não identificamos hoje. Na nossa avaliação, deu uma grande contribuição à sobrevivência das famílias naquele período. Nós vivemos de maneira aguda e consternada todo o episódio. Nós fomos ao local do acidente. Eu tenho aqui um depoimento, que vou deixar com o Senador Izalci, seja o do médico Solera, seja o do médico Pagura, da intimidade dos fatos ocorridos naqueles doze dias em que lá estivemos presentes. Foram muitas horas sem dormir! O médico Solera, pelas horas de sono não ocorridas, chega a São Paulo e sofre um capotamento no seu carro, por falta de sono, na marginal de São Paulo, exatamente por falta de sono, pelo envolvimento que houve.

Eu não quero citar esses fatos, caro Marcelo, apenas para fazer contraponto à sua proposta de consternação, porque também nós estivemos consternados. Eu não sorri em nenhum momento quando você fez o seu depoimento, pelo contrário, até porque eu tenho três filhos e quatro netos e sei o que é manifestação infantil, sei o que ela significa, sei do trauma permanente que essas crianças terão pelo resto da vida. Portanto, temos uma consternação permanente, um envolvimento nesse aspecto, seja naquele momento, seja três anos depois, seja para o resto da vida, porque esse trágico acidente não é passível de ser apagado da história do nosso País e do futebol em particular.

Eu queria responder ao Esperidião Amin e a Leila em conjunto e ao próprio Marcelo. A responsabilidade direta não existe. As responsabilidades em fatos como este são difusas e não são apenas do sistema futebol, são da sociedade como um todo. A tragédia que aconteceu é do Estado brasileiro, é da Colômbia, é do futebol, é da FIFA. A FIFA, através do seu Presidente, esteve presente no velório, demonstrando que aquela é uma preocupação de caráter mundial, porque isso pode acontecer em qualquer lugar do mundo. Se não tivermos acompanhamento, protocolos, logística absolutamente profissional, nós não os reduziremos, porque anulá-los é impossível. Qualquer evento pode acontecer, mas, se ele acontecer, que haja o seguro adequado, que se pague a indenização devida. O que está sendo analisado aqui e agora é exatamente isto, ou seja, quais foram as responsabilidades, quais foram as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causas, por que os familiares das vítimas não receberam a indenização adequada. Está muito claro que o foco da nossa atenção são as seguradoras, o sistema de seguros, as fraudes ocorridas e como nós podemos sanear em relação a esse evento...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Eu tenho um trauma em relação a essa...

Talvez, muito mais do que isso, seja preciso mudar a legislação para que fatos semelhantes não voltem a ocorrer. Isso me parece essencial no encaminhamento desta CPI. Evidentemente, temos um fato concreto, e ele tem que ser minorado e reduzido o máximo possível, mas, se pudermos para o futuro evitar que fatos semelhantes aconteçam, isso me parece fundamental e seria talvez a segunda maior contribuição, além de encontrar mecanismos que deem atendimento às vítimas.

Eu queria dizer que há uma tendência no Brasil, uma tendência talvez natural do ser humano, de dizer o seguinte: "Você é responsável. Dê um jeito, porque nós estamos sofrendo aqui". Se nós fizermos desse jeito, nós começamos a ficar em lados não necessariamente próximos ou aliados, porque nós estamos no mesmo barco, não somos contrários, ou seja, o adversário, que é o eventual responsável, não está aqui nesta sala hoje, e nós podemos enfrentá-lo em conjunto.

Diz o Marcelo o seguinte, Senadora Leila: "Mas fizeram pouco".

Na nossa avaliação, Marcelo, naquele momento, fizemos o máximo. Talvez, se chegasse alguma recomendação, como "por que vocês não fizeram isso?"... Mas não chegou! Talvez não tenhamos tido inteligência ou sabedoria: "Puxa, mas a gente poderia ter feito mais!". A nossa avaliação é que naquele momento foi feito absolutamente tudo. A CBF paralisou seus trabalhos, destinou tudo que era possível, organizou do ponto de vista nacional e internacional aquele que era o compartilhamento necessário. Ficou faltando? Bom, nós estamos abertos à avaliação e à crítica, sem nenhuma dúvida. Até eventualmente podem dizer: "Olhem, isso que vocês disseram não é verdade". Vamos investigar, não somos donos da verdade. Sinceramente, nós estamos muito abertos ao dizerem: "Vocês erraram e continuam responsáveis". Mas qual é a nossa responsabilidade? Eu acho que ela é difusa. A responsabilidade é de todos. Nós temos que nos somar para encontrar o caminho.

Eu seguro um pouco a minha vontade polêmica de ex-Parlamentar de dizer o seguinte: por que a CPI só foi instalada três anos depois? Puxa vida, poderia ter sido instalada imediatamente! Por que não? Por que não houve essa ideia? Houve alguma resistência? Alguém segurou? Ela poderia ter dado uma contribuição gigantesca a essa investigação.

Os órgãos brasileiros de Governo – Ministério Público, a área da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores – poderiam ter atuado mais? Agora, *a posteriori*... Talvez a gente pudesse ter feito um comitê, juntamente com... Puxa vida, acho que o resultado seria melhor! Nós poderíamos ter, eventualmente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratado o melhor criminalista do mundo. Nós somaríamos esforços para isso e iríamos ao foco da responsabilidade principal, que é a LaMia, a seguradora, que são os mais aparentes, para, parece-me, centrar no foco das responsabilidades maiores. Por que não fizemos isso? A CBF teria que ter feito isso? É a manifestação da Leila. Acho que todos nós... O que nós sentimos naquela oportunidade? Bom, vamos lá, vamos fazer tudo que a gente pode, vamos dar apoio logístico e financeiro, tudo que der no mundo do futebol!

Eu me lembro, no sistema de diretoria de competições, a Presidência da Chapecoense nos ligava toda hora, dizendo: "Escuta, nos libere do campeonato". Você sabe... Desculpe! V. Exa., Senador Girão, sabe como é difícil o calendário do futebol brasileiro. A Chapecoense ligava: "Nós temos um jogo humanitário com o Torino, com Roma, com San Lorenzo, com o Barcelona. Vocês liberam?". Eu me lembro como o diretor de competições se movimentava no calendário complexo do futebol para dizer: "Vamos dar um jeito. Vocês tem que ir rápido. Juguem lá! Captem o recurso necessário e voltem".

A gente sempre dizia: "Tudo que for possível para as vítimas". A nossa relação com as vítimas – eu queria dizer – é uma relação, do ponto de vista estrutural, complexa. A nossa relação é com a Chapecoense. O futebol é muito rígido nisso. Os sistemas são muito cobrados. Nós não podemos pegar dinheiro e dar para as vítimas ou dar para a associação dos advogados. O sistema de apoio financeiro, o nosso sistema fiscal, não permite. Você vai dizer: "Mas como não permite? A solidariedade é muito mais importante do que isso!". Mas não é bem assim. Infelizmente, as coisas... Nós temos que prestar contas de tudo que é feito. Hoje, na CBF, não existe o Presidente querer fazer alguma coisa e ele faz. Ele tem responsabilidades a serem cobradas. É muito importante que os senhores entendam isso, porque acabou o amadorismo no futebol. Hoje é tudo controlado, é tudo fiscalizado. O *compliance* é rígido.

Recentemente, o Washington foi demitido, o extraordinário Washington, extraordinário jogador de futebol, ser humano incrível!

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Nós tivemos que demiti-lo porque ele cometeu um equívoco. Não poderia ter entrado em campo e utilizado mecanismos eletrônicos que interferissem no funcionamento do jogo. Nosso sistema de ética diz que não dá, tem que mandar embora. Fazer o quê? Humildemente, ele reconheceu o erro. Se eu cometer um erro, eu vou ser mandado embora. Se o Presidente destina um recurso de maneira que pode ser humanitária, mas tem que ser...

Não é assim, Marcelo! Só quero dizer que é assim: o dinheiro que existe na CBF é um dinheiro que vem dos patrocinadores da Seleção Brasileira, em sua grande maioria. De tudo é prestado contas, tudo é destinação para organizar o futebol nacional. Grande parte das competições do futebol não existiria se não fosse a Seleção Brasileira; 80% dos recursos são destinados ao fomento do futebol, que tem uma função social gigantesca.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que eu controlo hoje a área social da CBF. No que a gente puder ajudar, apoiar, contribuir na área social do futebol, com apoio a programas que têm uma relação forte com a educação – nós achamos que o futebol é um processo educacional –, nós estamos absolutamente abertos.

Eu quero dizer: nós estamos aqui para receber sugestões. Dá para fazer mais? Se for dentro do sistema de *compliance*, de prestação de contas possível, faremos tudo. Mas não dá para dizer, Marcelo: "Conte com a gente! Pode deixar! O cheque está aqui, tranquilo!". É bravata. Hoje é bravata. É fazer bonito do ponto de vista populista, o que a gente não pode e não deve fazer.

Eu queria dizer para os senhores e para as senhoras, eu queria dizer para a Deputada que o futebol é um sistema de conflitos permanente. Nós temos, no mínimo, dez conflitos por dia, porque o futebol é conflito em si, ou seja, a disputa entre o perdedor e o ganhador simboliza que é um conflito, felizmente feito num sistema de paz, de cultura de paz, que a gente constrói para combater a violência, mas também extrapola, muitas vezes, esse mecanismo. Vai para a guerra física, vai para a luta, como você tem acompanhado. Então, os conflitos que nós temos são diários. Nós temos que enfrentá-los lá todos os dias. Então, não é que a questão da Chapecoense aconteceu e nós estamos cuidando dos outros conflitos. Nós estamos cuidando dos outros, mas, se pudermos dar uma contribuição adicional – nós temos que ver os mecanismos –, nós estaremos absolutamente abertos para discutir essas questões.

Vocês estiverem estar sentindo que meu depoimento é absolutamente sincero. Não estou fazendo onda populista aqui ou utilizando minha verve de ex-Parlamentar. Queremos ajudar. Queremos ajudar juridicamente, logisticamente. Achamos que fizemos nosso papel. Estou ouvindo aqui: "Não fizeram, poderiam ter feito mais". Bom, vamos ver como é que a gente pode contribuir.

Agora, com a afirmação do Esperidião Amin a gente precisa tomar certo cuidado. Eu adoraria que ele estivesse aqui, porque nós tivemos muitos embates intelectuais quando eu fui Parlamentar. Ele faz uma afirmação, que a CBF, o futebol era representado... Hoje em dia, o sistema administrativo do mundo dá muita responsabilidade na ponta. Ele reduz o papel da centralização da responsabilidade, até porque isso cria um grande caminho de fiscalização que não fiscaliza. Eu fui Secretário da Subprefeitura de São Paulo. Nós tínhamos 800 fiscais para fiscalizar tudo. Há milhares de posturas municipais. Sabe o que acontece? Não se fiscaliza nada.

Hoje nós estamos numa linha, eu diria, do ponto de vista da nova forma de gestão, em que a responsabilidade máxima tem que ser dada a quem age na ponta. É dela que vai ser cobrada a responsabilidade. Como? Garantindo mecanismos profissionais, oferecendo a ela os protocolos de comportamento, dizendo para ela que há um Código de Ética. E o Código de Ética hoje da CBF é um código do futebol. Não há nenhum protagonista no futebol que esteja fora desse código, ou seja, se cometeu equívoco, vai ser enquadrado com as penas mais duras, se necessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês acreditam nisso? Se não acreditam, por favor acreditem, porque as coisas mudaram, mudaram! Nós queremos ser um sistema modelar para o mundo, envidaremos todos os esforços para isso. Sabe por quê? A CBF apanha de todos os lados, todos os dias. A gente é responsável por um gigantesco complexo de interesses. Se a gente não fizer direito, nós vamos apanhar muito mais. Fazendo direito, a gente continua apanhando. Nós somos responsáveis pela arbitragem, sem nenhuma interferência nela, porque ela é independente, ela é autônoma, nela não pode haver interferência nossa. A CBF apanha, porque o pênalti não foi marcado, porque o impedimento não foi marcado. É assim, os senhores sabem que é assim. Então, nós temos o dever de seguir todos os elementos do *compliance* que hoje determina o bom funcionamento de uma empresa.

O que mais? "A CBF não prestou apoio jurídico." Nós definimos, naquela oportunidade, Deputada, o seguinte: a Chapecoense deveria ser a direcionadora de todo o enquadramento e da busca de resultados. Ficamos à disposição. Há muitas demandas, mas, em nenhum momento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu diria que, das informações que eu tenho – e eu tenho um papel institucional um pouco de ser relação com os clubes, com as federações –, em nenhum momento, pelo que eu me lembro, já que eu participei diretamente da coordenação do gabinete de crise, eu me recordo de qualquer demanda da Chapecoense, dentro dos critérios possíveis, que não foi atendida. Não me lembro. Não houve uma demanda: "Olha, por favor, vocês nos ajudem na área jurídica". Não me lembro.

Sobre essa questão social, foi dito: "Já fizemos demais?".

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Nunca dissemos que fizemos demais, não existe isso. A minha mãe fala para mim: "Você está bem filho?". Eu falo: "Eu estou bem demais". Ela fala: "Filho, nunca é demais. Sempre precisa mais". Então, não me lembro de nenhuma demanda que não tenha sido atendida, não me lembro.

Marcelo, e a demanda que... Desculpa chamá-lo assim. Sr. Marcelo, as solicitações e as demandas que foram aqui colocadas são novas para nós. Elas não existiam. Está certo? Por isso, como a Senadora Leila falou, não creio que tenha havido omissão, não creio que tenha havido desinteligência, mau tratamento, desprezo, senso de irresponsabilidade, não creio.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Secretário Walter...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Desculpa, eu me excedi muito, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, só um pouquinho.

Vamos aproveitar para fazer as indagações.

Eu passo a palavra à senhora, esposa do Sr. Mário Sérgio, para que possa fazer a sua ponderação.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Eu gostaria, desde já, de agradecer também, em nome das famílias, a presença da CBF. Isso foi tão pedido! Realmente era nossa intenção tê-los aqui para ouvi-los.

Sabemos que muita coisa foi feita, mas nós sabemos também que a tragédia foi uma tragédia sem precedentes. Então, eu gostaria de conjugar o verbo presente e, quem sabe, futuro. Eu acho que falar do passado é contraproducente, mas, quando o Sr. Walter Feldman fala de bravata, bravata realmente é um termo cujo significado as famílias sabem muito bem, porque, há 3 anos e 3 meses, nós lidamos com essa indignação. A princípio, houve uma revolta muito grande por parte das famílias. Eu acho que a dor do luto, a dor do absurdo é muito forte, chega a tirar o nosso sono, a nossa alegria de viver.

Enfim, hoje nós estamos num momento de construção. Hoje nós estamos no melhor daquilo que nós poderíamos imaginar nos nossos sonhos. O pioneiro disso foi o Senador Nelsinho Trad, depois vieram todos os outros Senadores. Nós temos que agradecer muito – desculpem se eu esqueci o nome de alguém – à imprensa brasileira também.

Nós gostaríamos hoje que vocês nos ajudassem a engrossar esse caldo, usando um termo bastante coloquial, porque hoje nós temos disponibilidade, estamos num momento de construção, mas nós não podemos aceitar essa maneira desumana com que nós estamos sendo tratados pelas seguradoras. Então, houve realmente um crime, houve uma série de erros, irresponsabilidades – eu não sei, eu não estou aqui para julgar. A questão é que agora nós precisamos de vocês também para nos ajudarem, porque esse caso – eu acredito, eu não sei, talvez eu esteja olhando muito para o meu umbigo ou com o olhar das famílias – eu acho que é uma questão brasileira, porque tanto os atletas... Nós falamos assim: na CBF, então os atletas receberam um seguro, as famílias, mas jornalistas estavam ali. Eu mesma trabalhei vários atestados de óbito para um processo que nós tivemos que fazer, fiz ajuntamento de documentos e tal. Ali havia jornalistas que ganhavam R\$3 mil, R\$4 mil por mês. Felizmente, não era o caso da minha família, e talvez por isso eu tenha um pouco de equilíbrio para poder liderar, para ser uma das líderes desse movimento. Mas nós temos famílias em situação... Independentemente da questão financeira, nós estamos falando da questão psicológica, da questão moral.

Então, eu agradeço muito a participação de vocês, eu acredito muito na força que vocês podem agregar ao nosso movimento.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo, quer falar alguma coisa?

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Vou ser bem breve.

Dr. Walter, no começo, eu falei que eu não quero falar de passado, porque sobre o passado a gente já sabe o que aconteceu. Se ocorreram erros, não ocorreram erros, eu também disse ao senhor que eu não queria discutir. Eu queria discutir daqui para frente. Então, há algumas demandas que eu acho que são possíveis. Por exemplo, que a CBF verifique as apólices de seguro pagas à época sobre a remuneração dos atletas, porque a remuneração dos atletas é feita sobre salários e direitos de imagem. Então, gostaria de que fosse reavaliado como foram pagas essas apólices, o.k.? Isso segundo a Lei Pelé.

Então, são...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Claro.

O SR. REYNALDO BUZZONI (Para expor.) – Eu não sei se o Presidente... Claro, vou pedir autorização.

O seguro é pelo contrato que está registrado na CBF em carteira. Esse é o seguro. Não envolve direitos de imagem; ele envolve o salário pago em carteira, que está registrado na CBF. O direito de imagem é outra remuneração que o atleta ou o treinador recebe, que não está registrada dentro da CBF. Então, o seguro não cobre isso, o direito de imagem.

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Então, na verdade...

O SR. REYNALDO BUZZONI (Para expor.) – Cobre os 12 salários do contrato que é registrado na CBF.

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Perfeito. Então, na verdade, não é sobre remuneração.

O SR. REYNALDO BUZZONI (Para expor.) – É sobre o salário registrado.

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Então, isso é uma dúvida que tem que ficar muito clara, porque isso é uma dúvida que ficou perene a todo momento, porque...

O SR. REYNALDO BUZZONI (Para expor.) – É sobre o salário registrado no contrato...

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Isso, porque a Lei Pelé diz "sobre remuneração". Então, esse contrato, em si, não...

E um outro pedido que eu ia fazer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REYNALDO BUZZONI (Para expor.) – Deixe-me só esclarecer: o seguro que a CBF contratou não é o seguro da Lei Pelé. O seguro da Lei Pelé é uma responsabilidade dos clubes. A CBF fez um seguro de vida para os atletas profissionais registrados na CBF – não é o seguro da Lei Pelé –, que engloba 12 vezes o salário registrado no seu contrato na CBF.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Também não é o seguro do voo, que é outro seguro.

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – Sim, Walter. É só para a gente deixar tudo muito claro...

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Claro.

O SR. MARCELO CAMILO (Para expor.) – ... inclusive pela própria boca da CBF.

E um outro pedido que eu faria é o seguinte: o jogador Neto foi acometido de uma série de problemas, encerrou a sua carreira, tentou por três anos, e o seguro da Prudential pagou em 22%. É um jogador que teve a sua atividade ceifada, e a seguradora disse que ele tem direito a 22%, ou seja, ele sobreviveu e pagou pela sobrevivência. Fazem-se cálculos absurdos para a indenização. Então, eu pediria realmente, se a CBF pudesse intervir em relação a isso, pediria realmente que o fizesse, porque até entendo que as cláusulas contratuais, à época, poderiam não prever a questão profissional do Neto, o que já seria um absurdo na contratação da apólice, porque, se se trata de um jogador, a partir do momento em que ele não pode mais jogar, ele está ceifado daquela possibilidade. Então, é nesse sentido.

E, reiterando, Walter, eu acho que não existe, não tem porque se ter animosidade com a CBF. Eu acho que é zero a animosidade nesse sentido. Agora, peço realmente: conversemos com os patrocinadores. Conversemos com os patrocinadores. Vamos achar uma forma, dentro do *compliance* da CBF, para que a gente possa ajudar essas crianças, essas vítimas em efetivo. A gente não quer nada fora, que não seja republicano, e muito menos o que... Mas eu sei que tem como isso ser feito.

Realmente, eu acho que é um pedido, não meu, como a Mara... Isso não é um pedido para jogador, gente; isso é um pedido para todas as vítimas. Nós já suplantamos aqui a questão de jogador, não jogador, jornalista, não jornalista; aqui a causa é por todos. São 68 cidadãos brasileiros que foram ceifados, mais os que sobreviveram. Então, eu acho que isso é muito importante, eu acho que isso tem que ficar claro.

Obviamente, nós vamos pedir a quem, Walter? A quem? Você mesmo enalteceu, a todo momento, a grandiosidade da instituição que você representa. Você mesmo colocou que talvez nós sejamos; que a maior representatividade do povo brasileiro seja o futebol. Então, eu tenho que pedir para quem tem, porque para quem não tem a gente não consegue pedir mais.

Então, gostaria muito de uma força conjunta, inclusive com a própria... Junto aos patrocinadores, para que a gente consiga pelo menos minimizar a dor dessas famílias. Esse é o meu pedido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Quero agradecer.

Para que a gente dê valorização às pessoas que nos assistem, do e-Cidadania – nós temos algumas indagações aqui –, responda quem puder responder.

Valdemagno Torres, de Pernambuco: "Por que cargas d'água foram contratar a boliviana LaMia, se havia voo direto [...] [de Guarulhos a Bogotá] pela Avianca?"

Nicole Ferreira, do Paraná: "O valor do seguro da empresa de aviação foi o suficiente para cobrir os gastos do time Chapecoense?"

Marcos Brito, de São Paulo: "[...] o seguro é um contrato que tem ônus e bônus, [...] [mas] não isenta a seguradora de [...] responsabilidade no evento".

Alguém quer responder?

O SR. REYNALDO BUZZONI (Para expor.) – Acho que, em relação à primeira pergunta, "por que contrataram a LaMia?", acho que foi a Chapecoense que fez o contrato, e ela tem como responder isso. A gente não tem como dar essa informação.

O valor do seguro da empresa de aviação também tem que ver com quem contratou o seguro, porque não é o seguro da CBF. O nosso seguro é do Itaú, para os atletas e, hoje, treinadores e árbitros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se me permite, deixe-me responder, porque, como a gente está participando mais ativamente... Então, em respeito aos nossos telespectadores, no caso, da TV Senado... "Por que cargas d'água foi contratada a boliviana LaMia, se havia voo direto [...] [de Guarulhos para Bogotá] pela Avianca?". É porque ficou claro no processo que a contratação foi feita em função do preço. A LaMia foi a que ofereceu... Enquanto chegaram a 135 mil, os outros cobravam 200 mil, 300 mil, 400 mil. Então, foi preço. Infelizmente, o atleta não participa disso, acha que está tudo 100%. Então, quem contratou a LaMia teve muitos problemas, porque a LaMia não poderia viajar; não tinha seguro, não tinha pago... Então, teve esse problema.

Agora, Nicole, o valor do seguro não é suficiente, tanto é que o seguro inicial dos aviões era de US\$300 milhões, depois baixou para US\$50, e, no final, como não tinha pago nem as parcelas do seguro, fizeram um cambalacho – que é o nome popular –, e criaram a de 25, só para viajar, e mesmo assim com cláusula excluindo o país de origem, onde haveria realmente a partida. É um negócio, assim, em que cabe responsabilidade dessas pessoas que contrataram.

"O seguro é um contrato que tem ônus e bônus, mas não isenta...". Com certeza, por isso que tem a seguradora, a resseguradora, e é por isso que nós estamos lutando, e queremos fazer com que essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguradoras, que essas resseguradoras e também a LaMia e os responsáveis por isso... Porque há também... A menina sabia, lá no aeroporto, ela sabia que a LaMia... Não é só seguro; a irresponsabilidade maior da LaMia não foi nem questão de seguro, foi colocar o combustível que não era suficiente para chegar ao destino. Ela viajava... Por questão econômica, economizou combustível, e o acidente foi por falta de combustível.

Então, só para esclarecer os nossos...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bem, nós estamos indo para o encerramento. Eu queria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro, ainda pode.

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Primeiro, eu gostaria de agradecer muito a oportunidade, dizer que já está aceito, imagino, o convite para participar das outras audiências relacionadas ao depoimento das seguradoras, e a qualquer momento que for necessário. Eu diria que podemos nos considerar em assembleia permanente até o encerramento dos trabalhos da CPI, fornecendo toda a documentação necessária, absolutamente toda. Não temos nenhum problema de transparência em relação a isso. Recolhi todas as demandas adicionais. Quero agradecer o depoimento da Mara – permita-me tratá-la assim – e dizer que envidaremos esforços adicionais para complementar aquilo que acreditamos que foi adequado naquele momento.

Eu queria me dirigir especificamente ao Presidente Jorginho e ao Senador Izalci e dizer o seguinte: eu fiquei responsável por essa tarefa dentro da CBF. Eu diria que me dediquei tudo o que pude e centralizei todos os trabalhos. Na época, o Presidente atual, Rogério Caboclo, era Diretor-Executivo de Gestão, e ele não teve uma participação direta, a não ser autorizar a doação dos recursos, organizar o sistema competitivo; fui eu que fiquei à frente de todos os trabalhos. Por isso é que nós enviamos aquele requerimento em que o Presidente Caboclo me delega a tarefa de fazer esse trabalho, não apenas nesta audiência, mas permanentemente, para fornecer todas as informações. Não haveria nenhuma dificuldade de ele vir, mas, não acrescentaria nenhuma informação àquelas que eu estou prestando agora e que poderei fornecer posteriormente, além de inúmeras atividades que teria no dia de hoje – até a convocação da seleção feminina, na qual sempre o Presidente está presente.

Então, minha solicitação é que, se for possível, que a CPI me considerasse esse elo permanente com as atividades que estão aqui sendo realizadas; se for possível, uma consideração política, formal, para que essa fosse a nossa ponte permanente, e que, eventualmente, pudesse haver a desconvocação do Presidente. Mas, claro, é uma decisão que a CPI tomará de forma autônoma e soberana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Senador Izalci, mais alguma coisa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu acho que pode ficar sobrestada essa questão. Pelo que foi dito aqui – a não ser que surjam fatos novos –, pelo que estou participando, estou vendo e estou analisando, acho que a CBF está fazendo bem. Tenho certeza de que pode fazer mais, e tenho certeza de que, com a sensibilidade do Presidente e também do nosso secretário Walter, que é uma pessoa que sempre admirei, foi meu colega na Câmara, é uma pessoa respeitada, tenho certeza de que vai envidar esforços para resolver da melhor forma possível.

Eu gosto de futebol e poderia até sugerir uma partida aí. Seria uma forma de ajudar, como já foi feito; uma partida beneficente. Mas pegava esse auge que está aí, o Flamengo muito bem – eu sou atleticano, não posso nem falar para o meu time jogar porque não vai dar nenhuma renda praticamente, mas há uns times bons aí, a própria seleção brasileira. Então, se puderem ajudar, acho que é uma forma, a CBF tem como fazer isso.

Mas também gostaria muito de pedir a V. Sa. que pedisse à Conmebol... É importante essa documentação, essas informações da Conmebol. Inclusive, acredito que... Eu não sei; o Presidente é de onde? De qual Estado, qual país?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – São Paulo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Na Conmebol?

O SR. WALTER FELDMAN (Para expor.) – Paraguai.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Do Paraguai, mas, se puder interferir na questão dos outros países para ter mais informações da Bolívia, para nós seria muito importante.

Quero agradecer a participação e pedir – ouviu, Girão? –, com a sua experiência, o que você puder contribuir também aqui com os nossos trabalhos... Eu falei com o Nelsinho Trad: é importante a participação do Ministério das Relações Exteriores. Nós já estamos aguardando uma documentação que solicitamos e a interferência, mas a CBF eu acho que pode também, Walter – tem o jurídico lá –, contribuir com a legislação. De que forma a CBF pode nos ajudar para que fatos como este não ocorram mais?

O que a gente já sabe é que essas seguradoras que estão se negando a cumprir a sua obrigação têm vultosos contratos no Brasil. Então, quem pode resolver essa questão definitivamente é, de certa forma, e está aqui convocada, a Susep e o Ministério etc. para que... Ora, se essas entidades que têm os seus





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguros e resseguradoras não cumprem o contrato – e para mim está clara a responsabilidade deles –, então de alguma forma não podem operar no Brasil, mas têm contrato com a Petrobras, com uma série de instituições no Brasil.

Então, peço a colaboração de V. Sa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero fazer alguns registros.

Deputado Walter Feldman, o senhor representa muito bem a CBF, não tenha dúvida disso, até acho que melhor que o Presidente – isso é o que eu penso, e tenho o direito de pensar. Eu não sei por que ele está preocupado em não vir aqui. Nós não temos... O Kajuru não vai avançar nele; nós não vamos deixar. *(Risos.)*

É ele vir aqui e dizer que não sabe, que não era do tempo dele, enfim. Então, vai ficar sobrestado até... Se nós entendermos que ele precisa voltar, a gente o chama, mas eu fico muito contente com a sua presença. O senhor representa muito bem a CBF.

A CPI que nós fizemos, que nós montamos – ouviu, Mara? – foi a última esperança de conseguir juntar todas as pontas. Ninguém fez CPI aqui para fazer palanque, para se promover. Nós relutamos até o último dia. Aí, como eu fui o autor, eu comecei a pegar as assinaturas, e muitos Senadores disseram: "Mas será que a CPI vai resolver?". Então, foi a última esperança de chamar todos os atores para que a gente consiga resolver. De conversa todo mundo está cheio.

Acho que as companhias de seguro... A Tokio Marine fatura uma grana por competência deles. Como o Brasil... É por isso que a gente tentou ir falar com o Ministro Sergio Moro, com o Ministro Ernesto, para dar um ar de chapa branca, porque é o Brasil que está envolvido.

Então entenda, Deputado Walter, que nós queremos a ajuda da CBF; ajuda em todos os sentidos, porque os senhores podem muito. A gente quer chegar a um final feliz; que as vítimas recebam o seguro, porque as companhias estão "pode, não pode"... Enfim, é isso que nos agonia. Nós não queremos saber do passado, não queremos revirar o passado – nós já discutimos isso muito com o Senador Izalci –, por que contratou isso e aquilo. Os erros já foram feitos; nós queremos saber é da indenização deles para tocar a vida do jeito que der.

Então, nós não queremos... Nós só precisamos do apoio da CBF, do prestígio da CBF, para que cerre fileira junto conosco para dizer para a companhia de seguro, para dizer para quem tiver que dizer: "Ó, tem que... Isso é um dever, alguém falhou, nós temos que corrigir!". É o mínimo que eles podem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

receber. As pessoas, o coração já partiu; agora é tentar essa parte financeira, dentro do mínimo do mínimo do respeito. É só isso que nós queremos.

Então, o senhor é nosso convidado de honra. Sempre esteja aqui para nos ajudar. Diga ao Presidente que a gente... Esse é o espírito. Nós não queremos imputar à CBF alguma coisa que ela não tem... Nós precisamos do prestígio da CBF para que a gente consiga resolver isso e que as famílias... "Valeu a pena instalar a CPI". Nós estamos pedindo ao Governo não que cancele as apólices que tem, mas que chame o Presidente dessa empresa, o diretor, quem a representa e diga: "Enfim, vocês estão faturando aqui, estão faturando bem, então considerem isso!".

Era isso que eu queria manifestar, agradecendo, mais uma vez, a presença do Deputado Aro, do nosso sempre Deputado Walter e do nosso Reynaldo, também, que está tentando fazer o controle lá da CBF da melhor forma possível.

Está encerrada...

Os senhores podem...

Eu só tenho aqui procedimentos nossos, internos, alguns requerimentos que foram apresentados.

Com base no art. 121, incluo extrapauta os seguintes requerimentos:

Requerimentos de nº 22 a 25, de autoria do Senador Izalci Lucas, com as seguintes convocações.

4ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 22, DE 2020**

Convoca Patricia Viviana Mirabal Fanola, executiva da APS, para prestar depoimento.

Autoria: Senador Izalci Lucas

4ª PARTE**EXTRAPAUTA**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 23, DE 2020***Convoca Nelson Atilio Martinic Vásquez, Diretor de Seguros da APS, para prestar depoimento.***Autoria:** Senador Izalci Lucas**4ª PARTE****EXTRAPAUTA****ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 24, DE 2020***Convoca Jorge Londoño Pinto, representante do grupo Estratégica, para prestar depoimento.***Autoria:** Senador Izalci Lucas**4ª PARTE****EXTRAPAUTA****ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 25, DE 2020***Convoca Maria Daniela, representante do Grupo Estratégica, para prestar depoimento.***Autoria:** Senador Izalci Lucas

Para que a gente ganhe tempo, vou colocar em deliberação em bloco.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco em votação a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 3 de março, para ouvirmos os representantes da Agência Nacional de Aviação (Anac), da Superintendência de Seguros Privados (Susep), da Subsecretaria de Previdência Complementar do Ministério da Economia, da AON Corretora de Seguros Ltda. e da Tokio Marine Seguradora S.A.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E com a presença do Walter, que se prontificou.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E a presença do nosso Secretário Walter conosco aqui.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dezenove minutos do dia três de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Jorginho Mello e Esperidião Amin, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Leila Barros, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Telmário Mota, Eduardo Braga, Paulo Paim, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Eliziane Gama e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitivas, conforme Plano de Trabalho e Requerimentos nº 18 e 20/2020. Oitiva do Marcelo Homburguer, Presidente da AON Benfield Brasil Corretora de Resseguros Ltda., em atendimento ao requerimento 18/2020; do José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S/A, em atendimento ao requerimento 20/2020. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Compreender, sob a ótica das seguradoras, o porquê da demora na liberação do pagamento das indenizações às vítimas e seus familiares dos seguros obrigatórios previstos na legislação brasileira. **Resultado:** Audiência pública realizada. **3ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2020** que : "Requer que a CPI deixe de convocar o Diretor Geral do Itaú Seguros S/A, Caio Ibrahim David, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2020** que : "Requer que seja requisitada à Caixa Seguridade, subsidiária da Caixa Econômica Federal, a documentação relativa aos contratos de "joint venture" que estão sendo entre a empresa e a seguradora Tokio Marine do Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2020** que : "Requer que seja requisitada à Petrobras a documentação relativa aos contratos entre a empresa e a seguradora Tokio Marine do Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2020** que : "Requer que seja convidado o Sr. Satoru Komiya, Presidente da Tokio Marine Holdings, para prestar informações sobre a participação da empresa que dirige no episódio que culminou com o acidente investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/03/03>

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Chapecoense, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas naquele acidente, e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não receberam as devidas indenizações.

A presente reunião tem por objetivo promover a oitiva de Marcelo Homburguer, Presidente da Aon Benfield Brasil Corretora de Resseguros Ltda., e José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S/A.

Ainda será realizada audiência pública com os convidados: César da Rocha Neves, Coordenador-Geral de Regulação Prudencial, representante da Superintendência de Seguros Privados (Susep); e João Souza Dias Garcia, Superintendente de Padrões Operacionais da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Solicito que os convocados, após sua oitiva, permaneçam neste Plenário, uma vez que podem surgir dúvidas a partir das informações prestadas nesta audiência.

Esclareço que, nas oitivas e audiências públicas, a palavra será inicialmente franqueada aos convidados ou convocados, para expor, por dez minutos. Após, farão uso da palavra o Relator, o Presidente e os demais membros da Comissão, na ordem de inscrição, podendo interpellar o convidado ou convocado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito que tome assento à Mesa o convocado Marcelo Homburguer, Presidente da Aon Benfield Brasil Corretora de Resseguros Ltda. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Izalci Lucas, para considerações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, como é do conhecimento público, a empresa LaMia operou irregularmente desde que se instalou na Bolívia, em meados de 2015, até o fatídico acidente da delegação da Chapecoense, no final de 2016.

As investigações conduzidas por esta CPI já identificaram inúmeras irregularidades nos procedimentos afetos aos diversos setores envolvidos com o fato ora investigado.

Em relação aos temas que serão tratados nesta audiência, vale, inicialmente – antes de devolver a palavra ao Presidente –, registrar a seguinte cronologia:

Após o acidente de 29/11/2016, a Chapecoense cobrou o seguro da LaMia, que, por sua vez, acionou a seguradora Bisa. Paralelamente, Loredana Albacete entrou em contato com a Aon, recebendo, em 01/12/2016, uma sinalização de que, apesar das cláusulas da apólice, a resseguradora Tokio Marine iria indenizar as vítimas.

Ocorre que, em fevereiro de 2017, contrariando o posicionamento anterior da Tokio Marine, a Bisa nega o sinistro, alegando que algumas cláusulas da apólice teriam sido desrespeitadas.

No final de março de 2017, a seguradora Bisa e a resseguradora Tokio Marine constituem um fundo de assistência humanitária.

Em dezembro de 2017, a Chapecoense e algumas famílias das vítimas entram com ação privada de perdas e danos, em desfavor da LaMia, da Bisa, da DGAC e da Sana, e, em novembro de 2019, o Ministério Público Federal entra com uma ação civil pública em face de LaMia, Bisa, Aon e Tokio Marine.

Enfim, passados três anos e três meses do acidente, as indenizações ainda não foram pagas. Registre-se que a tripulação da aeronave formada de bolivianos já foi indenizada.

Devolvo então a palavra ao Presidente, para que os depoentes do dia de hoje possam fazer as suas considerações iniciais. Aí, na sequência, eu faço os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo.

O senhor tem a palavra por dez minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Bom dia, Excelência, Presidente. Bom dia a todos.

Primeiro, eu gostaria de externar aqui os mais sinceros sentimentos e minha solidariedade aos familiares das vítimas desse trágico acidente.

Eu gostaria, primeiro, de me apresentar. Gostaria apenas de me apresentar: meu nome é Marcelo Homburger, eu tenho 54 anos, eu trabalho no mercado de seguros brasileiro há 36 anos, desde 1984. Estou trabalhando na Aon Brasil há 20 anos e, desde janeiro de 2019, aproximadamente 13 meses atrás, eu fui indicado para o Presidente da empresa aqui no Brasil.

Gostaria de iniciar explicando um pouco o papel da Aon Brasil. A Aon Brasil é uma corretora intermediária de seguros e resseguros. Como intermediários de seguros, nós buscamos soluções junto ao mercado segurador brasileiro e junto ao mercado ressegurador brasileiro, buscando as seguradoras para que elas possam assumir o risco dos clientes, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Operamos no Brasil. Nossa operação... A Aon Brasil opera na jurisdição brasileira, e, como intermediários, nós não precificamos o risco, nós não definimos as condições do seguro e do resseguro; nós fazemos a transferência do risco para o mercado segurador e ressegurador. Nossa... A Aon Brasil não... Por ter uma operação aqui no País, na jurisdição brasileira, nós não tivemos um envolvimento na colocação do seguro que ocorreu, que daria cobertura a esse acidente. Também não somos nem seguradores, tampouco resseguradores.

Gostaria talvez de só explicar um pouco que o mercado de seguros, seja no Brasil ou fora, tem duas camadas de operações. A primeira camada é a operação entre o cliente e a seguradora, que é operação de seguro, e a segunda camada é a operação de resseguro, que é a proteção da seguradora ou, como se fala também, o seguro das seguradoras, que é colocado junto aos resseguradores.

Até 2007, 2008, no Brasil, a operação de resseguro existia sob monopólio do IRB e desde então o mercado abriu. Essa forma de operar seguro e resseguro é que promove o equilíbrio das operações de seguro em qualquer mercado.

Então, eu gostaria de agradecer a V. Exa., Senador Presidente, a oportunidade que me foi concedida para fazer essas considerações iniciais e de me colocar à disposição para cooperar, colaborar, conforme eu puder, mediante meu conhecimento e minha experiência no mercado de seguros do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Com a palavra o nosso Relator, Izalci Lucas. Depois, o Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Vou pedir para colocar, inicialmente, o eslaide nº 3.

De acordo com os autos, acerca do conhecimento prévio da Aon sobre as operações da LaMia, incluídas as viagens frequentes pela América do Sul transportando equipes de futebol, faço o registro do seguinte histórico – aí está um histórico rápido – sobre o que aconteceu com relação a essa operação.

No dia 28 de julho de 2015, a Loredana Albacete informa a Simon Kaye, da Aon... Simon. Quem é Simon, Marcelo? Só para...

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu não conheço, mas deve ser um colaborador da Aon do Reino Unido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k. Então, no dia 28/07, a Loredana Albacete informa então ao Simon, da Aon, que a LaMia recebeu autorização como uma companhia aérea *charter* não regular, questiona a Aon sobre qual seria a melhor forma de assegurar os riscos da sua operação como *charter* não regular e dá exemplos de que foram requisitados por um time de futebol para voar para três jogos do Brasil e que também foram perguntados para outros três diferentes locais entre Paraguai, Brasil e Bolívia.

No dia 29/07, o Simon, que é corretor da Aon e principal negociador das apólices com a LaMia, informa à Loredana que irá conversar com as resseguradoras sobre o transporte da equipe de futebol da LaMia, pois eles poderiam ficar desconfortáveis devido aos altos pagamentos que teriam que fazer no caso de sinistro.

No dia 15/01/2016, a Loredana volta a falar com o Simon, da Aon e diz que ainda não tem condições de efetuar o pagamento das parcelas vencidas daquele seguro de 2015/2016, mas que gostaria de reativar a cobertura da aeronave CP-2933, uma vez que estão negociando dois voos para o Olímpia, do Paraguai, equipe de futebol. Loredana então informa ainda que outros dois contratos similares estão sendo negociados, mas que somente a aeronave CP-2933 está em condições de aeronavegabilidade. Simon apresenta o novo cálculo de prêmio para reativar apenas a cobertura da aeronave CP-2933 e diz que conversará com os resseguradores a respeito do time de futebol.

No dia 18/01/2016, Simon então apresenta o cálculo de prêmios para reativar a apólice para a aeronave CP-2933, *full flights risks*, por voo. Simon informa à Loredana que terá de discutir com as resseguradoras sobre os times de futebol, visto que este é um risco sensível, mas que isso só ocorrerá após o pagamento dos prêmios pendentes.

No dia 19/01/2016, Loredana e Simon voltam a se falar. Loredana diz que o Olímpia é um time sem expressão comparado a um time de faculdade de Londres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, dia 30 de março de 2016, a Loredana Albacete diz que Simon tem uma aeronave em condições de aeronavegabilidade, que é CP-2933. Informa ainda que dispõe de um contrato de voo a ser realizado em 10 de abril de 2016 para uma equipe de futebol. O voo sairia da Bolívia e iria até a Venezuela, retornando à Bolívia logo em seguida. Comenta que estão buscando contratos de longo prazo, mas que nesse meio tempo existem várias opções de contratos como esse. E ressalta que há vários jogos da Copa Sul-Americana por acontecer e que eles seriam candidatos perfeitos para esses voos. A Loredana usa o seguinte argumento: Não podemos operar sem seguro e não podemos pagar o seguro se não operarmos.

Aí, no dia 1º de abril de 2016, a Loredana volta a insistir na proposta feita anteriormente, que é o seguro por viagem e diz ser essa uma grande oportunidade, pois o seu cliente maneja todos os times de futebol. Diz que os jogos estão começando e que eles – a LaMia – não gostariam de perder essa oportunidade.

Aqui provavelmente há uma referência à Conmebol, por isso que a gente precisa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Isso... Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Maneja significa ter influência sobre, ter a rédea.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Isso, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É interessante isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por isso que aqui provavelmente ele esteja fazendo referência à Conmebol. Por isso que nós estamos querendo aqui a presença ou a justificativa da Conmebol com relação a isso.

No dia 2 de abril de 2016, o Simon informa à Loredana Albacete que a emissão de nova apólice depende do pagamento das pendências anteriores. Só lembrando que as pendências anteriores... Aquela de 300 milhões da aeronave inicial. Essas são as duas parcelas pendentes. Aproveita a oportunidade para pedir informações sobre o voo, quantidade de passageiros, contrato e outras informações. A Loredana responde que poderão pagar os prêmios pendentes em duas parcelas, no final de abril e no final de maio de 2016. Informa ainda que o cliente seria a equipe de futebol Club The Strongest da Bolívia e envia o contrato para análise da Aon. Diz também que, em princípio, gostaria de restabelecer apenas a cobertura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da aeronave CP 2933, sob a modalidade *per trip based*. Por fim, ressalta que existem ainda três contratos em negociação para o mês de abril de 2016.

Aí, no dia 4 de abril, o Simon então informa o valor aproximado das pendências, cerca de US\$50 mil, que é o prêmio da apólice de 2015/2016. Informa ainda que revisou o contrato com o Club The Strongest, não encontrando nenhuma exigência quanto aos limites do seguro. Desse modo, Simon, então, sugere a adoção dos limites impostos pelo cliente e pelas leis da Venezuela, limites esses, a propósito, inferiores aos que vinham sendo praticados em outras apólices, que é o de US\$300 milhões. Portanto, a sugestão de alteração do limite de cobertura partiu da própria Aon.

No dia 6 de abril de 2016, Loredana propõe um prêmio de no máximo US\$170 mil para cobertura completa, o casco e a responsabilidade civil da aeronave CP-2933. Aproveita para informar que estão fechando mais três contratos com times de futebol. O Simon informa à Loredana que os resseguradores não aceitaram a proposta de US\$170 mil e apresenta cotação da AIG de US\$333 mil, cobertura de US\$50 milhões para responsabilidade civil e US\$4,8 milhões para o casco. Loredana acha a proposta absurda.

Ainda no dia 6 de abril, Maria Daniela, do Grupo Estratégica, corretora boliviana, antiga Aon Bolívia, apresenta à Loredana uma proposta alternativa, obtida por Simon, que é da Aon, de cobertura de US\$50 milhões apenas para responsabilidade civil e prêmio de US\$120 mil. Loredana, então, aceita a proposta apresentada pelo Grupo Estratégica e aproveita a ocasião para informar que conseguiu as aprovações da Venezuela e da Bolívia para o jogo do Club The Strongest, mesmo sem o certificado de seguro. Loredana solicita a inclusão de cobertura para tripulação, pilotos e guerra na apólice. Então, colocou essa cobertura também da tripulação, dos pilotos e guerra na apólice. Por fim, Loredana questiona se haveria a possibilidade de reduzir a cobertura de responsabilidade civil para US\$25 milhões.

Por favor, coloque só o quatro, o eslaide quatro.

Ainda em 6 de abril de 2016, Simon responde que irá formalizar o contrato de cobertura conforme orientações da Loredana, assim como verificar se haveria diminuição do prêmio pela redução da cobertura de responsabilidade civil para US\$25 milhões. Diz ainda que, assim que tiver uma resposta, orientará o Grupo Estratégica, antiga Aon Bolívia, para emissão da apólice e dos certificados. Percebe-se que o aspecto financeiro foi o que prevaleceu nessa negociação.

No dia 7 de abril de 2016, Jorge Londoño Pinto, do Grupo Estratégica, informa à Loredana que estão solicitando os limites da apólice 2016/2017 com base nas regras da Federal Aviation Administration (FAA). E diz ainda que a Aon e a Seguradora Bisa estão todos coordenados e atuarão rapidamente assim que confirmada a cobertura por Londres (resseguradores). Ou seja, todos participaram. Ainda que a solicitação da revisão do limite tenha sido feita pela Loredana, a definição do limite foi estabelecida e executada pela Aon e o Grupo Estratégica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 10 de abril de 2016, a apólice de seguro 200046 é emitida, o prêmio é de US\$165.504,18, com as seguintes informações: Segurado, LaMia – não nomeia, inclusive, KiteAir como seguradora adicional. Vigência: 10 de abril de 2016 a 10 de abril de 2017. Cobertura principal: responsabilidade civil. E os limites: responsabilidade civil de US\$25 milhões, limite único combinado. Exclusões: limites geográficos sujeitos à cláusula LSW617H, excluindo diversos países, entre eles Colômbia e Peru.

No dia 11 de abril de 2016, Simon, da Aon, questiona Loredana sobre como teria sido o voo para a Venezuela, supostamente o voo do time The Strongest. Loredana responde que foi tudo bem, mas que eles perderam e complementa que a negociação com os outros times está avançando bem. A Loredana envia um *e-mail*, informando que irão transportar a equipe do Rosário Central para o jogo de Medellín-Colômbia. A Maria Daniela, do Grupo Estratégica, confirma aceitação dos resseguradores e solicita algumas informações.

No dia 3 de agosto de 2016, a Loredana informa a Simon que estão estrangulados, mas que estão em posição de pagar o prêmio seguro 2016/2017. Informa que efetuarão voos para o Paraguai e solicita aumento de cobertura, pois as autoridades do Paraguai requerem o cumprimento da Convenção de Montreal. Simon explica que não é necessário, pois a Convenção de Montreal requer cobertura de 15 milhões, e eles possuem 25 milhões, que são suficientes para cobrir com a legislação paraguaia.

Aí, no dia 14 agosto de 2016, a Loredana informa a Simon que irá transportar outro time de futebol para os jogos na Venezuela e Colômbia, na próxima semana, mas que eles estão tendo que ser muito flexíveis com o preço e, por isso, não podem pagar apólice nesse nível de prêmio, e questiona se ele avançou com os resseguradores da EcoJet.

Aí, no dia 13 de setembro de 2016, a Loredana informa a Simon que, ironicamente, a apólice também exclui a Colômbia e o Peru, países fronteiriços à Bolívia, e comenta que conversou com o Grupo Estratégica e que não haveria problema se eles informassem toda vez em que fizessem um voo sobre ou para esses países, e solicitou que, quando forem analisar a nova apólice, que eles gostariam de olhar de perto os países excluídos. Simon não fez comentário algum.

No dia 28 de setembro 2016, a Loredana informa, então, ao Simon que solicitou o cancelamento da apólice do Grupo Estratégica e sua substituição por outra com um prêmio 50% menor. Confirma também que foram 156 voos em 180 horas, desde abril até 29 de setembro de 2016.

O Simon...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Hein?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Vinte e nove de setembro de 2016. Entre abril e 29 de setembro, houve 156 voos em 180 horas.

O Simon apresenta um novo plano de pagamento, dividindo a segunda parcela de 50% em dois pagamentos, e solicita a confirmação para a instrução do Grupo Estratégica. A Loredana, então, agradece e questiona Simon se eles deveriam ficar preocupados e não pagar a apólice vigente em dia e se eles poderiam efetuar parte do pagamento.

Aí, no dia 05/10/2016, Loredana diz que, no mês anterior, levou a equipe Vinotinto, da Venezuela, para jogar na Colômbia, sem que tivesse havido problema algum com as permissões. Loredana diz ainda que a LaMia estava transportando a seleção boliviana para jogar em Natal, aqui no Rio Grande do Norte.

E, em 11/10/2016, o Grupo Estratégica e a Aon sugeriram que a LaMia mantivesse as apólices atuais até o final da vigência, com o pagamento de prêmio pendente, vencido no dia 02/10/2016, em duas parcelas. Então, dividiu essa parcela para pagar em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017. As próprias corretoras propuseram a dilação do prazo para pagamento do prêmio pendente. Uma das datas, inclusive, é posterior ao acidente. Foi uma proposta da própria corretora.

Então, agora, eu faço as minhas perguntas em relação a isso que foi colocado.

Eu pergunto, primeiro: por que a Aon e o Grupo Estratégica, em conluio com a Seguradora Bisa e a resseguradora Tokio Marine, agiram de modo a favorecer a empresa segurada, a LaMia, a fim de viabilizar o seu retorno à atividade e, consequentemente, garantir o recebimento dos prêmios em atraso, sem se preocupar com a correta avaliação dos riscos envolvidos e eventuais indenizações aos usuários do serviço prestado pela empresa de transporte aéreo.

Como são só algumas perguntas, acho melhor fazer uma por uma. Assim fica mais fácil de V. Sa. responder.

Então, por que a Aon e o Grupo Estratégica, em conluio com a Bisa e a resseguradora Tokio, agiram de modo a favorecer a empresa, a LaMia, a fim de viabilizar o seu retorno à atividade e, consequentemente, garantir o recebimento de prêmios?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Essa é a pergunta que faço, então, ao Sr. Marcelo. O senhor poderia responder sobre isso.

A empresa se preocupou com o financeiro e deixou de lado o risco, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Pegando uma carona nessa sua colocação, que seria a minha também, gostaria de saber se há outros precedentes similares, ou seja, para eu poder te pagar, eu tenho que operar. Houve outros casos? Essa é uma espécie de Refis: olha, eu te devo, mas só posso te pagar se eu puder operar. Houve outros casos desse tipo?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra o Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, obrigado pela pergunta.

Eu, como representante da Aon Brasil, tenho que registrar que não tenho qualquer informação a respeito desse processo que aconteceu. Essas informações não foram disponibilizadas para mim ou para qualquer colaborador da Aon no Brasil, pois foi uma operação realizada em outro país. Essas informações não chegaram ao nosso conhecimento e não temos nenhum detalhe, obviamente, a não ser, agora, essas informações que estão no detalhe. Nós não temos acesso nem podemos avaliar isso dentro de um contexto tendo em vista que nós temos uma limitação de informação porque não participamos desse processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mesmo sabendo que V. Sa. viria aqui, ninguém informou nada sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um pouquinho.

O senhor sabe que o senhor foi convocado e que está sob juramento. É uma CPI. O senhor não conhece nada disso de que estamos falando?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Aí é brincadeira!

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, por ter sido essa operação realizada em outro país, em outra jurisdição, essas informações não são de nosso conhecimento, elas não chegam para nós aqui na Aon Brasil. Portanto, todos esses detalhes não são do nosso conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu lamento a sua...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – V. Exa. continua com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não houve nenhuma preocupação... Não há uma relação da Aon que atua no Brasil com a Aon de Londres, na Inglaterra? Não há nenhuma relação entre as duas?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, sim, há uma relação, quando temos algum negócio do Brasil em que é colocado, em que é usado o *expertise*, o conhecimento da Aon Reino Unido para alguma colocação do Brasil para fora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E a Aon local não se preocupou em perguntar ou convidar alguém da Aon de Londres para vir para este depoimento? Porque nós queremos realmente resolver essa questão ou pelo menos esclarecer isso. Se V. Sa. chega aqui e diz que não conhece nada, isso significa que a Aon não tem as informações, não vai dar as informações? Qual é o... Porque eu tenho várias perguntas. Provavelmente V. Sa. vai responder que não conhece nada disso.

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu quero ajudar na minha capacidade de conhecimento e de entendimento do assunto. Eu estou aqui para isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – O senhor está aqui para ajudar a sua empresa, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu vou continuar as perguntas, e V. Sa., então, se puder responder algumas... Mas já quero aqui já... Nós convidamos a Susep aqui exatamente para poder acompanhar esta audiência pública, e a gente ver de que forma a Susep pode fazer esse tipo de controle. É inadmissível que as empresas que operam no Brasil e que têm matriz no exterior não tenham nenhuma relação, não tenham nenhuma responsabilidade com as coisas que acontecem no Brasil. Mas vamos na sequência.

Por que, nas negociações da última apólice, foram desconsideradas a natureza e a região de abrangência dos serviços prestados pela LaMia, ou seja, o transporte de equipes de futebol na América do Sul, inclusive em países andinos, em especial a Colômbia e a Bolívia, o que reduziu significativamente o valor da cobertura existente? Como é que numa apólice você tira inclusive o país de destino da responsabilidade dessa operação? V. Sa. tem conhecimento disso? Porque isso aí diminuiu o preço. Evidentemente, como a prioridade do seguro era o preço, baixar o preço de qualquer jeito – não é? –, foi feito então o seguro, mas sequer observaram que o destino, o país de destino do time estava excluído da apólice. Um negócio fora... V. Sa. sabia disso? V. Sa. tomou conhecimento de que na apólice o local do jogo foi excluído da apólice?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu não tomei conhecimento, porque não tive nenhum acesso a essas informações no decorrer do processo. Por esse seguro ter sido feito em outro país, em outra jurisdição, essas informações não vêm para o nosso País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Aon de Londres tomou conhecimento desta CPI? Sabe que está acontecendo esta CPI?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu acredito que Aon de Londres saiba que existe esta CPI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E não se preocupou em dar nenhuma informação para que V. Sa., que representa essa resseguradora, essa seguradora ou resseguradora no Brasil pudesse responder alguma coisa?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu, através da área jurídica da empresa, solicitei as informações para poder me preparar, porém, Excelência, não recebi nenhuma informação a respeito desse caso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. pediu ao jurídico, e eles...

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, todo o meu encaminhamento foi através do nosso... da área jurídica da Aon Brasil para solicitar essas informações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. tem os documentos, algum *e-mail*, algum pedido oficial disso ou não?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu tenho, sim, correspondências e conversas com o nosso jurídico para que eu pudesse ter acesso a essas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu pediria a V. Sa. que encaminhasse a esta CPI todos esses pedidos dessas informações.

Mas houve alguma negativa de informação ou pelo menos prazo para responder isso?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu não recebi nenhuma informação a respeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. é o Presidente agora da empresa?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu sou o Presidente da Aon no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E V. Sa. não teve essa preocupação de convencer a matriz sobre a importância desse ato da CPI, desta audiência, a importância das informações ou, pelo menos, a importância de dar uma satisfação, tendo em vista que já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai completar mais de três anos e meio, sem essa indenização? Não há nenhuma preocupação de Londres de responder nada?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu manifestei essa preocupação, porém não recebi nenhuma informação e imagino que isso tenha sido decorrente do fato de essas informações serem de outra jurisdição e de haver algum tipo de confidencialidade, alguma legislação que eu não conheça de outros países.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, resumido, V. Exa. não sabe de nada com relação a isso, porque eu tenho muitas perguntas. Não sei se vale a pena continuar perguntando se V. Exa. não sabe de nada.

V. Exa. tem conhecimento de alguma coisa relacionada a essa apólice, a esse seguro, alguma coisa assim, ou não?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, as informações que eu tenho são as informações que estão publicamente disponibilizadas. Tomamos conhecimento através da...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Qual o conhecimento principal que V. Sa. tem? O que V. Sa. poderia dizer sobre essa operação?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, o meu conhecimento se limita ao que foi veiculado na mídia de que as seguradoras e resseguradoras não estariam fazendo a indenização relacionada a esse acidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. sabe do fundo humanitário, tomou conhecimento disso?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, tomei conhecimento através da mídia também sobre o fundo humanitário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. não conhece nenhum acordo que foi feito, nenhuma proposta que foi feita com relação a isso?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Não, Excelência, eu não tenho essa informação, porque essas informações não foram disponibilizadas para mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. sabe se o Presidente da Aon de Londres teria disponibilidade, poderia vir aqui falar alguma coisa? Há alguém lá em Londres que poderia contribuir com esta CPI?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu tenho certeza de que, se esta CPI entender que seja importante a presença da Aon Londres, acredito que possam ser, sim, convocados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para participar, assim como eu estou me disponibilizando claramente para vir aqui tentar cooperar com V. Sas., mediante meu conhecimento técnico e experiência de seguro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então, Presidente, eu acho que caberia, então, à CPI convocar ou convidar o Presidente da Aon de Londres...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Concordo plenamente com o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E peço que, se V. Sa. puder solicitar já alguma informação sobre isso, para a gente poder já adiantar o trabalho, a gente... Acho que poderíamos... Nós teríamos que fazer um convocação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então, nós faríamos, então, um requerimento para que se pudesse responder. Eu acho que as demais perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Srs. Senadores...

Srs. Senadores, por gentileza...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... ficam prejudicadas, porque eu não vou ficar perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por gentileza, por gentileza, nós vamos...

Acho que o Sr. Marcelo não sabe bem para o que veio aqui. Ele chega preocupado com as vítimas do acidente, mas não tem nada para informar. Eu acho isso uma falta de consideração, de respeito etc. Mas ele sabe que está numa CPI; isso é importante que ele saiba.

Nós vamos... Eu vou propor, no final desta audiência, Sr. Relator, a convocação do Presidente, que deve saber alguma coisa também, ou não saber de nada. Então, já fica na sua pauta que esse requerimento seja da Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quem era o Presidente antes de V. Sa. assumir a Aon, agora recentemente?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor. *Fora do microfone.*) – Excelência, aqui no Brasil?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor. *Fora do microfone.*) – Anteriormente a mim, o Presidente anterior a mim chama-se Marcelo Munerato de Almeida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Marcelo também?

Mas V. Sa. sabe se o Marcelo participou? Tem conhecimento disso?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Tenho certeza de que ele também não tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nenhuma informação?

Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, primeiro inscrito. Depois, o Senador Kajuru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu peço perdão, mas eu não posso impedir que a minha memória funcione neste dia. Como diz aquela música, aqui, neste mesmo lugar, nesta sala nº 2, em 1997, se realizava a CPI dos Precatórios. O Presidente da Comissão era Bernardo Cabral, Relator da Constituição, e o Relator era o Senador Roberto Requião, um pouco mais fogo do que o Senador Izalci – eu também era um pouco mais, porque era 23 anos mais moço!

Faço questão de relatar isso aqui porque nós estamos assistindo, num outro plano, Senador Nelsinho, à mesma tática. Naquele lugar, casualmente nesse mesmo lugar que o senhor está ocupando, sentou-se o Sr. Ibrahim Borges Filho. É um nome inesquecível, porque a Indústria Brasileira de Formulários era a empresa que fazia publicidade no São Paulo Futebol Clube. Ele tinha que prestar contas para nós do dinheiro – Senador Jorginho Mello, o senhor se lembra disso –, da taxa de sucesso dos títulos de Santa Catarina, R\$33 milhões em 1997, que passaram pelas mãos dele e tiveram outros destinos, que a CPI apurou. Perguntou-se para ele: "O que o senhor fez com aquele cheque de 7 milhões?" Ele respondeu, Senador Nelsinho – está nos *Anais* aqui –, o seguinte: "Perdi no jogo." "E esse outro cheque de 5 milhões?" "Perdi no jogo."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – E não me convidou para esse jogo? *(Risos.)*

A coisa virou lúdica. Isso está nos registros aqui, não é brincadeira não. Tática é tática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim foi sucessivamente com os vários cheques até perfazerem os R\$33 milhões, que foi o valor da taxa de sucesso embolsada sem prestação de serviço, porque as letras não foram vendidas, além de serem baseadas em precatórios falsos, lesando Santa Catarina até hoje – até hoje! O mal presságio é que até hoje isso não foi resolvido e o crime está impune.

O Senador Vilson Kleinübing participou ativamente dessa CPI. Naquela época não havia Polícia Legislativa. Eu consultei o Senador Bernardo Cabral e, diante da flagrante falsidade ideológica das respostas, pedi que o Sr. Ibrahim Borges Filho fosse preso com base no Código Penal Brasileiro e, mesmo sem ter Polícia Legislativa, isso foi deferido. Foi decretada a prisão dele pelo Senador Bernardo Cabral, que é um constitucionalista. Aí, ele disse: "Então eu gostaria de falar." A sala foi esvaziada, e ele nos deu os nomes dos destinatários dos cheques, sendo que esse maior foi repassado ao familiar de um dirigente de um grande banco brasileiro. O segundo cheque foi fatiado em três partes, na agência do Banco do Brasil Alto da Rua XV, em Curitiba. E assim nós conseguimos...

Eu não quero chegar a esse ponto, mas me lembrei também – agora uma memória mais rasa – de que, quando nós recebemos o Sr. Alex, da Tokio Marine... É da Tokio Marine, não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Do fundo... É, digamos, o gestor do – entre aspas – "fundo humanitário".

O Senador Romário foi um pouco mais incisivo do que a Senadora Leila e até mais incisivo do que o Senador Kajuru diante do deboche: "não sei nada", "não é comigo". Isso me faz lembrar a figura do policial que foge do flagrante: ele nunca está presente e, se for necessário, ele se ausenta.

Então, eu acho que esta CPI, Senador, que nasceu de um dever que nós temos, vai ter que considerar que nós corremos o risco de chegar ao término do prazo dela devidamente enrolados e, o que é pior, desmoralizados! Porque você cria uma CPI e não evolui em nada, com os poderes que uma CPI tem? É para desmoralizar. E eu não gostaria de participar disso.

E, quando alguém é convocado e preside uma entidade, ele não tem que saber do que ele sabia; ele tem que saber daquilo que envolve a entidade que ele preside! É uma responsabilidade funcional. Se você é investido do cargo de Senador, você tem as responsabilidades do que acontece no Senado. Pode não ser autor, mas tem as responsabilidades. "Ah, não fui eu que fiz". Então, eu queria fazer essa advertência a mim mesmo.

Peço desculpas se fiz essa viagem no tempo, mas é verdade. E, naquele tempo, Senador Nelsinho, não havia Polícia Legislativa. Foi preso e abriu o bico. Foi delação não premiada, mas também sem o constrangimento da prisão. Foi melhor do que o que hoje se faz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo fazendo aqui as indagações que eu quero deixar registradas. E eu já tinha antecipado: não é acareação, mas nós vamos ter que chamar essa turma junto. Por isso as minhas perguntas são para o conjunto. Não adianta dizer "eu não sei", "não, eu não estava lá", "eu não enxerguei isso".

Então, são quatro perguntas: uma à Aon, à Tokio Marine, Tokio Marine Kiln – você já vê que são duas pessoas jurídicas... Não fui eu que fiz, mas há uma piada malfeita que diz: "Valei-me, Santo Antônio!". Aí perguntam: "De Pádua ou de Lisboa?". "De Pádua". "Então, não é comigo", mesmo sendo a mesma pessoa. O santo é o mesmo.

Considerando que as apólices de seguro da LaMia foram renovadas – e isso faz parte do relatório que antecedeu a pergunta do Senador Izalci – desde o ano de 2012, com a cobertura de US\$300 milhões e que não houve qualquer alteração no risco – o risco é o mesmo, ou seja, as responsabilidades abrangidas pelas apólices, as responsabilidades são as mesmas.

Então, a pergunta: por que a seguradora, o corretor, a resseguradora... Olha bem, o "não é comigo". O que faz com que eles reduzam a cobertura nas apólices de US\$300 milhões para US\$25 milhões. E aí eu renovo a pergunta: isso é uma prática no mercado? Quer dizer, a mesma coisa vale menos hoje do que valia ontem?

A viagem da Senadora Leila para disputar o vôlei valia "x". Eu, como fui jogar tênis, vale... Não, 8 "x" menos. Eu até admito que em alguns ângulos isso é verdade, mas não sempre. Humanamente não é, competitivamente não é, como responsabilidade não é.

A Aon, a Tokio Marine e a Tokio Marine Kiln, considerando que a LaMia explicitou ao corretor sua estratégia para transportar equipes de futebol e que reiteradamente solicitou e recebeu autorização... É aquilo que eu falei, houve um refis: olha, eu te pago quando puder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quando puder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Enquanto isso, preciso trabalhar para poder ir te pagando. Está topado!

Houve um acordo, pessoal. E acordo envolvendo vidas! E aconteceu que houve a tragédia. Agora, ela não passou ao largo disso, ela passou ao largo de um acordo que envolvia dinheiro. E a responsabilidade, além de toda a dor, também envolve dinheiro. Então, poderemos entender que o corretor, a seguradora e a resseguradora eram conhecedores do agravo de risco e que as indenizações não poderiam ter sido negadas por esses motivos? Ou não? Eu acho que elas não poderiam ter sido negadas.

De novo: Aon, Tokio Marine e Tokio Marine Kiln. Considerando que a LaMia possuía dois seguros na data do acidente – prestem bem atenção –, um para os passageiros e outro para a tripulação, no mesmo voo. Como diz aí? É carcaça, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR.
Fora do microfone.) – Não. Casco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Casco. No mesmo casco, com cláusulas muito similares, e que o seguro da tripulação foi pago em março de 2017, quatro meses depois do acidente. E o dos sobreviventes, dos familiares, não. Podemos entender que as indenizações aos passageiros deveriam ou não ter sido pagas com a mesma brevidade?

E a quarta e última pergunta também é à Aon, à Tokio Marine e Tokio Marine Kiln, e ao fundo humanitário, que, com todo respeito à expressão belíssima, é, sem dúvida, uma maracutaia. Dizer que foi criado um fundo humanitário? Considerando que a LaMia recebeu – prestem atenção – no dia 19/12/2016, vamos dizer, dois dias após o acidente, a confirmação da Aon Londres dizendo que o ressegurador líder, Tokio Marine Kiln... Para mim é a mesma empresa que faz o seguro da Petrobras. Não é Deus, mas é uma trindade: três pessoas do mesmo ente.

Mecias, chega a ser uma heresia essa minha analogia? Dizer que são três pessoas?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR.
Fora do microfone.) – Não. Não é uma heresia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Não é uma heresia. Mas a comparação ajuda a entender. São três pessoas de um só ente.

O ressegurador líder havia aprovado o pagamento das responsabilidades oriundas do acidente através de apólice de seguro. Podemos afirmar que a criação do fundo humanitário não seria necessária, é um engodo, e que as indenizações deveriam ter sido pagas diretamente pela apólice de seguro e não por um fundo humanitário, e que a cobertura não poderia ter sido negada posteriormente nem pela seguradora nem pela resseguradora. E nem falei da resseguradora boliviana, que é outro personagem, mas que não está ao nosso alcance. Eu acho que é outro deus, é outra divindade.

Consequência. Que benefício traz às famílias a criação do fundo humanitário, uma vez que a assumida responsabilidade por parte do corretor e da resseguradora líder em indenizar as vítimas utilizando a apólice não foi cumprida?

Uma pergunta, mais uma vez, sobre usos e costumes. É comum, no mercado de seguros, o corretor e a resseguradora líder confirmarem a cobertura de um sinistro e depois voltarem atrás, como eu já focalizei na pergunta anterior? E ainda, logo em seguida, criar um fundo humanitário para indenizar as famílias? Que jogo é esse? Primeiro, confirma; depois se desobriga e acena com o fundo humanitário. E continua operando no Brasil! Grande operadora junto ao Governo.

Por isso, eu insisto: enquanto não for chapa branca, esta CPI vai ficar claudicando propositadamente, em função de uma tática que está sendo usada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para concluir, dentro dessa pergunta: qual a responsabilidade do corretor e da resseguradora líder, que formalizaram ao seu cliente que o sinistro estava amparado pela apólice e depois negaram a cobertura? Dizer que não foi paga é matéria vencida pelo refis, que está caracterizado, a meu ver.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se me permite, Presidente, eu tinha aqui diversas perguntas para fazer sobre esse tema, mas a pessoa que pode responder as perguntas não é a Aon brasileira. Então, já quero informar também que a Aon já foi convocada, convidada. Eu só quero pedir, verificar se o Marcelo tem condição de assumir aqui perante a CPI o compromisso, porque já está no plano de trabalho a convocação da Aon de Londres. Se V. Sa. poderia se comprometer a trazer, na próxima reunião que nós vamos... Está aqui definida para o dia 31 de março, no plano de trabalho. Está programada para o dia 31 de março a presença da Aon de Londres e também da Bisa e da Tokio Marine, de Londres. Se V. Sa. tem como assumir esse convite e trazer as pessoas da Aon para cá, para essa reunião? V. Sa. tem como assumir isso?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Eu assumo o compromisso de levar essa demanda para eles e reforçar a convocação que esta Comissão já fez para que eles possam estar presentes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu, antes de encerrar minha fala e pedir até para ouvirmos o próximo, eu pergunto a V. Sa: V. Sa. não teria nada de informação ou de contribuição, neste momento, para apresentar aqui na CPI? V. Sa. realmente não sabe de nada, não viu nada?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu não tive qualquer acesso a essas informações. Como eu disse, por se tratar de uma operação realizada fora do Brasil, essas informações não são transferidas para nós.

Imagino que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa., quando soube da CPI, que seria convidado, V. Sa. não manifestou, assim, nenhuma preocupação em verificar as informações, que tipo de coisas, como é que foi feito exatamente isso, com relação à matriz? É de Londres a matriz, não é?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Sim. Excelência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Isso já vai fazer três anos e tanto, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, sim, eu tentei, eu quis buscar maiores informações, fiz isso através da nossa área jurídica, e não tive acesso a qualquer informação, a não ser as informações que estão hoje publicamente disponíveis aqui no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, Presidente, vamos então contar com a colaboração do Marcelo no sentido de colaborar para trazer, realmente, a Aon, da matriz, aqui, no próximo dia 31 de março, se ficar essa data estabelecida, como está no plano de trabalho, porque eu acho que são... É fundamental a presença deles aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Kajuru, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente, só para confirmar: esta reunião é a de nº 6 ou 7?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Seis.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Acho que é seis, não é?

Então, para que fique bem claro ao Brasil, que acompanha esta importantíssima CPI, que, na quarta reunião – os registros estão aí, nos *Anais* –, essa colocação, na quarta reunião, veio através dos meus aprendizados com o Senador Amin: eu firmei aqui, e meti a colher até o cotovelo para dizer que esta CPI só tinha uma solução, de que o Senador Amin acabou de falar, agora mesmo: ela tem que chegar ao Governo. Só o Governo Bolsonaro pode dar a solução a uma paciência de Jó de todas essas viúvas e de todos os envolvidos, porque também há viúvas de jornalistas, de dirigentes, e não só de jogadores de futebol.

E, quando o Senador lembrou aqui da empresa que mantém – a Tokio Marine – um contrato milionário com a Petrobras, isso é lamentável. Isso é triste. Boa parte da população e até da mídia não tinham conhecimento desse detalhe.

Aí, vem o Sr. Presidente aqui e não fala absolutamente nada, parecendo até que ele aprendeu a tática com um velho político brasileiro aí, cujo nome não vale a pena dizer.

Agora, o Presidente Jorginho lembra: na semana retrasada, trouxe aqui o Diretor de Futebol da CBF, a Confederação Brasileira de Futebol. E brincou, no final, com ele, achando até que ele é melhor que o Presidente, Carlos Caboclo, dizendo o seguinte: "Fala para ele vir aqui. O Kajuru não vai avançar no pescoço dele. Eu não vou permitir". Não foi essa a sua brincadeira?

Eu sei que o senhor falou brincando, mas é sério: eu não vou avançar no pescoço de ninguém, como ele também não vai avançar no meu bolso. Eu vou conversar com ele com a mão no bolso – com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CBF. Por isso que eu fiz uma colocação, na tribuna, de que em CPI não adianta você ouvir o vira-lata que late; você tem que ouvir os donos do vira-lata, os donos dos cachorros, com toda a permissão e a comparação. Porque, senão, chega àquela situação da CPI de Brumadinho: vocês se lembram de que eles conseguiam *habeas corpus* – os diretores da Vale –, e ninguém falava absolutamente nada aqui. A gente perdia um tempo total!

Então, eu só gostaria de fazer essa colocação, cumprimentando o Relator, Izalci, que já está convocando o Presidente real, ou seja, o dono dos cachorros, da Aon, para vir aqui. Que a gente faça o mesmo com o Presidente da CBF, com o Presidente da Conmebol... Esta CPI não pode se esquecer da Confederação Sul-Americana de Futebol, porque ela é quem organiza esse evento. Perfeito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – É a Conmebol.

A Conmebol é uma empresa tão trilionária, que ela que enriqueceu o falecido Jornalista J. Hawilla, que andava descalço quando era repórter, em São Paulo, e de repente ficou trilionário, com os direitos de transmissão da Confederação Brasileira de Futebol. Então, ela é quem manda na competição; ela é quem tem dinheiro – como também a CBF – para pagar pelo menos as passagens aéreas, durante as oitivas aqui, da nossa CPI, de viúvas, que vêm por suas contas próprias. E elas não são viúvas de jogadores do Barcelona, não... Com todo o respeito: da Chapecoense. Pobre Chapecoense. E elas ainda têm que pagar a passagem dos advogados. Então, para mim, alguém, ou a Confederação Brasileira de Futebol, ou a Confederação Sul-Americana de Futebol, teria que pagar inclusive as despesas para essas oitivas, para essas nossas reuniões.

E só aguardando, Presidente, porque há a convocação do José Adalberto Ferrara – não é isso? –, que é da Tokio Marine Seguradora, a quem eu vou pedir até ao ex-Jogador Neto... Ex-jogador não: Jogador Neto, que está aqui mais uma vez. Eu vou precisar da participação dele numa pergunta importante a esta empresa, repito, importantíssima. Tanto, que é uma empresa ligada ao Governo Federal.

Eu também concluo dizendo, Presidente, que, num requerimento, eu pedi a convocação do Ministro Sergio Moro aqui, porque, para mim, ele pode participar. Seria o início da participação do Governo, até porque ele foi procurado por mim e pelo Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A primeira visita nossa foi ao Ministro Sergio Moro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Fomos nós três aqui, não é? A Leila, o senhor, eu... E quem mais? O Nelsinho. Nós quatro. E o Romário também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aquela entrevista do Alex foi na Comissão de Relações Exteriores. Foi lá que começou, e de lá é que nós fomos ao Ministério da Justiça e depois ao Ministério de Relações Exteriores.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – E de lá que nasceu esta CPI. Não é?

Então, eu prefiro aguardar o homem, aqui, da Tokio Marine, até porque não adianta nada eu perguntar para o senhor, porque eu já sei que o senhor vai me fazer de bobo, e a única coisa que eu não sou, Presidente, é bobo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero, Presidente, fazer aqui alguns esclarecimentos.

Lógico, quem participou da audiência lá, na Comissão de Relações Exteriores, quem participou daquela última reunião já tem muita informação e já poderia ir para o finalmente. Agora, nós iniciamos uma CPI com um plano de trabalho. Então, por exemplo, eu posso dizer a V. Exa. que já protocolei a convocação da Caixa Econômica e da Petrobras, que fizeram as apólices de seguro com a Tokio. E a gente vai discutir isso.

Eu também acho que a solução parte do Governo. Por isso, nós chamamos aqui a Susep, que vai falar daqui a pouco. Nós vamos chamar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil. Quem tiver de ser chamado, nós vamos chamar. Agora, está prevista já a convocação da Aon para o dia 31, como da outra também, da Tokio de Londres.

Agora, já houve compromisso aqui da própria CBF, na última oratória, de trazer – e vamos definir a data; nós é que temos de definir a data – o Presidente da Conmebol ou alguém da Conmebol que possa esclarecer, porque, nessa colocação que fiz, há vários indícios de que a Conmebol teve participação. Mas eles se prontificaram a vir, então, vamos aguardar. Nós é que vamos definir aqui.

Eu até pediria a V. Exa., Presidente, para marcar, talvez, na próxima, um pouquinho antes, ou que agende uma administrativa. Eu sei que há um requerimento que V. Exa. está retirando, e também há outros para aprovarmos convocações de outras pessoas.

Mas eu também não tenho dúvida nenhuma de que a solução está no Governo, e nós vamos, como Senadores, como Relator e Presidente da CPI, tenho certeza, trabalhar com o Governo para resolver essa questão. Mas, para isso, a gente precisa conhecer a posição da Susep e depois – agora vamos chamar – da Petrobras e da Caixa Econômica para a gente poder realmente buscar uma solução para isso. Já fiz o requerimento de que V. Exa. falou sobre a Petrobras e a Caixa Econômica. E estamos buscando outros, porque deve haver outros também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Marcelo, V. Sa. está dispensado, por enquanto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Só uma perguntinha, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só um minuto. Eu tenho uma pergunta para fazer para o Sr. Marcelo. É coisa bem rápida. Eu quero só ver a visão dele, já que ele é o Presidente da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – V. Exa. pode fazer a pergunta, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Por que a seguradora e a resseguradora não aceitaram honrar pelo menos a apólice de 25 milhões contratada pela LaMia? Afinal, como até o momento se recusaram a pagar a apólice, eu pergunto ao senhor de quem é a culpa do acidente na visão das companhias de seguros. O senhor está representando uma companhia. De quem é a culpa por tudo isso que está acontecendo neste momento?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, a Aon é uma intermediária corretora; não é a seguradora ou resseguradora dessa operação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Mas é a corretora.

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – É a corretora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Mas na visão...

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – É corretora. Aparentemente corretora de resseguro.

Eu reafirmo que fica muito difícil, dentro da limitação do contexto que nós temos, emitir qualquer opinião. Nós não participamos do processo, nós não tivemos acesso a qualquer documento, às correspondências, à troca de informações. Nós não vivemos isso, nós não temos essas informações e, portanto, qualquer opinião que eu der pode ser extremamente injusta, porque eu não tenho acesso às informações. A empresa Aon Brasil não teve qualquer acesso, participou de qualquer processo relacionado a essa estruturação do seguro ou do resseguro. Portanto, a minha visão é uma visão que não possui os elementos necessários para poder emitir essa opinião.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senadora. Sei que V. Exa. não ficou satisfeita, mas...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não! Hoje realmente foi uma manhã perdida. Peço até desculpas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Bom dia!

Dr. Marcelo, muito obrigado por ter aqui comparecido. Espero que V. Sa. entenda os excessos que porventura puderam ter saído das manifestações legítimas de nós, Senadores. Mas a indignação que contagiou toda esta Comissão é muito maior do que qualquer sentimento de constrangimento por que V. Sa. possa estar passando neste instante. Gostaria que, do mesmo jeito que a gente pudesse fazer o sentido de aí estar sentado, V. Sa. pudesse também se fazer sentar no nosso lugar, com a nossa responsabilidade e com o que nós estamos sentindo e que foi passado pelos familiares e pelos sobreviventes desse trágico acidente.

A empresa que V. Sa. representa é uma seguradora ou é uma corretora?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, a Aon é uma corretora intermediária de seguros e resseguros.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Tá.

Quando vocês vão fazer uma corretagem para vender um produto, vocês vendem um produto que garante ao cliente uma contrapartida de segurança em um eventual acidente, um eventual dano? É isso?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, sim. Nós entendemos e buscamos junto ao mercado segurador ou ressegurador condições, preços para proteger ou o ativo ou a responsabilidade de uma empresa ou de uma pessoa física.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Perfeitamente. Ou seja, vocês geram uma segurança, uma expectativa de segurança ao cliente. O cliente paga para ele poder se sentir seguro, para ele poder se sentir confortável, não é isso?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Na prática, Excelência, é exatamente isso. A gente busca essa proteção.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Pois bem, tudo isso aconteceu, e o desdobramento dessa história foi um trágico acidente. Você sai daqui com a seguinte conclusão: alguém, alguma entidade, alguma instituição vai ter de honrar pela tragédia que acometeu essas pessoas. Vocês





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vão sair daqui sem ter isso devidamente esclarecido e pactuado. Então, eu gostaria que V. Sa. pudesse levar esta mensagem final aos seus superiores: "Pessoal, a água bateu no nariz. Não vai ter saída, nós vamos ter de achar uma saída!", porque, se não achar de um jeito, nós vamos achar de outro.

Então, eram essas as considerações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador. É isso mesmo!

Senador Leila, Senador Kajuru, quanto àquela brincadeira, por enquanto nós não vamos na garganta ainda. O senhor não vai, nós vamos segurá-lo, nem nós. Mas, se precisar, todos nós vamos na garganta de quem tiver de ir.

Eu tenho aqui, Srs. Senadores, as participações no e-Cidadania. E a gente tem que dar valor a essas pessoas que estão nos vendo, nos ouvindo, indignadas também. São do *site* do Senado. Todos os que desejam participar podem fazê-lo através do 0800-612211.

Evandro Lima, de Alagoas: "Absurdo. A liberação das indenizações deve ser feita com extrema celeridade às vítimas e familiares que necessitam".

Suely Paula, do Acre: "É necessário agilizar as indenizações, pois já não basta o sofrimento das vítimas, ainda têm que lidar com a espera e privações".

Adriana Sá, de São Paulo: "Qual a justificativa pela demora dessas seguradoras? É um desrespeito aos familiares".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só outra pergunta também.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Alguém quer complementar?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Só complementar.

Ao Presidente Marcelo: o corretor tem autonomia para intermediar a questão com a seguradora ou é a empresa? Quem foi o corretor? Quem foi a pessoa responsável por ter feito essa intermediação? É a empresa que é a responsável ou é o corretor, no momento da intermediação?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, eu não tenho essa informação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Não tem? Espere aí. O senhor é o Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Não, não, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – ... da empresa, o senhor sabe como a empresa... O senhor não tem essa informação de se é o corretor que tem a autonomia ou a empresa que... Não estou entendendo.

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, não tenho a informação a respeito do processo em si.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Acho que nós temos que saber também quem foi o corretor.

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Se a gente falar do Brasil, obviamente que existe a possibilidade de ter o corretor, ou a empresa pode fazer o seguro direto. Existem as duas opções. Em relação ao caso em si, é o que eu estava tentando explicar, eu não tenho a informação de quem é que fez a operação.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Nelsinho, V. Exa. foi muito feliz na sua contextualização. É importante que... Sr. Marcelo, o senhor preste bem atenção ao que ele disse: nós não vamos, esta CPI não vai – é a preocupação do Senador Esperidião também –, nós não vamos nos desmoralizar não encontrando resultado. Viu, Senadora Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então o Senador Nelsinho foi muito feliz em dizer: o senhor, por favor, diga lá para quem de direito, para quem não falou com o senhor, para quem não mandou a informação que não vai ficar assim. Nós vamos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, não é só desmoralizar esta Casa. Essa impunidade, essa injustiça, esse absurdo, esse descaso com as famílias, a forma como estão tratando a gente aqui nesta CPI e a forma como tratam as famílias há três anos, o senhor pode mandar este recado, olhando bem nos meus olhos: não vai ficar assim. Nós não vamos descansar enquanto, primeiro, essas famílias não forem indenizadas; segundo, em qualquer caso, nós não botarmos as pessoas na cadeia, as pessoas que erraram e estão se omitindo em trazer respostas para nós aqui. Isso não vai ficar assim. Nós vamos trabalhar de forma veemente junto com essas pessoas para buscar a verdade. Ela existe e nós vamos atrás dela.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Até porque omissão é crime, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse é o propósito desde aquele dia que nós saímos lá do Ministro Moro. A Senadora Leila sabe, o Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru, o Senador Esperidião, o Senador Nelsinho, que, quando iniciei a coleta das assinaturas, foi com esse propósito. Então, não queremos aqui nos exaltar, não queremos aqui maltratar ninguém, faltar com o respeito. Agora, nós não podemos deixar alguém pensar que nos engana assim tão facilmente, dizendo: não sei, não vi, tenho raiva de quem sabe, eu trabalho não sei para quem. Então, eu quero pedir, por favor, ao senhor que consiga passar, diante daquilo que o Senador Nelsinho Trad fez, que nós vamos atrás de solução, esteja ela onde estiver. Alguém tem que ser responsável. Não pode isso ficar assim.

Eu agradeço e dispense V. Sa., por ora.

E solicito à assessoria nos traga o Sr. José Adalberto Ferrara.

O SR. ABEL DIAS – Senador Jorginho, o senhor me permite fazer só uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor se identifique, então, e pode fazer.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Meu nome é Abel Dias. Eu trabalho junto à Chapecoense e a AFAV-C na questão do acidente.

Sr. Marcelo, obrigado pela presença. Eu entendo que você não tenha o conhecimento total do caso pelo trâmite da negociação, mas eu queria fazer só uma pergunta no campo hipotético, pensando no seu conhecimento de mais de 30 anos no mercado de seguros, que foi a primeira pergunta que o Senador Amin fez com relação ao próprio risco. É de conhecimento público que essas apólices, desde 2012, eram renovadas pela Aon com o limite de US\$300 milhões. No fatídico ano do acidente, essa apólice foi renovada por valor menor do que um décimo dos valores originais: US\$25 milhões. A pergunta que o Senador fez é se não houve mudança nenhuma no risco – voltando, isso é hipotético, não estou falando da negociação –, se não houve mudança nenhuma no risco. O risco coberto era o mesmo? As responsabilidades são as mesmas, de uma companhia que seguia com o mesmo avião voando? É comum o mercado trocar uma apólice de 300 por uma de 25? Estou falando no campo hipotético, não estou falando mais da negociação que foi feita, de a apólice ter sido paga ou não ter sido paga. É uma diferença muito grande a questão do limite dessa apólice sair de 300 para 25.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Com as mesmas responsabilidades.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Com as mesmas responsabilidades. Exatamente, Senador Amin.

Então, como o mercado de seguros vê isso? Como a Aon Brasil veria uma situação como essa?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, de novo, dependeria muito do contexto da situação. Existem algumas definições que podem influenciar essa decisão: a questão da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

legislação local, que eu, de fato, não conheço por ter sido em outro país; pode ter eventualmente alguma exigência do proprietário da aeronave ou alguma mudança. Então, depende do contexto em que se insere essa situação. É possível reduzir? Sim, é possível. Mas obviamente deveria ter alguma razão. E eu não posso comentar, porque não participei nem tenho conhecimento do que poderia ter levado a essa decisão.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Ainda que seja dez vezes menos, o senhor acha possível diminuir essa apólice?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – De novo, Excelência, não tenho a informação para poder fazer a análise da situação. Existem vários fatores que poderiam estar influenciando uma decisão: seja a redução, seja, eventualmente, o aumento do valor segurado.

O SR. ABEL DIAS – Está o.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Desse mato não sai coelho, não, gente. Vamos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Amigo Neto, por favor. Pediu a palavra e eu a concedo.

O SR. HÉLIO HERMITO ZAMPIER NETO (Para expor.) – Bom dia.

É uma situação muito triste a que gente tem vivido durante esse tempo e me parece que o Dr. Marcelo, Presidente da Aon Brasil, me parece que ele não é brasileiro; me parece que ele nasceu em Londres e só veio para cá para ser Presidente da Aon Brasil, porque é muito semelhante... Eu tenho estudado teologia, tenho estudado ética e moral. Tem coisas que são lícitas, mas são imorais. É legal, mas é imoral. Há um afastamento dessa empresa, junto com a Tokio Marine, das famílias e das vítimas – inclusive, eu também, que sou vítima, apesar de ter minha vida, aqui presente, e sempre vou estar presente aqui para ajudar a todos. Mas eu fui lesado pra caramba, eu perdi muitos amigos, eu perdi ídolos, como o marido da Mara, que era o ídolo do futebol, Mário Sérgio, de quem meu pai falava para mim; eu perdi os melhores presidentes que tomaram conta de um clube que eu vi de perto.

E Londres, Senador Jorginho, a gente foi lá na tentativa de fazer uma manifestação pacífica. Houve um afastamento da Aon muito semelhante ao afastamento que está acontecendo aqui, porque lá eles colocaram seguranças para sete pessoas – eu, algumas viúvas e alguns advogados –, como se a gente fosse quebrar alguma coisa, e não tinha nada a ver com a situação. Fomos lá fazer uma manifestação pacífica, na qual os próprios seguranças da empresa ficaram comovidos, porque souberam que não foram pagos os seguros, as indenizações que eram de direito. Eles até acharam inacreditável que a gente estivesse lá naquele momento, depois de tanto tempo, sem receber nenhuma quantia de valor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui também há o mesmo afastamento, sendo que lá houve uma segurança, houve vários seguranças que ficaram na frente da empresa, e aqui é uma segurança de palavras. É o mesmo afastamento, só muda o contexto: lá foi em Londres, aqui é no Senado. As pessoas parecem que estão brincando com a situação. O Dr. Marcelo está fazendo a mesma tática que foi feita em Londres.

E em algumas coisas eu fico pensando na minha vida, como pai, como cidadão brasileiro. Eu quero muito mudar o meu País, começando por mim mesmo, o meu caráter, a minha moralidade. Eu tenho que ser exemplo para os meus filhos. Eu não posso defender uma empresa. Eu sou superintendente do clube, mas eu estou do lado das viúvas também, que tiveram processos contra o clube, e o clube tem que pagar, na minha visão. Então, tenho que ter a moralidade dentro de mim, eu tenho que ser um exemplo primeiro. Eu não poderia defender o clube a qualquer ponto e deixar todos aqueles que se foram e todas as viúvas de lado porque eu estou trabalhando no clube.

O Dr. Marcelo é um cidadão brasileiro, eu acho – eu acho –, mas parece que não, porque qualquer advogado que se interessa pela causa e pelo que aconteceu saberia mais ou menos tudo que está acontecendo, porque isso daqui já foi exposto em outros momentos, e o Dr. Marcelo sempre fala que não sabe de nada.

Então é muito triste, Senador. É muito triste, porque, como o Senador Kajuru disse, como todos aqui estão falando, se o Governo não tomar nas mãos a nossa causa, as empresas que vêm de fora vão fazer o que querem no nosso País. A Aon Brasil representa a Aon internacional, ela não nasceu aqui do nada, ela representa alguém, ela representa uma outra empresa, ela está inserida dentro dessa empresa. Era obrigação o doutor saber de tudo que está acontecendo. É obrigação, mas mais uma vez a gente consegue perceber que há um descaso, que há um afastamento, que não há bom senso, não há humanidade em nada do que ele falou hoje.

Eu não consigo ver humanidade nisso. Eu ficaria envergonhado diante dos meus filhos se eu fizesse o papel que ele está fazendo, porque o principal para mim é a moral. Eu posso ser o cara mais rico do mundo, eu posso ser o cara de maior sucesso do mundo: se meus filhos não olharem para mim com amor e virem que tem um cara que lutou pela família com honestidade, com a verdade, para mim não vai valer a pena, não, ser famoso, ter bens e não conseguir olhar para dentro da minha casa e ver que eu sou exemplo para os meus filhos.

Que o nosso Governo possa nos ajudar, porque eu vim aqui... Estou cansado. Vou ser sincero, eu vim conversando com os senhores no avião: a gente está cansado de tudo isso. E mais uma vez a gente vê o descaso de grandes empresas que ainda dominam o mercado no nosso País. Acho que está na hora de o Governo tomar posse de tudo que está acontecendo e dar uma trava nessas empresas, porque, se não acontecer nada, eles vão continuar ganhando dinheiro, fazendo grandes contratos, e, quando os cidadãos brasileiros forem lesados, vão lavar as mãos, como eles estão fazendo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A SRA. MARA PAIVA – Dá licença um pouquinho, por favor? Eu queria só colocar uma coisa muito rápida, eu sei que nós já estamos no adiantado da hora.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Eu gostaria só de perguntar, Sr. Marcelo – e não precisa me responder –, mas eu gostaria de perguntar para o senhor: em vez de esse avião ter caído no cerro, se ele tivesse caído sobre a cidade, o valor desse seguro. Não precisa responder. Eu só queria colocar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Sr. Marcelo tem que fazer alguma consideração ainda?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Eu só queria finalizar, novamente externando a minha solidariedade a todos os familiares e a tudo que aconteceu pelo trágico acidente e me colocar à disposição, dentro da minha capacidade de conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Presidente Jorginho!

O senhor é advogado?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Excelência, não. Sou economista.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Não advogado?

O SR. MARCELO HOMBURGUER (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor está dispensado.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Economista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Solicito a presença do outro convocado, Sr. José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S.A. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, Srs. Senadores, Senadora Leila, nós estamos aqui com o Sr. José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S.A.

Quero só lembrar ao Sr. José Adalberto Ferrara que esta é uma CPI que trata do acidente da Chapecoense e a sua convocação e a sua palavra estão sob juramento.

Concedo a palavra a V. Sa. por até dez minutos.

O Relator tem alguma observação inicial?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor tem a palavra por até dez minutos.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Bom dia, senhores.

Agradeço a oportunidade de esclarecer a V. Exas. a posição da Tokio Marine Brasil em relação aos fatos tratados nesta Comissão. Antes de tudo, estendo a minha solidariedade a todas as vítimas, às famílias e às vítimas desse acidente. E agradeço a V. Exas. a oportunidade de dar breves explicações sobre a contribuição que a Tokio Marine do Brasil pode oferecer a esta CPI.

Para melhor distinguir os papéis, vou me referir a Tokio Marine Brasil para denominar a Tokio Marine Seguradora S.A. Tokio Marine Seguradora S.A é a companhia que eu presido há sete anos no Brasil. Então, em vez de eu falar a todo momento Tokio Marine Seguradora S.A, genericamente falarei Tokio Marine Brasil. Da mesma forma, eu falarei Tokio Marine inglesa para denominar a Tokio Marine Kiln, que é a Tokio Marine resseguradora sediada na Inglaterra. O nome, a razão social daquela companhia é Tokio Marine Kiln, genericamente eu vou falar Tokio Marine inglesa.

A Tokio Marine Brasil é uma subsidiária do grupo Tokio Marine, fundado há 140 anos no Japão. O grupo, além do Brasil, mantém operações em outros 44 países. Uma delas é a Tokio Marine Kiln, com sede na Inglaterra. Apesar de pertencerem à mesma *holding*, essas duas empresas, a Tokio Marine Brasil e a Tokio Marine Inglaterra, têm administrações totalmente independentes e realizam operações de forma completamente separada, sob regimes jurídicos distintos, em países e segmentos de mercado diferentes.

Outro ponto extremamente importante que gostaria de esclarecer é que a Tokio Marine Brasil só é autorizada pela Susep, que é o órgão que regula o setor de seguros e resseguros do País, a atuar em Território brasileiro, e apenas como seguradora. Já a Tokio Marine Inglaterra atua, sim, globalmente, tanto como seguradora e como resseguradora. A Tokio Marine Brasil opera somente, é autorizada pela Susep a operar somente como uma seguradora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como as seguradoras em geral possuem limitações técnicas de operação, para assumir determinado montante de risco, o valor excedente àquilo que a seguradora consegue assumir de risco é repatriado, é repassado para resseguradoras – é um processo normal que ocorre no mercado a todo instante –, por meio de um contrato de resseguro. Importante ressaltar que a Tokio Marine Brasil não possui autorização da Susep para operar em resseguros. Então, em qualquer seguro, não só de aviação como qualquer outro seguro, cujo montante segurado seja maior do que o capital que eu possuo para operar no País, naturalmente, é comum – isso faz parte do mercado – você chamar resseguradoras para pegarem boa parte desse risco.

A Tokio Marine Brasil atua com muito rigor como seguradora neste País há 60 anos. Em 7 de julho do ano passado, completamos 60 anos de operação no Brasil. Hoje temos 2.050 colaboradores e temos mais de 30 mil corretores que fazem a distribuição dos nossos seguros a nível nacional. No total, são quase 50 mil famílias que gravitam em torno da nossa companhia no Brasil e têm a sua estrutura econômica baseada na Tokio Marine no Brasil.

Temos absoluta e total responsabilidade com a nossa atuação no mercado segurador brasileiro. A Tokio Marine Brasil tem presença em todo o Território brasileiro, com cerca de 10% de participação no mercado, com atuação focada no segmento de varejo, o nosso DNA é atuar no varejo, precisamente no seguro de automóveis, onde nós temos 10% do mercado brasileiro de automóveis. E atuamos também nos seguros de vida, seguros de residências e seguros empresariais, seguro de uma empresa também nós fazemos aqui, no Brasil.

Nossa atuação no segmento aeronáutico, que é o foco desta Comissão, desta CPI, ela, na prática, é muito limitada. Nós só fazemos seguros de aviação executiva e não atuamos com aeronaves de carreira, aeronaves tradicionais, *aerolíneas* de carreira normal nem tampouco voos fretados, nós atuamos basicamente com o Seguro Reta, que é o equivalente ao DPVAT para a aviação. Reta é um tipo de seguro especificamente para a aviação, como se fosse o DPVAT para o automóvel, é um seguro obrigatório. É isso que nós fazemos e só fazemos para aviação executiva. Por isso que temos uma carteira muito pequena de aviação.

Nesse contexto, voltando a tratar diretamente do caso em questão, reafirmo sou solidário ao objetivo dessa CPI, porém, a Tokio Marine Brasil não teve e não tem qualquer ingerência sobre aquele seguro que foi contratado na Bolívia. De fato, a empresa brasileira que represento, a Tokio Marine Brasil, não tem qualquer relação com o seguro em questão. A Tokio Marine Brasil não é a seguradora do avião, não é a resseguradora contratada pela seguradora boliviana Bisa. É importante ressaltar que uma resseguradora – genericamente falando –, o que é uma resseguradora? Uma resseguradora é uma seguradora das seguradoras. Então, a seguradora não tem capital suficiente para atingir, para pegar todo o risco, ela usa de resseguradoras para poder diluir o risco com outras resseguradoras a nível mundial, inclusive, não só a nível no Brasil, como a nível mundial, utilizando-se de um mercado londrino para isso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde o mercado londrino é o berço do início da atividade securitária no mundo inteiro, que começou lá atrás, no século retrasado, com as navegações.

Então, entendam uma resseguradora... Para a resseguradora, uma seguradora é cliente dessa resseguradora. A resseguradora tem interesse em falar com as seguradoras, porque é através das seguradoras que as resseguradoras possuem teu faturamento, porque elas pegam parte desse risco. Está certo? Está claro isso? Essa é a função específica de uma resseguradora.

A Tokio Marine Brasil não possui conhecimento – não possui conhecimento – do teor da apólice emitida pela Bisa, que foi a seguradora desse avião, nem do contrato de resseguro que foi firmado entre essa seguradora boliviana, a Bisa, e a Tokio Marine inglesa. Nós não temos conhecimento das cláusulas contratuais desse seguro. Lembrando que a relação é sempre entre a resseguradora e a seguradora Bisa, sempre essa resseguradora. A Tokio Marine Brasil nem poderia atuar no seguro de uma empresa aérea boliviana ou de um voo que partiu do espaço aéreo da Bolívia com destino à Colômbia, uma vez que não possui autorização para operar naqueles países. Eu reitero que a Tokio Marine Brasil só pode operar em Território brasileiro.

É muito importante deixar claro que pelas leis que regem o mercado de seguros no Brasil, uma vez que esta apólice não foi emitida pela Tokio Marine Brasil, não é possível – não é possível – que a gente assuma a responsabilidade pelo pagamento desta indenização, pois isso afrontaria a legislação em vigor baseada na Susep. Além disso, a Tokio Marine Brasil não é autorizada pela própria Susep a operar no ramo de resseguros, como eu falei anteriormente, no País, e, sim, exclusivamente como seguro.

Estou terminando a minha fala aqui, mais um minutinho...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – ... peço a gentileza.

Apesar de não termos nenhuma ligação com o caso, tudo que aconteceu é acompanhado com bastante atenção por todos nós da Tokio Marine Brasil, tanto que, logo ao ter ciência da convocação desta CPI – e, se não me engano, Senador Izalci, isso foi feito no dia 17 de dezembro, véspera de Natal, tomamos ciência da convocação desta CPI –, nós levamos, sim, ao conhecimento da Tokio Marine da Inglaterra, imediatamente, até porque nós percebemos que a própria Tokio Marine da Inglaterra também foi pelo menos citada na convocação de 17 de dezembro. Imediatamente liguei ao nosso colega lá na Inglaterra e levei ao conhecimento dele.

A Tokio Marine Brasil... Eu particularmente tenho o maior interesse na resolução dessas questões que estão sendo investigadas por essa CPI e me coloco à disposição para prestar os esclarecimentos necessários sobre esse assunto, de acordo com o nosso e com o meu conhecimento.

Muito obrigado pela atenção.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esta Presidência... Só um... Por gentileza...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Vou ser rápido. Pois não, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... Senador Kajuru.

Queria registrar a presença aqui tão importante para todos nós, diante daquilo que o Neto falou, o nosso Hélio Neto: a presença da Sra. Mara Paiva, Vice-Presidente da AFAV-C e viúva do nosso jornalista Mário Sérgio; o Neto; Daniel Vasconcelos, Presidente da Federação Brasileira de Futebol, que representa a CBF; Dr. Marcel Camilo, Advogado; Dr. Jostmeyr Oliveira, Advogado também da AFAV-C.

Deputado Kajuru, pela ordem.... Senador Kajuru, desculpe-me a boca torta, fiquei muitos anos lá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Quando se trata do senhor, não levo em consideração, porque sei da sua amizade. Se fosse o Davi, ele jáalaria Deputado. Se pudesse, ele me cassaria hoje.

Bom dia, Davi Alcolumbre.

Eu jamais cometeria aqui o erro de fazer pergunta antes do Senador Izalci. Só queria apresentar aqui como sugestão – contei já com o apoio da Senadora Leila e do Senador Amin, que deixou aqui o ambiente –, que é uma sugestão simples, Presidente. Caberia ao senhor e ao Relator Izalci escolherem a data certa, o tempo certo. A minha sugestão – até pelo que ontem à noite ouvi de um jornalista brasileiro de renome, o José Luiz Datena... Quando eu perguntei ao Datena – eu o trato como fenômeno –, eu falei: "Fenômeno, por que você gosta tanto assim do Bolsonaro?". Ele falou: "Kajuru, ele tem um bom coração, pode ter certeza disso".

Então, até pensando nisso, a minha sugestão: no tempo certo, antes de concluir essa CPI, o senhor não poderia pedir uma audiência ao Presidente da República com todos nós, com todos os membros desta CPI presentes, com uma representante das viúvas, com um representante jurídico deles para que a gente pudesse expor ao Presidente da República tudo isso que a gente já está vivendo e tudo que estão vivendo os envolvidos há três anos? É a sugestão que eu faço daqui da mesa.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador Kajuru.

Esta Presidência acata essa sua solicitação. Assim que for possível, nós vamos encaminhar essa audiência. Isso vai fazer bem, eu não tenho dúvida de que o Presidente vai nos receber.

Senador Izalci, V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu tenho aqui uma série de perguntas, mas, antes de começar essas perguntas, eu perguntaria: quem é a resseguradora da Tokio Marine Brasil? Pelo que V. Sa. disse, a Tokio Marine Brasil é uma seguradora, quem é a resseguradora de todos os seguros da Tokio Marine Brasil?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Perfeito.

Como seguradora, o que ultrapassar o nosso risco, o que ultrapassar o que o meu capital permite assegurar, eu coloco, de acordo com a legislação, para as resseguradoras brasileiras – uma delas é o próprio IRB, por exemplo, a mais conhecida no mercado. E essa resseguradora brasileira, ela notadamente vai, invariavelmente, dependendo do risco, ela pode assumir 100% da parte dela... Digamos assim, eu pego 10% do risco e essa resseguradora – vamos colocar um exemplo –, o IRB, pega os outros 90. Ou, então, eu continuo retendo 10% do risco, o IRB pega mais 40%, totalizando 50, e os outros 50 ele vai buscar resseguradoras no mercado londrino.

É importante...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Exa. está respondendo... Mas eu queria saber assim: a Tokio Marine Brasil por alguma vez, tem alguma relação com a Tokio Marine de Londres, a Kiln, como resseguradora?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Perfeito, tem uma relação, sim, pequeniníssima, em torno de 0,3% do prêmio da Tokio Marine. Para o senhor ter uma ideia, hoje a Tokio Marine Brasil é uma seguradora. E esse 0,3% equivale a não mais do R\$14 milhões, é o total que é ressegurado com a Kiln. A Kiln é uma resseguradora muito pequena perto do total de resseguros que eu faço. Dos 100% que eu resseguro, 98,3%, 98,3% são com outras resseguradoras. Com a Kiln precisamente é 1,7%...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Kiln é uma *holding* que tem a Tokio Marine Brasil como integrante?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A Kiln?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não, não... São duas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Tokio Marie britânica, a empresa é uma *holding*?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não, vamos lá. Nós temos o grupo Tokio Marine...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Perfeito? Que tem 44 subsidiárias no mundo inteiro. Perfeito? Tokio Marine Kiln é uma empresa na Inglaterra, uma resseguradora e seguradora, ao mesmo tempo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ligada à Tokio.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Na Inglaterra, vinculada à Tokio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Qual é a *holding*?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A nossa *holding* é a Tokio Marine lá no Japão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tokio Marine Japão?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Isso. E eu aqui Tokio Marine Brasil...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tokio Marine Japão é a *holding* que inclui a Tokio Marine Brasil e a Tokio Marine resseguradora Kiln?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Exatamente, todas pertencem ao mesmo grupo econômico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É a mesma coisa. Tá.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Mesmo grupo econômico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas ela, como resseguradora, como vocês têm no grupo uma resseguradora, ela pode, faz o resseguro de várias seguradoras, não só do Brasil, como da Argentina ou de outros países.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – De várias seguradoras, inclusive seguradoras que não são da Tokio Marine. Ela é uma resseguradora de mercado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. Os outros não me interessam; me interessa o seguinte: a Tokio Marine Brasil, a Tokio Marine Argentina, Bolívia, elas têm como resseguradora em qualquer percentual a Tokio Marine resseguradora, a Kiln.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Pode utilizar-se da Kiln.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Dependendo, Senador, do tipo de negócios em que a resseguradora é especializada, muitas vezes, no caso da Kiln, especificamente, até onde eu sei, é uma resseguradora especializada no ramo de aviação, que não é o nosso caso como seguradora; é uma seguradora mais de automóvel.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Com isso, eu posso concluir que os resseguros feitos pela Tokio Marine Kiln inglesa...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Perfeito!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... estão ameaçados de não receberem, como aconteceu nesse caso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Eu desconheço no detalhe essa apólice de seguro que foi feita pela seguradora boliviana com a resseguradora Kiln para afirmar que não há intenção do pagamento do seguro e tudo mais, desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É porque, como um dos convidados nossos da audiência, está aqui a Susep. Evidentemente, como foi dito aqui por todos os Senadores, e é nossa esperança, eu não tenho nenhuma dúvida de que nós só vamos resolver esse caso com o envolvimento ativo do Governo, seja a Susep, seja a Petrobras, seja a Caixa Econômica, seja o Presidente da República, seja o Senado Federal. Então, é evidente a Susep deve estar notando aí – porque a CPI não é só para apurar; nós temos também como objetivo aperfeiçoar a legislação – que nós não podemos deixar que operadoras do Brasil, seguradoras fiquem omissas com relação às resseguradoras.

A Tokio Marine Kiln, da Inglaterra, não pode dizer: "Ó...". E a Tokio... Eu não vou nem falar na Tokio; eu vou falar na Aon, que é corretora: "Ó, nós não temos nada a ver com isso", como V. Exa. em princípio colocou.

É daí que eu vou começar a pergunta; diferentemente da Aon, eu espero que V. Sa. possa contribuir melhor: quando V. Sa. conversou com a Tokio Marine Kiln, da Inglaterra, que é a resseguradora, sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa CPI, sobre essa situação, V. Sa. recebeu orientação, elementos para poder nos ajudar aqui, ou simplesmente V. Sa. vai dizer: "Eu não tenho nada a ver com isso, eu não sei de nada, não posso responder nada", ou V. Sa. tem condição de responder alguma coisa em nome ou pelo menos orientado pela Tokio Marine inglesa?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Caro Senador Izalci, basicamente a partir de 17 de dezembro, quando efetivamente a Tokio Marine Brasil foi convocada por esta CPI é que efetivamente eu comecei a ter contato com essa operação, porque, até então, não imaginava que a Tokio Marine Brasil pudesse estar participando desse seguro, porque efetivamente nós não tivemos nenhum envolvimento com essa apólice de seguro. Então, nessas conversas com a Inglaterra, eles se mostraram sensíveis à causa, sim. Tanto é verdade que eu soube, através da mídia, que está havendo tratativas, lá na audiência pública, no Ministério Público de Chapecó, no sentido de tentar uma tratativa de um acordo entre as partes. E eu particularmente até tenho muita expectativa de que esse acordo venha rapidamente a chegar em algo que seja bom para ambas as partes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. pode afirmar ou dizer para a gente se Tokio Marine, resseguradora da Inglaterra, viria numa convocação nossa, para a próxima reunião, ou eles teriam disposição de vir? V. Sa. tem conhecimento?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Ela tem disposição de vir, sim. Eu creio que aguarda efetivamente a convocação dos senhores. Quanto a saber que efetivamente ela já está participando do processo da CPI, ela sabe por minha pessoa, eu levei isso ao conhecimento imediatamente. Assim que eu soube da minha convocação e que eles também estavam mencionados, eu conversei isso lá na Inglaterra. Agora, entendo que se faz necessário aí a convocação de vocês efetivamente, e eles com certeza vão estar presentes aqui na oitiva, na data...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nós temos uma previsão, Presidente, dia 10 e dia 17. E eu gostaria que, ou dia 10, ou dia 17, nós já convocássemos, então, a Tokio e também a Aon, todos aqueles que estão já no plano de trabalho, mas ainda não foram convidados. Então, não sei se dia 10 está muito em cima ou se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Dia 17? Então, dia 17 vamos convidar, então, convocar todos aqueles que têm responsabilidade em nível nacional.

Mas V. Sa. deve ter tido já alguma orientação de lá, poderia responder algumas perguntas. Eu vou fazer algumas perguntas, se V. Sa. puder responder, já nos adianta um pouco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, a Tokio Marine era uma das resseguradoras que solidariamente respondia pela apólice de seguro arranjada da LaMia. As resseguradoras, incluídas aí a Tokio Marine... Aí, vou até corrigir aqui, a Tokio Marine Kiln, não é?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Kiln.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Kiln. Então, quando eu falo que em Tokio Marine aqui, eu estou falando na Kiln, incluída aí a Tokio Marine Kiln. Sabiam das incompatibilidades expressas no item relacionadas à seguradora Bisa Seguros e resseguros, e, mesmo assim, anuíram com a contratação. Havia inequívoco conhecimento da Tokio Marine Kiln e demais resseguradoras acerca dos passageiros que a LaMia costumava transportar, bem como das rotas e dos destinos por ela praticados.

Então, eu indago aqui: a Tokio Marine Kiln, ao aceitar homologar a temerária proposta de seguro criada pela corretora Aon, sem a emissão do seguro *conditio sine qua non*, na ocorrência do evento danoso, correu para o exurgimento do desastre. Ou seja, essa proposta que foi criada, quando eu falo aqui "arranjada"... Foi exatamente... Não sei se V. Sa. tomou conhecimento, mas a apólice original era de US\$300 milhões, o contrato assinado pela Chapecoense era de US\$50 milhões e, no final, a LaMia, por questões financeiras, disse: "Olha, eu não consigo pagar o seguro, porque eu não tenho voos, e não consigo voar, porque não tenho seguro". Aí arranjaram uma apólice e, por incrível que pareça, o próprio destino estava excluído da apólice para diminuir o preço ainda mais, para fazer um seguro, como dito aqui pelo Neto, de menos de 10% do valor da coisa. Por isso é que eu digo "arranjado", não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Lógico, se a resseguradora e a própria seguradora tivessem comunicado que o seguro não estava pago, que o seguro havia sido feito dessa forma, dificilmente haveria a autorização do voo, exatamente porque é obrigatório tudo isso.

Por que a Tokio Marine ficou silente diante da proposta do seguro arranjado pela corretora Aon, desse seguro que foi feito assim? V. Sa. pode responder alguma coisa sobre isso? Pelo menos teve conhecimento de que a Tokio falou alguma coisa sobre isso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Caro Senador, dentro da minha transparência: é a primeira vez que estou ouvindo falar dessa seguradora Aon de que o senhor está falando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É a corretora. A Aon é a corretora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Ah, a Aon. A Aon não é seguradora, é uma corretora de seguros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O Simon era o amigo do...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Desculpe. Desculpe, eu estava entendendo... É a Aon. A Aon é uma corretora. No Brasil ela tem duas operações, ela tem uma corretora de seguros e tem uma corretora de resseguros. São dois, digamos assim, CNPJs separados, duas instituições diferentes.

Normalmente, os valores contratados...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Aon é corretora de seguros...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A Aon tem corretora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Duas corretoras...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Ela é corretora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tem uma corretora de resseguros.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Ela tem uma corretora de seguros, por meio da qual ela conversa com as seguradoras... Ela pega o cliente e procura uma seguradora para colocar o risco. Essa é função da corretora de seguros.

E há a Aon resseguradora, corretora de resseguros. Ela pega uma operação grande – vamos supor no caso da aviação –, procura uma seguradora e se utiliza também da Aon resseguradora para buscar resseguradoras e, muitas vezes, na complexidade lá do mercado londrino. Entendam o mercado londrino como, assim, um centro de alta concentração para resseguros de alta monta, de altos valores. Notadamente, às vezes nenhum país sozinho pode assumir devido ao risco de catástrofes e tudo mais. Isso, então, é ressegurado com várias resseguradoras do mundo inteiro. Quer dizer, são capitais de resseguradoras do mundo inteiro que se cotizam para um determinado seguro. É que muitas vezes uma resseguradora local não tem capital suficiente para bancar todo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Só para me esclarecer com relação à Aon, que V. Sa. parece conhecer.

Nós temos aqui a Aon Brasil, que é corretora de resseguros...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Corretora de seguros e corretora de resseguros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas a Aon Brasil, corretora... Há a corretora de seguros e de resseguros?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Sim, são duas empresas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No Brasil.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – São duas empresas: há a corretora de seguros e a corretora de resseguros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No Brasil?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E temos a Aon também na Inglaterra?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Temos a Aon na Inglaterra. A base dela, a matriz dela, é na Inglaterra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Lá também é seguradora e resseguradora? Ou é apenas uma?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Eu entendo que lá também. Não tenho certeza, mas creio que sim, há as duas também, as duas entidades: Aon corretora e Aon resseguros. A Aon é uma multinacional de corretagem de seguros, assim como a Tokio Marine no Brasil. Aqui no Brasil, nós somos uma seguradora multinacional de seguros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É só para a gente ter essa preocupação na convocação para o dia 17, de convocar a Aon que realmente fez o resseguro – e o seguro, essa empresa inglesa, não é? Só para isso. Então...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – E a Bisa, que é seguradora também, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, a Bisa seguradora também.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A Bisa é importante, ela é a seguradora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, mas ela é brasileira, não é? A Bisa atua no Brasil...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A Bisa é boliviana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Boliviana.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Boliviana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Essa já está na convocação. Ela também tem seguros e resseguros, mas, no caso aqui, foi a seguradora.

V. Sa. não saberia dizer por que a Tokio Marine ficou silente quanto à questão desse arranjo dessa apólice, não é?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – O senhor fala da discrepância que o Neto mencionou, de valores? É isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não... É, também, porque...

A Tokio Marine se manifestou? V. Sa. tem conhecimento com relação a isso? Por que...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Me permita...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como foi dito aqui, na origem eram 300 milhões, aí estavam atrasadas algumas parcelas...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Trezentos e cinquenta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Trezentos e cinquenta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, eram US\$300 milhões.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Trezentos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Trezentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, havia duas parcelas em atraso, depois veio esse arranjo aqui de fazer uma de 25. Inicialmente, no diálogo que a gente apresentou aqui, havia realmente... Inicialmente a resseguradora não aceitaria e tal, mas, no final, ficou silente e, inclusive, parcelou essa dívida do seguro em duas parcelas, inclusive com uma vencendo após o acidente.

Houve algum comentário com V. Sa. por parte da Tokio Marine lá com relação a isso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Da Inglaterra?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que eles toparam fazer? Primeiro, por que toparam fazer um seguro bem menor? Analisaram, em algum momento, se houve a exclusão do país onde haveria o jogo, foi excluída a apólice? Por que a Tokio Marine... Ela sabia ou não... Bem, que estava atrasado, acho que sim. Por que não comunicou para impedir esse voo, vamos dizer assim, em função dessas irregularidades todas aí? V. Sa tem conhecimento de alguma coisa? Alguém falou sobre isso lá?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Olha, para ser muito transparente com V. Exa.: eu não tenho conhecimento do clausulado, das condições dessa apólice que foi contratada por essa companhia aérea chamada LaMia junto à seguradora boliviana chamada Bisa e que se utilizou, através da Aon corretora e resseguradora, da resseguradora Tokio Marine Kiln, da Inglaterra. Não tenho conhecimento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, mas nessa conversa...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Até a determinação desses valores: eu não conheço...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quando V. Sa. conversou com a Tokio Marine lá, a inglesa, eles comentaram alguma coisa com V. Sa. sobre isso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não comentamos absolutamente nada sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Coloquem para mim o eslaide 11, por favor. (*Pausa.*)

Bem, conforme conclusão – o nº 11 – do relatório final do acidente, para além de alguns fatores contribuintes, as causas prováveis da tragédia foram, primeiro, inadequados planejamento e execução do voo, pois não cumpriu com a quantidade de combustível necessária para voar desde o aeroporto de destino a um aeroporto alternativo, nem uma quantidade de combustível de reserva, nem combustível de contingência, nem combustível mínimo de pouso, quantidades de combustível que são exigidas pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normativa aeronáutica para a execução do tipo de voo internacional que realiza a CP2933, que era a aeronave; desligada a sequência dos quatro motores enquanto a aeronave estava na descida em circuito de espera de posição *gemli* com consequência de esgotamento do combustível a bordo; segundo, inadequada tomada de decisão da administração da companhia exploradora da aeronave, como consequência da falta de segurança operacional dos processos; e, terceiro, a perda da consciência situacional da errada tomada de decisão por parte da tripulação, que manteve a fixação em continuar o voo, mesmo com a quantidade de combustível extremamente limitada. A tripulação era consciente do baixo nível de combustível que tinha, no entanto não tomou as ações corretivas exigidas para pousar em um aeródromo e obter o reabastecimento que permitisse continuar o voo. Eu pergunto a V. Sa. se tem conhecimento.

Diante da evidente culpa da LaMia e considerando que havia apólice de seguro vigente à época do acidente e que a seguradora Bisa repassou 100% do risco para a resseguradora, por que razão a Tokio Marine Kiln reluta em efetivar o pagamento da indenização? Alguém comentou isso com V. Sa., de por que não pagaram? De por que até que inicialmente disseram que iam pagar, depois voltaram atrás? Alguém comentou sobre isso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Caro Senador, o que eu levei ao conhecimento – isso há dois meses atrás, quando eu fui convocado... Levei ao conhecimento deles, e a única informação que eu tenho, que consta na mídia, é que está havendo neste exato momento tratativas de um acordo junto ao Ministério Público de Chapecó. Essa é a única informação que eu tenho. Agora, o que embasa essa iniciativa de tratamento eu desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, só para registrar, a Tokio Marine Kiln tinha conhecimento de que a última apólice de seguro de LaMia, a da vigência de abril de 2016 a abril de 2017, foi arranjada, foi negociada pela Aon, apenas para permitir que a LaMia pudesse voltar a operar, porque a Tokio Marine participou desse procedimento. Por que é que... Alguém comentou lá? Porque é o seguinte: na prática, essa empresa está quebrada. Ela não voava porque não tinha seguro; não tinha seguro e não voava. Então, foi feito: "Olha, se vocês não arrumarem um jeito de fazer pelo menos um seguro por viagem...". E aí veio aquela sugestão da própria corretora: "Vamos fazer aqui um seguro por viagem de 25 mil". Então, partiu da corretora essa proposta. E, inclusive, nos diálogos, houve conversa com a resseguradora. Tanto é que no início disseram "olha, a resseguradora não vai aceitar", mas depois, lá na frente, aceitou. Tanto é que aconteceu.

O Presidente – não sei com quem V. Sa. conversou lá na Inglaterra –, eles não comentaram nada sobre isso, sobre esse acidente? De por que disseram que iam pagar e depois voltaram atrás?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Caro Senador, o contrato de seguro, ele é extremamente complexo, ainda mais um seguro de aviação. Tem ali centenas de páginas um contrato. Não houve a menor intenção de conversar sobre detalhes do contrato. Não conheço o contrato especificamente. O que eu posso lhe dizer é o seguinte: eu levei a eles o conhecimento de que eles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam sendo citados nesta CPI e pedi a eles que pudessem ajudar, o mais rápido possível, a poder equacionar junto às vítimas desse acidente, até como brasileiro que sou e comovido com o mesmo acidente que ocorreu, como comoveu toda a população brasileira naquele novembro fatídico lá de 2016.

Então, eu não tenho conhecimento de muitas dessas informações que o senhor está dizendo. Para mim são até novidades o que o senhor está me dizendo. Não tenho esse conhecimento que o senhor está dizendo: de não pagamento de apólice, de tentativa de endosso. A melhor atitude a ser feita é o senhor chamar essas empresas que têm relação direta com essa apólice especificamente. No caso, é a Bisa e a própria Tokio Marine Kiln, que com certeza participará aí da oitiva, uma vez convocada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, eu tenho aqui muitas perguntas, mas, de fato, essas perguntas nós vamos ter que fazer para a Tokio Marine Kiln com relação a isso. Mas eu vou... Algumas coisinhas aqui eu acho que é importante, com a experiência que V. Exa. tem, com relação, por exemplo, a essa questão da exclusão, cláusula de exclusão. Nesse caso específico, inclusive, por incrível que pareça, no contrato da seguradora, tem... Não tem. Aí, na resseguradora, tem a exclusão. Então, é até estranha essa questão. Com relação a isso, V. Sa. não tomou conhecimento nenhum também?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Existe... É normal excluir essas, essas...? V. Sa. conhece algum seguro ou resseguro...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – No contrato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... que exclui exatamente o país onde é o destino... No caso específico da Chapecoense, a final do campeonato sul-americano, e a cláusula do seguro está excluindo realmente o local de destino. Então, é normal isso? Fazer esse tipo de seguro? Eu não entendo isso.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – O cliente e a seguradora, eles podem fazer as cláusulas contratuais que bem atendem as suas necessidades, com o apoio de uma corretora de seguros. A seguradora simplesmente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pois é, mas eu vou viajar para São Paulo, aí vou fazer um seguro, Kajuru; vou fazer um seguro aqui, mas se exclui São Paulo. É um negócio, assim, sem lógica. E o pior é que está no contrato da seguradora... Não está no contrato da seguradora, mas está no contrato da resseguradora. Então, há também essa controvérsia, mas eu entendo que essas perguntas todas... Eu não quero antecipar todas as perguntas. Eu prefiro dirigir essa pergunta a eles, até para não começarem a preparar algumas coisas, porque eu acho que a gente precisa, no momento, fazer essas indagações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero, como está convidada também a Susep, a Anac também... A Anac tem um outro objetivo, mas a Susep é que cuida dessa regulamentação do seguro no Brasil. Aí a gente vai precisar, se V. Sa. puder contribuir, como eu vou pedir também para todos, de sugestões para que casos como esse não ocorram. Porque, por exemplo, eu vou dizer para a Susep que todos aqueles seguros feitos no Brasil ressegurados pela Tokio Marine, a Tokio Marine inglesa, estão sob risco de não serem cumpridos. Se não cumpriram esse... Porque, por mais que o seguro... O seguro foi feito e foi ressegurado pela Tokio Marine Kiln, que pertence ao grupo. Ora, se o canal no Brasil: "Eu não tenho nada com isso", quer dizer, a empresa inglesa... Aí a Susep vai dizer: "Ah, eu também... Nós só cuidamos das empresas que operam no Brasil". Ora, mas tem uma *holding* aí por trás disso, que é responsável por tudo isso.

Então, Presidente, eu vou me reservar de fazer essas perguntas – tenho muitas ainda – diretamente para a Tokio Marine Kiln, que o próprio João... José Adalberto já disse que a Tokio Marine Kiln inglesa, se convidada, convocada, ela virá. Então, eu vou me reservar nas perguntas à própria Tokio Marine.

Mas entendo – e o Neto foi muito feliz na colocação dele – que a gente precisa, como brasileiro, e V. Sa., como representante da Tokio Marine Brasil, que a gente tenha esse compromisso com o Brasil, quer dizer, com o povo brasileiro. Não adianta as pessoas virem para cá, operarem, faturarem, porque são... Eu convoquei agora Caixa Econômica e Petrobras, que, segundo informações, Eu convoquei agora Caixa Econômica e Petrobras, que, segundo informações, fizeram seguro recentemente de milhões e milhões. Então, é lógico que, se essas operadoras, resseguradoras e seguradoras não cumprem – ou vão dizer que não têm nada a ver com isso –, a gente tem que fazer algumas restrições de operação no Brasil. Acho que a única forma que o Governo... Como foi dito aqui, nós dependemos do apoio do Governo, do Executivo, exatamente nesse sentido. Não podemos admitir isso. Como a Aon, que chegou aqui e disse: "Não tenho nada com isso. Não sei de nada. Isso aí é com os ingleses". Não tem sentido acontecer isso. Então, vou reservar as perguntas para a próxima audiência do dia 17. A ideia, então, é chamar a corretora, a seguradora e as resseguradoras estrangeiras que estão envolvidas nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Nelsinho, V. Exa. tem a palavra.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. José Adalberto Ferrara, da mesma forma que iniciei a minha outra fala, eu queria primeiramente agradecer a sua presença, pedir também a compreensão por parte de V. Sa. no sentido de alguma exaltação a mais que puder ter de algum questionamento. Isso se justifica pelo transbordamento da falta de paciência que todos nós temos para o enfrentamento dessa questão.

Realmente, soa no mínimo estranho nós termos uma empresa com praticamente o mesmo nome... Eu sou médico, eu tenho um consultório lá em Campo Grande: Urovida Nelson Trad Filho. Seria a mesma coisa ter "Urovida Nelson Trad Filho Kiln" em algum lugar. Vou falar: "Pô, mas o que é isso? Quem inventou esse negócio? Chama o cara aqui! Como é que é? Por que você pôs meu nome aí e só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

botou uma outra palavra lá? O que você quer com isso?". Então, há que se ter um mínimo de razoabilidade, de sintonia entre essas duas empresas.

E eu acho boa essa ideia de botar esse povo todo aqui, sentado, nós olhando para eles e eles olhando para a gente, para a gente de uma forma ou de outra tirar a conclusão, pelo menos na nossa cabeça – isto aqui é um Colegiado, isto aqui é um Colegiado; vai ser a conclusão de um juízo, de um Colegiado –, para gente poder falar "não, a responsabilidade é daqui", e a partir daí tomar as nossas providências.

Esta CPI nasceu não só em função dessa tragédia como um todo, mas até da falta de cooperação por parte dos responsáveis e dos envolvidos – até para esclarecer se está envolvido ou não –, porque a gente convidava para vir e o cara não vinha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que foi na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Foi na Comissão de Relações Exteriores.

A CPI, Presidente Jorginho – é muito importante que nós todos possamos ver as prerrogativas de uma CPI e os convidados também –, tem o poder de convocar; e o indivíduo tem que vir, sob pena de nós usarmos os poderes que a CPI tem de fazer o cara vir aqui arrastado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Condução coercitiva.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Exatamente.

Então, estas coisas que cansam de fazer com os políticos – condução coercitiva, prisão preventiva para um não combinar com outro as coisas – já começaram a passar na minha cabeça aqui. Por quê? Se eles estão cansados... Eles não podem cansar. Eu já disse ali para a viúva do Mário Sérgio: eles não podem cansar. Eles têm esse dever, até em memória daqueles que se foram. E vocês podem ter certeza de que nós vamos estar irmanados aqui para a gente chegar a essa conclusão.

Outra coisa: quanto mais a gente simplificar isso, vai ser melhor. Por quê? Está virando um emaranhado de um que fala de uma resseguradora e de uma seguradora e de uma outra resseguradora, enfia Bolívia no meio, enfia Londres... Eu acho que a gente tem que buscar aqui uma simplificação, com a acareação desse povo todo sentado na mesma mesa. Se um falar que a responsabilidade é do outro, o outro vai estar ali. Ele vai ter oportunidade de se manifestar e, a partir daí, tomar as providências.

Agora, todas essas ideias que o Kajuru deu, de a gente ir ao Presidente, essa coisa toda, tudo isso é louvável, vai ajudar, mas eu não tenho a menor dúvida, diante do que eu já fui pesquisar dos poderes de uma CPI, de que a solução vai sair daqui, ó... A solução vai sair daqui!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se esse pessoal nos procurou com o intuito de fazer... "Ajuda a gente em relação a relações exteriores". Foi por isso que me procuraram. Eu sou do Mato Grosso do Sul. Apesar de ser um Senador brasileiro, eu sou do Mato Grosso do Sul, um Estado diferente de onde é Chapecó. Então, a gente teve essa sensibilidade de apertar esse assunto para começar a brotar esses questionamentos. E aqui eu quero louvar a atuação de todos os Senadores. Alguns nem da Comissão eram, mas acabaram entrando para poder...

Uma coisa, Sr. José Adalberto Ferrara: é bom que se deixe aqui bem claro... Naturalmente esse pessoal deve estar nos assistindo ou está no mínimo preocupado com toda essa exposição, que acaba sendo negativa para a imagem dessas empresas que estão aí envolvidas. Uma coisa eu quero deixar bem clara aqui – e eu penso que é esse o pensamento do Colegiado –: nós vamos chegar às respostas inerentes a todos esses questionamentos. Quem é o responsável? Por que ele não arcou com a responsabilidade dele?

Então, Presidente Jorginho, é um apelo que eu faço: bota esse pessoal todo sentado aí nessa mesa – bota mais uma ou duas cadeiras – e deixa, porque a verdade vai aparecer.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador.

Algum Senador deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Senador Izalci, mais alguma indagação?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É só porque eu falei aqui, Kajuru, que eu tinha convocado o pessoal da Caixa Econômica e da Petrobras. Não. São dois requerimentos que eu apresentei. Um requerendo da Caixa Seguridade, que é subsidiária da Caixa Econômica Federal, a documentação relativa aos contratos de *joint venture* que estão sendo celebrados entre a empresa e a Seguradora Tokio Marine do Brasil. Tem conhecimento desse contrato?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Tenho conhecimento sim. Total conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Com a Tokio Marine do Brasil?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. *Fora do microfone.*) – Contrato com a Caixa?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Com a Tokio Marine do Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E o Requerimento 28 também, que requer que seja requisitada da Petrobras a documentação relativa aos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratos entre a empresa e a seguradora Tokio Marine do Brasil. V. Sa. sabe se esta da Petrobras foi feita com a Tokio Marine do Brasil ou Londres?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – O seguro foi com a Tokio Marine do Brasil e outras seguradoras brasileiras também, que participam de um consórcio, tamanha a complexidade do contrato. A Tokio Marine é uma delas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k. O senhor já havia falado isso.

Mas eu perguntaria só uma coisinha rápida, antes que me esqueça. Não sei se também a Tokio Marine inglesa... A Tokio Marine encaminhou alguma notificação formal retirando a Colômbia dessa parte, ou V. Sa. não tem conhecimento que foi a Tokio Marine? Porque houve a exclusão da cláusula na apólice. Se houve esse pedido formal para excluir da resseguradora, ou não sabe?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Eu desconheço isso, caro Senador, desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Vou ter que fazer essa pergunta, Presidente...

Eu até sugiro, então: dia 17 faríamos a reunião... Eu proponho aqui que, no dia 17, a gente chame, então, a corretora, a seguradora, a resseguradora de Londres, todas, o que estava previsto para o dia 31, e a gente botaria dia 17, por questão do prazo que foi solicitado. Dia 10, que é a próxima, o que estava previsto para o dia 17, que era o Marcos Rocha da LaMia, que é proprietário; o Ricardo Albacete; e a Loredana para o dia 10. Aí a gente passa para o dia 17. É a proposta que eu faço com relação a isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Senador Izalci, essas audiências podem ser de acareação, mas no mínimo permitiriam o confronto de versões, digamos assim, contemporâneas, ou seja, no mesmo momento, e pode, por isso, virar uma acareação, diante de uma contradição flagrante. Foram propostas por mim duas dessas. A primeira, na verdade, parcialmente está acontecendo hoje. E já percebemos algumas contradições. Se eu entendi, a segunda será dia 17?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não. Haverá dia 10 e dia 17. Em função do tempo, como a gente precisa de um tempo maior para eles virem, então ficou proposto aqui para o dia 17 o caso das seguradoras, resseguradoras e corretores inglesas. Então, como no dia 17 estava previsto chamar aqui a LaMia, o Ricardo e a Loredana, a gente antecipa para o dia 10...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antecipa para o dia 10. Essa da parte aeronáutica?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Isso, que é o dono da aeronave real.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, nessa aí, Senador Izalci, é que nós temos que encaixar aquilo que foi objeto da sua diligência, quando nós, juntos, conversamos com o Embaixador da Bolívia. A autoridade brasileira é a Anac.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Anac está aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A autoridade brasileira é esta. A autoridade dos países que dizem respeito ao acidente são da Bolívia e Colômbia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Estão aqui a Sana, a DGAC da Colômbia e a Anac. Talvez se a gente pudesse, porque está previsto para o dia 24... Senador Amin, dia 24 de março estão previstas exatamente a Sana da Bolívia, a DGAC da Colômbia e a Anac. A Anac está aqui hoje também para a gente... Talvez a gente pudesse trazer junto com...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, nessa do dia 17, quando estiverem presentes as seguradoras, além da Susep, que outro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Susep e a Anac estão aqui hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, para essa do dia 17, é imperioso que a Susep esteja presente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Exato.

Como imaginávamos aqui que tanto a corretora quanto a seguradora do Brasil tinham as informações, nós chamamos a Susep e a Anac. Como eles não têm informação nenhuma, desconhecem, evidentemente vamos ter que convidar novamente a Susep. Acho que a Susep vai ter que estar aqui participando mais vezes, até porque nós vamos cuidar muito dessa questão da regulação do seguro no Brasil. Há muitas coisas a fazer, como aperfeiçoar a legislação, etc.

Então, a gente pode colocar no dia 17 também a Susep.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, nós vamos tratar isso de forma administrativa, incluindo quem nós entendermos que temos que incluir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Kajuru, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Jorginho Mello.

Eu vou fazer alguns comentários aqui, outros com ponto de interrogação, e o Sr. José Adalberto responda ou comente se quiser, como tem feito até agora aqui. Aliás, é um bom comentarista.

A Caixa Seguridade e a Tokio Marine fizeram uma sociedade para explorar, por 20 anos, os ramos de seguros habitacional e residencial da rede de distribuição da Caixa Econômica Federal. No acordo firmado entre as duas companhias, a Caixa tem 75% do capital total da nova sociedade, enquanto a Tokio Marine ficará com os 25% restantes.

Eu fico me perguntando: como o senhor explica essa operação num momento em que a Tokio sofre os questionamentos pela sua inação no caso da Chapecoense? As supostas propostas do fundo humanitário que vocês estão querendo impor às famílias são muito aquém daquelas que devem ser pagas em casos de acidentes do tipo ocorrido com a delegação da Chapecoense. Pergunto: é um subterfúgio ou é uma forma de ludibriar a Justiça? – concluo, porque vejo que a Tokio Marine e a Aon Benfield utilizaram a Bisa, que é boliviana, como um mero emissor das apólices de seguro, tendo consciência do que estava sendo feito. Isso aconteceu quando a Aon, através de um dos seus diretores, e a Loredana Albacete simplesmente pactuaram uma apólice fora dos padrões do mercado, que cobria muito pouco. Imagine se esse voo cai, como bem lembrou a Mara aqui, em uma área povoada. A tragédia seria maior. E como explicar que essas empresas deste porte avalizaram uma empresa sem nenhuma condição financeira voar?

Por falar em voar, o que eu mais fiz aqui hoje foi voar.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Concluiu, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Diante de informações que eu gostaria de ver e não vi, fiquei voando.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Concluiu, Senador? É isso?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Concluí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só disse, Presidente, que eu não quero voar.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Dr. José Adalberto, o senhor tem a palavra. Se quiser responder, se quiser comentar...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Caro Senador, permita-me, de uma forma muito transparente a V. Sas., reiterar que a Tokio Marine no Brasil é uma companhia presente há 60 anos no Brasil, já participou de muitos movimentos no nosso País e há 60 anos ela permanece investindo e acreditando no nosso País. Hoje nós empregamos 2.050 colaboradores, e, dos quase 100 mil corretores de seguro que existem no País, mais de 30 mil operam conosco e têm o seu ganha-pão trabalhando, sim, com negócios com a Tokio Marine.

Eu gostaria de comunicar aos senhores da lisura da nossa companhia no Brasil. A nossa companhia no Brasil, tão logo que soube desse acidente com o time da Chapecoense... A primeira coisa que nós fizemos foi cruzar os nossos bancos de dados de segurados e nós identificamos, sim, identificamos quatro segurados de vida da Tokio Marine que estavam nessa tragédia – quatro segurados. Imediatamente nós entramos em contato com a empresa para a qual esses funcionários trabalhavam – a empresa chama-se, se não me falha a memória, Radiodifusão Índio Condá, de Chapecó –, falamos com o dono dessa rádio, ele confirmou que, das três pessoas seguradas por essa apólice, pela apólice de vida que tinha conosco – tinha, não; continua tendo –, que essa empresa tem conosco, das três pessoas seguradas, funcionários que eram segurados da Radiodifusão Índio Condá, dois haviam, infelizmente, falecido no acidente e um havia sobrevivido. Imediatamente nós, sem nenhuma burocracia, até porque, dada toda a comoção e dada a urgência de se fazer a indenização às famílias dessas vítimas, fizemos em praticamente uma semana o pagamento da indenização dessas duas vítimas da Radiodifusão Índio Condá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interelar.) – O senhor pode contar, por gentileza, diante dessa revelação, pode nos contar qual foi o valor da indenização?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Posso. Posso, sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interelar.) – Por gentileza!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – São valores, entendendo, caro Senador, que é o que a empresa radiodifusão contratou para os seus funcionários. Os valores eram em torno de – em torno, não; exatamente – R\$70 mil a cada vida segurada. É isso que eu tenho.

Teve também um jogador de futebol que faleceu no acidente, o nome dele é Gimenez – Gimenez... Tô falando correto "Gimenez"? –, faleceu, e ele possuía dois seguros prestamistas. O que é um seguro prestamista? É um seguro pelo qual, quando você compra algo financiado, caso você venha a faltar, venha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a falecer, a seguradora paga as prestações a vencer para evitar que essa dívida seja contraída pela família do falecido. E nós... E esse jogador chamado Gimenez tinha, sim, dois seguros com empresas com as quais ele financiou, contratados com a Tokio Marine. E nós também rapidamente fizemos a liquidação desses sinistros.

Então, dentro da lisura da Tokio Marine... A Tokio Marine é uma companhia, gente, que tem um faturamento superior a R\$5 bilhões/ano, e mais de 60% desse faturamento volta ao mercado, volta à sociedade em forma de pagamento de indenizações. E nós não temos nenhum problema com as indenizações com as quais nos comprometemos a fazer.

A nossa companhia vem, pelo sétimo ano consecutivo, sendo elencada entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil por um instituto multinacional chamado Great Place to Work. A gente trabalha dentro de uma lisura, de uma ética profissional.

Quando se fala no acidente especificamente da Chapecoense, infelizmente, não é uma apólice emitida por nós, em Território brasileiro, até porque não poderíamos emitir uma apólice para uma empresa boliviana, razão pela qual eu não tenho informação. Se eu tivesse...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas a Tokio Marine tem uma *holding*. A orientação não é para todas elas?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A *holding* não está se negando a comparecer à CPI. Eu lhe afirmo. Eu, inclusive, servi de instrumento para rapidamente levá-los ao conhecimento de que eles foram indagados na CPI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. está dizendo realmente da... E eu vejo que V. Sa. coloca a Tokio Marine como uma empresa excepcional, que está há 60 anos... Provavelmente, deve ser a mesma coisa nos outros países. Deve ter uma *holding* maior.

Por que V. Sa. acha que a Tokio Marine inglesa não indenizou já esta questão?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Eu desconheço as razões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ninguém falou nada quando V. Sa. indagou lá?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não é do meu conhecimento. Eu desconheço as razões pelas quais o processo de regulação... Regulação de sinistros desta monta é naturalmente um processo um pouco mais moroso. Porém, eu desconheço as razões pelas quais este sinistro não tenha sido indenizado.

O correto é o que vocês estavam sugerindo agora, de fazer, sim, de chamar essas empresas para poderem responder.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria só de completar o comentário do Sr. Kajuru relativo ao investimento na Caixa Econômica. Essa é mais uma prova de que a Tokio Marine acredita no potencial do nosso País e está investindo, sim, esse R\$1,5 bilhão por 25% de participação em uma empresa *joint venture* com a Caixa Econômica por 20 anos de contrato. Eu entendo isso como mais uma prova de uma empresa compromissada com as coisas brasileiras, investindo no Brasil e que tem, aqui no Brasil, um brasileiro de origem paulista, paulistano, aqui, administrando a sua empresa. Não tem aqui um estrangeiro tomando conta da empresa.

Então, eu acredito que isto tem de ser visto com bons olhos: o investimento que a Tokio Marine está fazendo na Caixa Econômica. É uma prova do nosso investimento e é uma prova de que nós estamos aqui para ficar. Não é uma empresa que entra e sai do mercado brasileiro. Nós estamos aqui compromissados com as coisas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Sra. Mara, a senhora tinha pedido a palavra, e eu lhe concedo rapidamente.

A SRA. MARA PAIVA – Eu gostaria de falar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Se me permite, mas eu acho que, nos termos do Regimento, quero interferir na resposta que ele deu.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, V. Exa. quer um aparte neste assunto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Neste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não.

Só um pouquinho, Sra. Mara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu só queria deixar bem claro. Eu conheço um pouco da legislação. Se a Tokio Marine não se nacionalizasse, ela poderia operar no Brasil? Não.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Creio que não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Não. Por isso ela é Tokio Marine Seguradora. Ela é um preposto nacional por exigência legal brasileira. A Tokio Marine Kiln, sabe o que ela vai dizer aqui? Que ela não opera no Brasil. Só estou antecipando o que vocês vão ouvir. Vou repetir, Senador. O que ela vai dizer aqui é o seguinte: "Eu não opero no Brasil. Eu opero em questões internacionais". Ou eu estou enganado? A legislação brasileira exige que seja uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

empresa nacional. Não é por um ato de desprendimento, não é pelo espírito empresarial, reconhecido por todos nós, dos paulistas de São Paulo e do sistema financeiro que ela é brasileira. Ela é brasileira porque senão não operaria aqui. No Paraguai ela é paraguaia. E assim sucessivamente. Ford Motors do Brasil é uma empresa com CGC daqui. No caso, ela não poderia existir se não fosse construída à imagem e à semelhança do criador, no Brasil. Não é uma coisa autônoma. Não foi uma coisa gerada pelo espírito empresarial e empreendedor, que eu sempre enalteço, de São Paulo ou de qualquer Estado brasileiro.

Então, é isso que tem que ficar claro. É um preposto juridicamente necessário. Ou eu estou errado? Eu lhe devolvo a pergunta, portanto.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não, o senhor está correto. Para operar no Brasil tem que estar registrado na junta comercial, naturalmente, como empresa brasileira, seguindo as regulamentações determinadas pelo regulador, que é a Susep.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sim, mas...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Veja bem, uma companhia tem que seguir essa regulamentação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Seguindo os protocolos, se me permite dizer, da matriz.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Nós temos que seguir a legislação brasileira para operar no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – No que for adaptado. Mas o protocolo geral de operação vem da matriz.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A governança geral de uma companhia com questões de auditoria, de *compliance*...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Transparência.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – transparência são os valores globais de uma organização, japonesa no caso, e que, em todos os 44 países onde operamos, respeitamos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – É uma organização global cujo preposto nacional brasileiro tem que, seguindo aquele protocolo, se adaptar à legislação local, senão não haveria essa conformação. O que eu quero dizer é que o vínculo é muito mais, se me permite a expressão, do que espiritual.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem!

Sra. Mara.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Seguindo uma mesma linha de raciocínio, eu acho que o Sr. Ferrara, quando fala da qualidade do nome Tokio Marine, eu tenho certeza absoluta de que sabe do que está falando. Nós fomos colegas de BankBoston. Não sei se você lembra, mas eu atendia a sua área.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Lembro, lembro, Mara.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Atendia diretamente você.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Tínhamos um chefe em comum, o Aureliano.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Exatamente.

Então, eu sei que, se tem uma coisa em que você tem *expertise*, é a qualidade. Eu sei que você sabe do que está falando. Mas eu gostaria de mostrar para você um cenário um pouquinho maior além daqueles quatro clientes que foram vitimados, fatais ou não, da Tokio Marine. Foram 64 vítimas brasileiras fatais. Nós não tivemos a oportunidade... Muitos – aliás, eu acho que todos – não tiveram a oportunidade sequer de ver os seus parentes, os seus entes queridos pela última vez. Então, nós falamos de um valor de seguro – eu não sei se esse termo está certo ou não – muito abaixo do que se praticava normalmente. Uma corretora que fez uma intermediação, que sabia do agravamento do risco, transporte de times de futebol, e o valor foi abaixado, assim, o máximo que poderia ter sido.

Então nós sabemos de todas essas questões, mas nós, enquanto familiares, nós não conseguimos fazer nada. Não fosse a ajuda desta Casa e dos Senadores, nós estaríamos até agora tendo que administrar o nosso luto emocional e o nosso luto financeiro.

Então, em nome de todas as famílias, eu peço a você, Ferrara, que por favor, funcione como um intermediário, como uma interface, no nosso caso, porque quando nós falamos de uma empresa, da Tokio Marine no caso, posso falar, estou falando da empresa como um todo, não é? E a mídia negativa repercute para vocês aqui no Brasil, lá para Londres. Eu não sei o quanto isso lá é importante, mas eu gostaria de apelar para a sua sensibilidade e para que você... Eu gostaria que você, por favor, tentasse entender e levasse o recado para Londres, para que a gente tentasse um bom termo o quanto antes, porque já são três anos e quatro meses.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – O.k.

Cara Mara, tenha certeza absoluta de que esse trabalho de intermediação, de alguma forma, eu já estou fazendo, dentro da minha capacidade de atuação, porque como as empresas são empresas independentes... A única coisa em comum realmente é que pertencemos ao mesmo grupo. Mas eu estou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando com meu colega que nem sequer eu conheço pessoalmente, mas estou fazendo *conference call* e contato. Mas com certeza, até como brasileiro, interessado e comovido por essa causa, que machucou a todos nós, o que eu puder fazer, eu o farei, eu o farei. Deixa...

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – É, eu digo a você que as pessoas, as vítimas, quando entraram na aeronave, nem sequer sabiam que a aeronave não estava segurada, não é?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – É, exato.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Que ia para a Colômbia, sendo que havia uma cláusula de exclusão territorial. Isso é bizarro, é absurdo!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Exato.

O importante, assim, se eu pudesse dizer de uma forma... É uma sinalização positiva que eu vejo, é uma sinalização positiva. Eu escutei aqui, acho que na primeira ou na segunda oitiva nesta Casa, um promotor federal comentar que já estava em trânsito alguma tratativa envolvendo a própria Tokio Marine inglesa nesse processo. Isso é um sinal positivo, Mara, sem dúvida alguma, não é? Se é um sinal, uma iniciativa no sentido de tentar entrar num acordo entre as partes, eu acredito que sim. Eu acredito que sim. Então o correto é fazer o que está sendo discutido aqui, chamar as partes envolvidas de fato, para ter a conversa, que eu acho que vai ser mais produtivo para esta CPI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas eu ainda complementaria o que a Mara colocou: essa intermediação, não com a empresa inglesa, mas com a *holding*. Todas estão ligadas à *holding*, que é japonesa. Eu sei que os japoneses têm um cuidado maior do que muitos outros países. Então acho que V. Sa., como a Tokio Marine Brasil está ligada à *holding*, que a gente fizesse um apelo à *holding*, porque a *holding* precisa entender o que é que está acontecendo com relação a esse processo.

Eu não sei nem se seria o caso de a gente também chamar aqui o presidente da *holding* para dizer o que a *holding* responde, porque, como o Senador Amin disse aqui claramente, vocês são apenas o procurador, o representante da *holding* no Brasil. Só isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Usando uma linguagem popular, seria a filial. Uma filial com pessoa jurídica própria. Claro. Ford Motor do Brasil, uma empresa, mas ela não é...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu não apresentei requerimento, mas gostaria no final de tentar no dia 17 também chamar aqui o presidente da *holding*, que é a matriz de tudo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – E que o senhor pondere, Sr. Ferrara, que isso vai fazer muito mal para a empresa.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Poderia repetir, eu não estou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Que o senhor pondere, a quem de direito, que isso tudo está fazendo muito mal para a empresa. Não é um bom negócio. Sinceramente.

Ferrara deve ser de origem...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Italiana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sim, mas italiana... E o senhor é muito claro para ser do sul, do sul da Itália. Eu também sou descendente de italiano por parte de mãe e da parte clara. Essa parte que está afetada pelo coronavírus, Milão e região.

Então, isso não é um bom negócio. Eu acho que esse elástico esticou, esticou, esticou e isso vai acabar arrebrandando talvez não no meio, mas no lado errado. Ninguém pode se convencer de que uma cláusula de exclusão, um negócio feito... O senhor estava aqui quando eu falei do Refis?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Foi um Refis. Essa contratação do seguro... Deixa eu operar para poder pagar o que eu te devo? Isso é um Refis. Não foi assim? Chegou a acompanhar esse raciocínio? Preciso descrever todo?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Desculpa, nem tenho conhecimento desse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – A apólice de seguro não paga.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Eu não estava aqui na sala.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu peço desculpa. Vou resumir, muito sinteticamente, Presidente.

Por que nós consideramos que há um seguro para a aeronave e para os tripulantes e passageiros? Porque houve uma negociação que disse o seguinte: em vez de 300 milhões, que é o padrão, vai ser só 25. E eu peço para voar sem ter pago porque, se eu não voar, eu nunca vou te pagar.

Foi um Refis. Eu estou comprando isso é a um refinanciamento, como o Governo faz muitas vezes com devedores. Então, aperta aqui, aperta ali, os responsáveis, todos acham que satisfizeram as suas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

obrigações, finalmente com o fundo humanitário, que desconhece o direito. E nós não estamos convencidos de que há direito.

E esse direito só vai ser praticado, e consequentemente vai gerar a justiça, se o Governo brasileiro entrar nesse jogo, nessa dança, em sentido figurado. E nós vamos amarrar o Governo nisso. O Senador Nelsinho poderia ter relatado os diálogos que nós tivemos com o embaixador da Bolívia, a ida ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Relações Exteriores. O Senador Kajuru, acho que praticamente esgotou esse assunto. Esta CPI vai nos levar à responsabilização. Então, não é um bom negócio ser alvo desse tipo de busca, que é justa. Aqui não tem nada de extorsão ou coação ou coerção; aqui é a busca da justiça.

Para concluir, no ensinamento mais completo que eu conheço do que é a justiça – acho que vocês trabalharam com banco, né? –, vou citar o melhor autor americano que eu conheço, Michael Sandel, professor de Harvard: "Justiça, o que é fazer a coisa certa". Isso é que é justiça. E nós estamos diante de um fato que é um gravíssimo erro, de omissão de todo o arcabouço do Estado brasileiro. Para que Susep? Para que Anac? Nem vou falar das estrangeiras. Para que CBF, se o clube, se o time vai cumprir um compromisso internacional, e ninguém tem nada com isso? O que nós estamos fazendo aqui? Então, nós vamos ter que demonstrar o que nós estamos fazendo aqui. Vai ser um mau negócio cada um tentar escapar.

Uma colocação muito sincera, franca, não parlamentar que eu lhe faço: é um mau negócio o rumo que se tomou nesse assunto, especialmente no tocante aos atores...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... dessa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então, no dia 17, José Adalberto, a gente vai colocar também o presidente da *holding*, junto com o Presidente da Tokio Marine inglesa. Após a reunião a gente aprova aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Depois nós fazemos administrativamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente, o senhor é catarinense. Qual o time do seu coração?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Figueirense.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Figueirense?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o time do seu coração, paulista José Adalberto?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor. *Fora do microfone.*) – Palmeiras.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Palmeiras?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Palmeiras.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – É o mesmo meu.

Houve um lampejo, como sempre, como de praxe, do Senador Amin, que me fez retornar a um comentário transmitido por mim no *facebook.com/kajurugoiias*, e a Leila, que lembra essa nação, chegou aqui... Eu vou me dirigir ao Neto, jogador de futebol – quantas vezes você deve ter falado isso à noite, na sua casa, em momentos de reflexão –, e à Mara, que me faz lembrar a relação que eu tive, carinhosa, com o Mário Sérgio. Nós trabalhamos juntos na mesma emissora e tínhamos um relacionamento diário. O Mário Sérgio tinha lampejos como comentarista, rápidos. Então, uma coisa rápida que o Mário Sérgio falava aqui: gente, e se fosse o Flamengo? A gente estaria vivendo isso aqui tudo se fosse o Flamengo? É triste. Isso dói, hein!

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Com licença, Kajuru. Só aproveitando, eu disse isto, inclusive, eu acho que foi para o rapaz da Susep em uma outra audiência que nós tivemos, da CPI: e se, ao invés de ter morrido o Mário Sérgio, tivesse morrido o Messi nessa aeronave? Como seria? Esses atletas, esses profissionais que lá estavam iam... Eles foram representando o Brasil! O hino que toca no momento em que eles estão lá perfilados – e os profissionais estão, os repórteres no campo, os comentaristas nas cabines – é o hino brasileiro! Até que ponto a gente vai deixar isso acontecer dessa forma?

É por isso que eu sou muito grata, todas as famílias, nós somos muito gratas a esses Senadores, porque, se não fosse por eles, eles estariam, essas empresas estariam limpando os pés sobre as nossas roupas, porque é isso que fizeram até hoje as empresas e os países. Aon, Tokio Marine, Bisa, Bolívia, Colômbia, todas deram de ombros para nós. Só sentam agora para conversar, para começarem a conversar, porque percebem que as ações tomaram proporções incontroláveis, graças a esta Casa.

Obrigada.

Desculpe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, só queria fazer a última pergunta para a gente não cometer falha com relação ao dia 17.

Nós temos aqui a Tokio Marine Seguros S.A. que é a do Brasil. É essa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa aqui é Brasil?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Eu sou o Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tá.

Tem a Tokio Marine Kiln Limited, Tokio Marine Kiln Group Limited...

São duas?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Sediada na Inglaterra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E essa Kiln Group? Inglaterra?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Sediada na Inglaterra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E essa Tokio Marine Kiln Limited...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – É a seguradora da Inglaterra. Uma é *holding*, a outra é seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... *Syndicates*? *Syndicates* o que é?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Uma é *holding* e a outra é seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Pois é, a gente precisa chamar a *holding*. Qual é a *holding*, o nome dela, da *holding*?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A Tokio Marine Seguradora Limited, Security Limited.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ah, então, é essa aqui.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – É uma que deve estar em inglês, não sei, Security Limited.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não. Não é essa, não.

Vê com ele quais são essas duas aí, porque a gente tem que chamar a *holding*.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – O responsável pela seguradora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A empresa *holding* com o presidente da *holding*. Quem é? É japonês?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não é japonês, é um americano da Tokio Marine Kiln Security Limited. Foi essa empresa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas quem fez o seguro foi a inglesa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não. Vamos chamar a inglesa também.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Quem fez o seguro, caro Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Foi a Kiln?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O resseguro – o resseguro.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não, o seguro foi a Bisa, boliviana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É a Bisa. A resseguradora...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Tem que chamar a seguradora boliviana, porque ela é o primeiro contato, quem fala.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A resseguradora não fala com o cliente LaMia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – A resseguradora fala com a Bisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A resseguradora é a inglesa, é a Kiln. Essa, nós já estamos chamando.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas a gente quer chamar a *holding*, que é a japonesa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Não, a Kiln – a Kiln.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu acho oportuno.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. Aí, eu preciso do nome correto da *holding* com o nome do presidente, que eu achei que era japonês e V. Sa. está dizendo que é americano.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Na Tokio Marine Kiln, que é sediada na Inglaterra, é um americano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, mas essa é a resseguradora. Eu quero a *holding*.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Ah, da *holding*, do grupo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, a do grupo todo, que é a japonesa.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Que é a japonesa. Chama-se Tokio Marine & Nichido Fire.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Mas o presidente é brasileiro?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não. A *holding*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Ele está perguntando quem é o presidente da *holding*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como é o nome da empresa e o do presidente da *holding*?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – O presidente da *holding* é o Sr. Komiya, Satoru Komiya.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, é japonês?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – É um japonês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – O senhor pode dizer para ele que nós usamos o símbolo da paz japonês. Isso aqui é o *tsuru*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Símbolo... Desculpa, eu não entendi o que o senhor falou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Isto aqui é o símbolo da paz japônês.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Da paz japônês...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – É o *origami* da paz, aquele cisnezinho que a gente desenha. Nós o receberemos com espírito de paz.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Tá o.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k., confirmado aí. O.k.

Então, só porque ainda tem aqui a Susep e a Anac, e a gente precisava falar rapidamente assim, um pouquinho, com eles, para...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Oliveira, quer fazer alguma...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... o senhor acha que é necessário, mas eu quero lhe pedir brevidade, porque nós temos que nos desincumbir das outras atividades aqui.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – É muito breve, Senador Jorginho.

Só para lembrar o seguinte: o Sr. Ferrara vem aqui e diz o seguinte: "Estão fazendo um acordo em Chapecó", mas ele disse que não sabe nada de Chapecó, apesar de ser réu, apesar de ter advogado e ter preposto na audiência. Então, serve para falar do acordo, mas não serve para saber o teor do que é discutido nesse sentido.

Detalhe muito importante: essa empresa, como bem citou o Senador Amin, é representante dessa empresa no Brasil, ela emite dinheiro e devolve dinheiro ao exterior para essa empresa. Então, fico muito preocupado com a questão como um todo, porque, na verdade, dosou-se a pílula e se colocou um pouco mais de branco no cinza do que fez a Aon, mas, efetivamente, nós não continuamos não tendo nenhum tipo de resposta. E eu só espero que, no dia 17 ou no dia 24, não aconteça o contrário, ou seja, chegarmos aqui e termos pessoas dizendo assim: "Olha, nós também não conseguimos fazer nada aqui porque só operamos no exterior".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria muito que todas elas estivessem no mesmo polo e que se definisse exatamente quem pode responder por quem, porque, senão, nós vamos perder, inclusive, o objeto da própria CPI, já que todo mundo vem a cada momento aqui e diz que o responsável está na Inglaterra, que o responsável está no Brasil, está no Chile, está na Colômbia.... E a gente não vai chegar a lugar nenhum.

É só para deixar bem claro que é claro que tem conhecimento. Se tem advogados constituídos na ação, como é que não tem conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Srs. Senadores, mais alguma ponderação?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Nesse conjunto de seguradoras, resseguradoras, corretoras etc., é indispensável a presença da Susep e da Secretaria...

Como é o nome da secretaria?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Já foi chamada aqui também. A Secretaria de Previdência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Lá do Ministério da Economia, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Tem a Secretaria de Previdência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como é? Secretaria de Previdência Complementar. Era isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Secretaria de Previdência Complementar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, o nome era esse.

Já foi da Justiça, não é isso?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – A Susep é uma fundação da Secretaria de Fazenda. Ela era jurisdicionada ao Ministério da Economia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então, temos de substituir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – Não está embaixo de nenhuma secretaria, mas é uma fundação... É com a Secretaria de Fazenda do Ministério da Economia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Acho que tem uma Secretaria de Acompanhamento, que não é essa complementar. É a Secretaria de Acompanhamento. Vamos chamá-la então para o dia...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Mas esperem aí. A vinculação da Susep...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – É direto com o Ministério da Economia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está vinculada a quem?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – Ao Ministério da Economia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, é com o Waldery.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – É com o Secretário Executivo, o Presidente do Conselho Nacional de Seguros Privados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É esse aí que interessa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Porque é esse que tem de nos dar o arcabouço jurídico para nós tornarmos realmente esse assunto chapa branca.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Secretaria de Acompanhamento...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – É; pode-se conversar com a Secretaria de Acompanhamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas quem é que tem a palavra final lá?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – É o Presidente do Conselho Nacional de Seguros Privados que faz a política de seguros privados no País.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Que é quem?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – É o Secretário Executivo da Fazenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que é o...?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – O Guarany.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ah, o Guarany.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O da Fazenda é o Waldery.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – Waldery. É isso mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer administrativamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos fazer administrativamente – não é, Senador Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Mas nós temos de ter a autoridade federal... O seguro é privado, mas quem regula, quem cuida da regulação disso é que nos interessa. Esse é o chapa-branca; é esse que pode dizer quais são...

Onde é que eu quero chegar? Nós não temos agência reguladora para isso. Se fosse na Aneel, ela acompanha o desempenho ético, a pontualidade, enfim, os itens, os parâmetros que nos dão a classificação da empresa, ou seja, os indicadores que permitem dizer que a sua performance é considerada aprovada. Foi isso que a Caixa certamente considerou quando selecionou a Tokio Marine para ser a sua parceira.

Ou seja, esses indicadores, se nós tivéssemos um regime de agência reguladora, viriam da agência reguladora. No caso...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – A parte de supervisão e fiscalização do mercado segurador fica para a Susep, inclusive com um desses índices que a gente acabou de publicar no nosso *site*, que é o índice de reclamações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Viu, Presidente? Então, elas têm uma tabelinha de reclamações. Se fosse a Anatel, haveria reclamação contra.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Depois nós vamos passar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é feito com essa...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... em revista todos os convocados, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Já entendemos.

Tem aqui a informação de que a Secretaria de Previdência Complementar não responde por isso. Então, nós vamos substituir a Secretaria de Previdência Complementar pelo órgão responsável pelas diretrizes do Ministério da Economia com relação a seguro.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Susep vai...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... concluiu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero agradecer ao Sr. Ferrara a sua participação. V. Sa. está dispensado. Muito obrigado pela sua participação.

Agora nós passamos a... Eu solicito aos Srs. Senadores que permaneçam aqui, por favor, Senador Esperidião, porque nós temos o César da Rocha Neves, Coordenador-Geral de Regulação Prudencial da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e o João Souza Dias Garcia, Superintendente de Padrões Operacionais da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Já convido os dois para que nos ladeiem aqui na nossa mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu pediria para colocar o eslaide 13 da Anac.

Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tentar ser mais concisos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Anac, então.

No dia 11 de outubro de 2016, a Chapecoense solicitou à Anac autorização para embarque na aeronave da LaMia, em Belo Horizonte, com destino a Barranquilla. Tendo em vista a negativa da Anac, a LaMia alugou um avião para levar o Chapecoense de Belo Horizonte até Corumbá, e de lá a Chapecoense cruzou a fronteira da Bolívia de ônibus para embarcar num voo da LaMia até Barranquilla.

Eu pergunto aqui para a Anac: de acordo com os autos, a negativa da Anac se deu em razão de dispositivo que prevê, nos voos *charters* internacionais, a necessidade de uma empresa aérea pertencer ao país de origem ou de destino. V. Sa. poderia tecer algum comentário sobre esse dispositivo? Quando surgiu e qual foi a motivação?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Bom dia, Exmos. Senadores e demais presentes.

Em relação ao item específico de autorização, normalmente esse item é tratado em acordos internacionais de liberdade do ar. Então, o Brasil pode firmar acordos específicos, permitindo transporte de brasileiros para um país no estrangeiro por um operador de uma terceira origem, mas isso depende de acordos específicos serem firmados. Então, no caso específico, não existia acordo previsto entre o Brasil e a Bolívia para a sétima liberdade, que cobriria esse ponto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No mês seguinte, no dia 27 de novembro de 2016, a Anac voltou a negar o voo da Chapecoense, só que agora para Medellín. Segundo o parecer da Anac, o transporte deveria ser feito por empresa brasileira ou colombiana.

Desse modo, por orientação da LaMia, foi feito embarque para Santa Cruz de La Sierra na Bolívia, via empresa boliviana de aviação, a BoA, e de lá a Chapecoense voou para a Colômbia pela LaMia. Pergunto: por que razão a Anac, para além de negar o voo, não se pronunciou sobre a exclusão de destino? A Anac não podia? A Anac não tinha essa informação? Houve alguma falha operacional?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para depor.) – Nesse item específico, a autorização é feita para a operação. A gente não... A Anac, no caso, não autorizou, baseada na inexistência desse acordo efetivamente, que não previa um acordo de sétima liberdade com a Bolívia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O DGAC, que é o órgão boliviano de controle aéreo, responsável pela expedição da autorização do voo de 25/11/2016, uma vez que tinha pleno conhecimento da apólice de seguro da LaMia, não compartilhou essa informação – a exclusão do destino – com a Anac nem com a Aerocivil, órgão colombiano de controle aéreo? Não existe um protocolo para isso? As agências de controle aéreo não trocam informações?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – No caso específico do...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Desse voo.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – V. Exa. diz da exclusão da apólice de seguro, certo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Isso.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – No caso, a gente... A informação do seguro é exigida quando é encaminhado o pedido de autorização de voos para tráfego no Brasil para o exterior – nesses casos, é avaliada –, mas, em casos de voos que acontecem entre outros países, não há, esse processo não é necessariamente solicitado para a gente. A gente não recebe essa informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não há essa troca de informações.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como justificar uma aeronave realizar vários voos para a Colômbia sem cobertura de seguro e as agências reguladoras dos países envolvidos – Bolívia, Brasil, Colômbia, Venezuela – não se pronunciarem em momento algum? Essa informação não deveria circular pelas agências?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – O Brasil se envolve nos pedidos de autorização para voos entre o Brasil e os países estrangeiros. E, nos casos de uma empresa de um país que pretenda realizar essa operação entre o país de origem de registro da empresa e o Brasil, essas informações são avaliadas, sim, mas, no caso de países terceiros – no caso, a Bolívia solicitando um voo entre o Brasil e a Colômbia –, nesse caso, a gente... No caso, foi negado, mas não necessariamente pelas questões de seguro, mas mais pelas questões dos acordos de liberdade do ar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quer dizer, então num voo entre Bolívia e Colômbia, mesmo sendo um time de futebol brasileiro, a Anac não toma conhecimento de nada, não tem informação nenhuma?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Nesse caso, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bota o eslaide 14, por favor.

Numa situação hipotética, caso a Anac tivesse autorizado o voo, a LaMia teria apresentado o plano de voo aqui no Brasil, a exemplo do que ocorreu lá na Bolívia. Imaginemos que esse plano de voo não contemplasse um segundo aeroporto alternativo e que tivesse o tempo de voo estimado na rota exatamente igual ao tempo de autonomia da aeronave. Imaginemos, ainda, que, solicitada a modificar, a LaMia se negasse a fazê-lo, justificando que o tempo real do voo seria inferior ao do plano de voo apresentado. Pergunto: esse voo teria partido daqui do Brasil? Somente a Anac poderia ter impedido esse voo ou o órgão setorial do aeroporto também teria essa prerrogativa? No seu entendimento, houve uma certa facilitação lá na Bolívia para permitir a decolagem da aeronave? Esse é o plano de voo.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – No caso do Brasil, a Anac compartilha responsabilidade sobre a supervisão da segurança operacional nas operações aéreas. A Anac é responsável pela certificação, autorização de algumas operações, mas ela compartilha algumas dessas funções com o Comando da Aeronáutica em relação à aprovação de planos de voo. Então, eu desconheço os processos específicos de aprovação de plano de voo e se eles, no caso do Brasil, fazem avaliações específicas nesse sentido, mas, nesse caso aí, procedimentos de aprovação de planos de voo seriam de responsabilidade do Comando da Aeronáutica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pois é, mas se tivesse acontecido exatamente... Se acontecesse no Brasil o que aconteceu lá, onde foi identificado... Inclusive uma pessoa identificou que o combustível não era suficiente, que não havia reserva nenhuma praticamente para fazer esse voo. Aqui no Brasil, somente a Anac poderia impedir o voo ou existe outro... Seria a Aeronáutica?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – É, no caso das empresas brasileiras, a Anac faz a vigilância continuada dos processos de despacho e de cálculo de despacho de voo e abastecimento, mas, especificamente nos critérios de aprovação de plano de voo, aí eu desconheço os procedimentos, preciso perguntar lá para o pessoal do Comando da Aeronáutica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Entendi.

Bem, como justificar, na realidade, uma aeronave realizar vários voos para a Colômbia sem cobertura de seguro e as agências reguladoras dos países envolvidos – Bolívia, Brasil, Colômbia e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Venezuela – não se pronunciarem em momento algum? Essa informação não deveria circular pelas agências? Não há nenhuma...

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – No caso dos voos realizados entre o Brasil e países estrangeiros, existe essa conferência, é necessária a demonstração de informações de seguros, mas, entre voos realizados entre dois países terceiros, sem necessidade de envolvimento da agência, não tem, hoje não existe protocolo de intercâmbio de informações para essas informações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É,

Nessa situação hipotética que eu disse aqui do plano de voo, se fosse no Brasil e não contemplasse o segundo aeroporto alternativo e houvesse um tempo de voo estimado da rota exatamente igual ao tempo de autonomia da aeronave, imaginemos ainda que, solicitada a modificar, no caso, a LaMia se negasse a fazer, justificando que o tempo real de voo seria inferior ao plano do voo apresentado, aqui no Brasil poderia, acontece isso?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para depor. *Fora do microfone.*) – Esses procedimentos eu acredito que estejam relacionados à aprovação do plano de voo especificamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixa só... Para ficar gravado.

Hein?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – No Brasil os procedimentos aí... Eu acredito que a dúvida específica está relacionada à aprovação do plano de voo em si, eventualmente ajustes decorridos do responsável pelo recebimento do plano de voo, e nesse caso aí é responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Eu acredito que eles poderiam ajudar nessa resposta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Existe algum protocolo internacional? Como é que funciona aqui no Brasil isso? Existe um protocolo ou cada país faz, tem uma metodologia diferente? Como é que é esse procedimento de análise do plano de voo, de autorização do voo, etc.?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Os países todos envolvidos com aviação seguem protocolos internacionais de padrões de segurança estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional, uma agência da ONU sobre aviação, que coloca padrões mínimos de segurança.

No caso da agência, da Anac especificamente, os nossos regulamentos seguem esses padrões e, dentro do possível, a gente adere o máximo ao que é estabelecido por esse órgão, mas, nos casos dos nossos regulamentos, especificamente em relação ao plano de voo, a gente não estabelece requisitos específicos para o procedimento. Então, aí eu acredito que o comando da Aeronáutica também siga, como



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

o Estado brasileiro tem esse compromisso da Convenção de Aviação Civil Internacional a seguir esses padrões internacionais. Mas acho que eles podem trazer essa informação mais precisa do processo de aprovação de plano de voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, é evidente que este voo teria... Se nessa mesma situação teria sido, se o voo tivesse partido daqui do Brasil, somente a Anac poderia ter impedido o voo, ou algum setor do aeroporto também teria essa prerrogativa?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A FAB.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A FAB também poderia?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No seu entendimento – não sei se você está acompanhando aqui a situação –, houve uma certa facilitação lá na Bolívia ao permitir a decolagem de aeronave?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Eu não teria como responder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sobre isso, aliás, a Sra. Celia Castedo Monasterio, que funcionária da Aasana, órgão boliviano responsável pelo controle do tráfico aéreo, em depoimento dado aqui no Ministério Público Federal do Brasil, afirmou que sua função era apenas revisar o plano de voo, deixando claro que caberia à DGAC impedir o prosseguimento do voo. A DGAC conta com inspetor durante 24h do dia do aeroporto de Viru Viru e são eles os responsáveis por verificar toda a informação técnica, o plano de voo incluído e tal. Aqui seria no caso a Força Aérea.

Qual é a avaliação acerca desse procedimento: ele está correto? Esse lá da Bolívia, da Aasana? Porque a Celia Castedo fez um depoimento ao Ministério Público e ela constatou realmente o trajeto, e o combustível era exato, não havia margem nenhuma de reserva. Sobre esse procedimento aqui existe algum protocolo internacional, sobre essa questão do combustível? Como é que funciona isso?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Nesse sentido, o processo é associado à autorização do plano de voo especificamente. Acredito que o questionamento lá tenha sido pela funcionária do órgão ATS específico que recebe o plano de voo e cadastra, e nesse caso aqui a contraparte que define esse processo no Brasil é o Comando da Aeronáutica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Para o Cenipa, Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, as informações suplementares que foram preenchidas de forma incorreta e aceitas pela operadora Celia não chegaram ao conhecimento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos demais setores do controle de tráfico, impossibilitando que outras pessoas pudessem interferir na autorização de voo da LaMia. Esse procedimento é correto? Como funciona aqui no Brasil? Existe um protocolo dizendo assim... Por exemplo, a Celia identificou e ficou por isso mesmo. Como é que funciona, se alguém identificar? Se Aeronáutica identificar que a capacidade do combustível é exatamente igual a capacidade de voo, a Anac tem outro órgão que pode impedir ou fazer alguma coisa, interferir?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Essa aprovação é aprovação do plano de voo específico, e aí está relacionada a esse processo de recebimento e a aprovação do plano de voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quem aprova é a FAB?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Força Aérea?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Anac que autoriza?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A Anac faz uma autorização prévia permitindo a operação daquela empresa específica nas questões de segurança; avalia se ela atende, se ela tem uma autorização emitida pelo país de origem e alguns itens adicionais, mas a autorização do voo específico na hora do voo lá...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas se a Anac identifica que o combustível está exatamente e tal, a Anac faz o quê?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Essa avaliação é no momento do plano de voo. A autorização prévia é mais em relação à documentação, para saber se a empresa está autorizada pela origem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Anac não entra na questão operacional, de combustível, essas coisas?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – De autorização de plano de voo, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Entendi.

Só para entender aqui, retomando o tema pela Força Aérea...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*)
– O plano de voo é aprovado por quem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pela Força Aérea.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Ele é representado pelo controlador de voo, que é um militar da Força Aérea geralmente, não é isso?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Eu acredito que sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Vocês se lembram daquela paralisação dos controladores de voo?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Existem algumas variações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Impediu. Exato. Eu lembro.

Retomando o tema que envolveu a negativa da Anac, em 4 de novembro de 2016, em situação bastante similar, o mencionado órgão, a Anac, autorizou o voo da própria LaMia, que transportava a seleção da Argentina nesses termos:

Trata-se do transporte de jogadores e comissão técnica da seleção argentina, a qual disputa as eliminatórias da Copa do Mundo na Rússia. O jogo da seleção argentina será no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 10 de novembro de 2016, e a LaMia foi contratada para o referido transporte, tendo em vista que dispõe de aeronave adequada para viabilizar o transporte em questão.

Considerando que a presente solicitação trata da seleção argentina para o jogo de futebol relacionado às Eliminatórias da Copa do Mundo, que possui elevado interesse público no Brasil; considerando que se trata de uma operação de fretamento sem venda de passagem, o que não afeta interesse comercial direto de empresas brasileiras; considerando que a operação ocorrerá em duas datas específicas; retifico o parecer da Gope, por entender a excepcionalidade da operação.

Registre-se que, tanto no caso da situação da Argentina quanto na situação da Chapecoense, os países de origem e de destino eram diferentes do país da empresa aérea contratada. Então, tanto na situação da seleção da Argentina quanto na da Chapecoense, os países eram diferentes.

Eu pergunto então: por que, nesse caso, não prevaleceu o dispositivo que estabelece que, nos voos fretados internacionais, há necessidade de o transporte ser feito por empresa do país de origem, no caso a Argentina, ou do país de destino, no caso o Brasil? E houve algum tipo de ingerência externa para que, no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

caso da seleção argentina, houvesse a excepcionalidade alegada pela Anac? Qual foi a motivação para esse dispositivo da Anac? Seria apenas a proteção dos interesses comerciais dos países envolvidos?

Eu acho que fiz as três de uma vez.

Com relação à pergunta nº 9: por que, nesse caso, não prevaleceu, então, o dispositivo que estabelece que, nos voos fretados internacionais, há necessidade de o transporte ser feito por país de origem? No caso da seleção argentina, seria uma empresa argentina, ou do país de destino, no caso do Brasil. Por que houve essa...

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – No caso da solicitação de autorização de transporte direto entre o Brasil e a Colômbia, no caso da solicitação da empresa, o Brasil é responsável por negar; no caso, o levantamento de tráfego... O recebimento dos passageiros seria feito dentro do Brasil. Então, o Brasil analisou esse processo e determinou, no caso, pela ausência de acordo específico, que aquele voo não poderia acontecer.

No caso em que o levantamento de tráfego... Acho que o caso análogo foi feito na Argentina, a avaliação nesse sentido deveria ter sido feita... E aí eu desconheço os procedimentos específicos argentinos, mas essa avaliação que a gente fez no caso da solicitação do voo direto entre o Brasil e a Colômbia, deveria ter sido feita pela própria Argentina. E, aí, o Brasil não avalia especificamente, nesse caso, esse item dos acordos de liberdade de tráfego.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas você acha que houve algum tipo de ingerência externa no caso da seleção argentina para que houvesse essa excepcionalidade que a Anac alegou ou não?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Aí, a gente precisaria ver os procedimentos que levaram a que a Argentina autorizasse esse voo. Talvez eles tenham alguma política diferente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, a Anac autorizou no caso da Argentina.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – No caso do voo da Argentina, não houve a avaliação específica da nossa parte dos critérios de liberdade do ar que levaram à negação da solicitação do voo direto do Brasil para a Bolívia. Nesse caso, a avaliação de liberdade do ar e se havia algum acordo específico da Argentina com a Bolívia seria feita pela própria Argentina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E qual foi a motivação para esse dispositivo da Anac? Seria apenas a proteção dos interesses comerciais?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Eu desconheço a origem, mas eu entendo que essa é uma política internacional do estabelecimento de interesses e benefícios entre as partes quando esses acordos são estabelecidos.

Eu sei que o Brasil firma alguns acordos internacionais de sétima liberdade que seriam aplicáveis a esse caso aí, mas eu confesso agora que eu desconheço os motivos que embasam o estabelecimento desses acordos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com os autos, a LaMia também trouxe a seleção boliviana para jogar em Natal, no Rio Grande do Norte, em outubro de 2016. Na volta, em 07/10/2016, passou por Brasília antes de seguir para a Bolívia, tendo havido, inclusive, problemas com a aduana aqui do aeroporto, conforme relato da Loredana Albacete, constante do eslaide de nº 15.

Sobre esse voo, aliás, o Ministério Público fez o seguinte registro:

Em relação a outro voo da empresa LaMia para transporte da seleção boliviana de futebol, também para o jogo das eliminatórias da Copa em outubro de 2016, em Natal, chama a atenção a informação do aeroporto de Brasília de que somente tomou conhecimento da operação quando o Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea confirmou que a aeronave havia decolado às 11h49min com destino à Capital Federal.

Esses elementos, além de eventuais ilícitos penais e cíveis ocorridos, podem não representar um caso isolado, mas denotar possíveis falhas no Sistema de Autorização e Controle de Voos Fretados no País, a demandar uma devida apuração especialmente quando considerado o risco inerente à atividade de serviços de transporte aéreo de passageiros.

Eu pergunto aqui: há fragilidade no Sistema de Autorização e Controle de Voos Fretados no Brasil e na América do Sul? Os protocolos de comunicação entre agências de controle aéreo desses países estão funcionando adequadamente? Por que razão o fato relatado pelo Ministério Público Federal aconteceu?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Como eu comentei, são dois momentos. É o momento da autorização da operação da empresa no Brasil, em que são avaliados alguns documentos: além da autorização pela autoridade do país de origem, alguns itens de cumprimento do regulamento brasileiro, e esta é uma autorização prévia. Na hora da autorização do voo específico, isso passa pelo processo de aprovação de um plano de voo específico.

Eu desconheço se existem deficiências nesse plano específico ou nesse processo específico, mas acredito que o pessoal, mas acredito que os responsáveis pelo estabelecimento e condução desse processo aí talvez possam contribuir para esclarecer alguns pontos nesse sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Você acha que o processo sistema de autorização e controle aqui no Brasil funciona bem? Tem fragilidades ou não?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Não é minha área de atuação, mas a gente não tem motivo para acreditar que tenha alguma fragilidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como V. Sa. explica ou justifica uma empresa de transporte aéreo como a LaMia realizar 156 voos entre abril e setembro de 2016 de maneira completamente irregular e com seguro fajuto para diversos países da América do Sul, conforme anotações do relatório final do acidente, sem que houvesse havido comunicado algum? Não há nenhuma comunicação das agências de controle aéreo deste País acerca dessas irregularidades.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – A Anac, como eu comentei, a autoridade de aviação civil no Brasil, tem algumas responsabilidades referentes à segurança das operações, mas ela não é autoridade no Brasil regimentalmente responsável pelos assuntos de controle aéreo. Então, aí nesse sentido acredito que seria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É a Força Aérea, especificamente do controle de voo.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Especificamente, as autorizações de voo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é a primeira vez que a gente escuta isso.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – As autorizações de empresas que pretendem realizar serviços no Brasil, sim. A Anac emite uma autorização baseada em alguns acordos internacionais, mas especificamente nas questões de controle de tráfego aéreo a responsabilidade realmente não é da agência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O que a gente vai pedir então – já faço esse pedido – é para que a Anac possa encaminhar aqui para a CPI da Chape qualquer sugestão para melhorar a legislação com relação a isso. Então, fica aí o pedido para a Anac com relação a essa questão.

Presidente Jorginho, eu já entro direto na Susep ou você quer passar? Posso fazer a pergunta à Susep?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Direto na Susep.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, César da Rocha Neves, há responsabilidade contratual da seguradora Bisa provendo o contrato de seguro firmado entre a empresa LaMia em que se compromete a indenizar, em caso de sinistro, todas as separações decorrentes de responsabilidade civil daquela companhia. Há ainda, no presente caso, culpa aquiliana, responsabilidade extracontratual, na medida em que a seguradora Bisa concorreu para a ocorrência do evento danoso, pois – aí vem aqui – não emitiu a obrigatória comunicação ao órgão estatal de aviação, a DGAC, sobre os alegados atrasos no pagamento do prêmio da apólice firmada com a empresa de transporte aéreo, o que ensejaria a suspensão da autorização de voos concedidos à LaMia, o que teria evitado o desastre.

Esse é o primeiro ponto. Vou passar para o segundo.

Anuiu com a emissão da última apólice de seguro da empresa LaMia totalmente inadequada aos riscos e possíveis danos envolvidos na operação daquela companhia aérea, os quais eram do total conhecimento dos corretores, da seguradora e das resseguradoras, permitindo a temerária retomada das operações da empresa LaMia.

Então, eu pergunto agora: qual é a avaliação de V. Sa. acerca da responsabilidade contratual e da responsabilidade extracontratual da seguradora Bisa? Tem algum reparo a ser feito?

Aí, sim, pode responder à essa primeira indagação.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Boa tarde a todos. Meu nome é César da Rocha Neves. Eu vim aqui representando a Susep.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Jorginho Mello está me emprestando a cadeira.

Isso não é fácil.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A Susep é a supervisora do mercado de seguros, previdência aberta, capitalização e resseguro no Brasil. Então, o órgão, o conselho que regula as operações de seguro no Brasil é o Conselho Nacional de Seguros Privados, cuja Presidência é do Ministro da Economia e o Vice-Presidência é do Superintendente da Susep, que é a Solange Paiva. Quando o Ministro se ausenta da reunião do Conselho Nacional de Seguros Privados, a superintendente assume a Presidência do Conselho. E a Susep é a executora dessa política fiscalizadora e secretária executiva. A gente faz esse papel.

É muito similar – só esclarecendo ao Senador Esperidião Amin – ao que as agências fazem, mas há dois níveis: o nível de conselho, que determina a política, e a Susep, que realiza a política. Já a agência pode fazer tudo, a regulação também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a pergunta propriamente dita, se a gente... Eu vou trazer para as operações no Brasil, porque a Susep fiscaliza, para contextualizar.

A seguradora é responsável sempre perante o segurado. O ressegurador é responsável perante a seguradora.

Vamos chegar a um caso prático: um seguro de automóvel. O seguro cobre alagamento. Então, eu fiz com a seguradora X e cobre alagamento. A seguradora procurou um ressegurador e passou parte desse risco. Só que, nesse contrato desse risco, não cobria alagamento. Certo? Ocorrendo o alagamento, a seguradora é obrigada a pagar ao segurado e não consegue receber a indenização do ressegurador.

É assim que funcionam o mercado brasileiro e o mercado internacional.

Então, é de boa prática da seguradora que o contrato de seguro e o de resseguro tenham os riscos cobertos e os riscos excluídos iguais.

No mercado brasileiro, inclusive, uma seguradora tem na sua provisão, no seu passivo todas as suas obrigações completas. Nesse caso de automóvel, ela colocaria as obrigações completas, e o direito de recuperar é um direito. No ressegurador, está no ativo da seguradora. A obrigação da seguradora não está líquida de resseguro. Ela é total. Só que ela tem a obrigação com o segurado, e a resseguradora tem a obrigação com a seguradora.

Neste caso agora concreto, a obrigação com o segurado de prestar todos os esclarecimentos, se fosse no Brasil, é da seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não é da resseguradora?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É da seguradora.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Da Seguradora. O ressegurador tem um contrato com a seguradora e não com o segurado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E isso só é no Brasil? Você tem conhecimento com relação aos outros países?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Há outros países em que um ressegurador pode fazer seguro também, mas não é o caso do Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. Mas Bolívia, Colômbia...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A Colômbia... A Bolívia, eu não conheço. É um mercado pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há a Bisa, a Bisa é grande.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A Bisa era estatal né?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É estatal.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Continua como estatal?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ainda é estatal.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Então, ela... Não tem conhecimento do mercado boliviano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas é a Bisa, é a seguradora.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Mas ela, como seguradora, tem responsabilidade com o segurado que cumpriu o seu contrato. Nesse contrato ela é seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A seguradora Bisa Seguros e Resseguros S.A muito antes da data...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está aí explicado, é seguradora e resseguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.

A empresa, muito antes da data do fatídico voo de 28 de novembro, sabia que a vigência da apólice firmada com a LaMia estava suspensa em virtude da falta de pagamento de parte do prêmio pactuado, vencido em 2/10/2016. Ou seja, a aeronave da LaMia decolou no dia 28 de novembro de 2016 sem cobertura securitária, fato esse que era de pleno conhecimento da Bisa. Embora a legislação boliviana exija a contratação de seguro para operações de transporte aéreo, a Bisa ficou silente, deixando de comunicar tão importante fato às autoridades bolivianas competentes.

Registre-se que, na vigência da apólice anterior, 2015/2016, a Bisa demorou quase quatro meses para comunicar a inadimplência da LaMia à DGAC, ficando a LaMia nesse período sem cobertura securitária. Portanto, a Bisa agiu de forma absolutamente irresponsável e ilegal, pois permitiu que continuasse operando uma empresa aérea que sabidamente estava a descumprir uma das suas mais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

básicas obrigações legais, indispensáveis à segurança do transporte aéreo, representada pela manutenção de apólice de seguro vigente. Ao agir de tal forma, a Bisa assumiu os riscos do seu ato ilícito.

Eu pergunto, então: V. Sa. tem o entendimento de que tal conduta implica a responsabilidade da Bisa no acidente, surgindo o dever de indenizar para além dos limites do contrato de seguro? E nesse caso, o risco é de 100% repassado para a resseguradora. O dever de indenizar da Tokio Marine é mais do que evidente?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor permite?

É exatamente nesse momento. Preste atenção: quando é que havia expirado? Desde quando ela não pagava?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Desde 02/10.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desde outubro de 2016. Está aqui no começo da sua...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Aqui, desde 2016.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, preste atenção.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No dia 02/10/2016 havia vencido.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O voo da Argentina foi quando?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Da Argentina?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Da Seleção da Argentina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ah, não sei!. Tem a data aqui, mas não sei.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Foi no meio do ano. Foi na Copa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Foi na Copa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O voo, esse para Belo Horizonte foi quando?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Na eliminatória da Copa, junho, julho. Deve ser em julho. Copa, eliminatórias da Copa. Só para saber, porque a data...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero saber se o voo da seleção da Argentina tinha cobertura de seguro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, essa empresa LaMia normalmente não pagava, tinha sempre problema. É possível até que não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O voo da seleção da Argentina para Belo Horizonte, que foi descrito há pouco. Você tinha até a data. Eu acho que eu escutei errado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Da Argentina?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Enquanto eu procuro, vamos ver se ele pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu quero dizer é o seguinte: isso era uma prática essa negligência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – porque eu quero chegar à seguinte palavra: esta desídia, isso é uma desídia quem tem a incumbência de fiscalizar é o Poder Público. Não interessa se é a Anac, se é a FAB, se é o controlador de voo; eles são agentes do Estado, do Estado. No caso, do Estado brasileiro, se é a Anac, se é a Susep, se é o Conselho, se é o controlador de voo...

Da mesma forma que nós mencionamos que o controlador de voo da Colômbia teria dado preferência para outro avião pousar... Pelo menos é o que consta, não é isso? O avião da LaMia teve que fazer uma volta antes de descer, porque havia outro com prioridade, e o piloto da LaMia não teve jeito de dizer, "Olha, eu estou no final do combustível". Esse foi o lance final do acidente, pelo que eu lembro, do relatório, não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é, ele não desceu porque havia outro com prioridade. Por isso ele esticou um pouquinho mais, e talvez isso tenha sido a causa remota, imediata, fatal.

Agora, se era useiro e vezeiro em voar sem seguro, cadê o fiscal? Quem é o fiscal disso? Esse é o complemento da sua pergunta.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Trazendo mais uma vez...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Eu fiz a pergunta com relação à responsabilidade contratual e à responsabilidade extracontratual.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – É, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Responsabilidades. Perguntou no final. (*Fora do microfone.*)

A Tokio Marine é ou não é responsável? Foi a sua pergunta final. Eu apenas coloquei a questão do fiscal.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, ele falou que a seguradora tem a responsabilidade, e não a resseguradora. Porque nesse caso, a Bisa é a resseguradora.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Primeiro é a seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Bisa é a seguradora?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Mais uma vez, eu não posso responder nem sobre a responsabilidade... Se está no contrato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, qual a avaliação de V. Sa.?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Vou trazer para o Brasil. Na verdade, hoje no Brasil, nós temos a obrigatoriedade, as empresas aéreas que voam no Brasil têm obrigatoriedade, pela Lei 7.565, de 1986, de contratar o seguro obrigatório. Então, além do seguro obrigatório, normalmente as empresas contratam um seguro facultativo, porque a indenização do seguro obrigatório no Brasil também não é alta – é em torno de 75 mil por vitimado atualmente. Então, normalmente uma empresa maior contrata.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E a fiscalização disso é feita como a Anac explicou, no Brasil. Então, se uma operação... Acredito que uma operação sem seguro – a Anac vai poder responder –, por lei, um voo não pode decolar no Brasil. E aí tem...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem é o fiscal disso?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Aí a Anac pode responder melhor quem é o fiscal. Ela já explicou que seria a Força Aérea.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – A Força Aérea...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, não, há que ter autorização da Anac, a Anac tem que autorizar. A Força Aérea é outra etapa, é só a parte operacional. Em questão de seguro, é a Anac, não é?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Quem é que olha o seguro?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pode responder.

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – A agência inclui, nos seus protocolos de fiscalização das empresas que operam no Brasil, se elas têm o item de seguro. Normalmente está relacionado aos seguros obrigatórios.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – No Brasil, seria por lei impossível viajar sem o seguro obrigatório, que é o reta.

Então, se o seguro estivesse fora da vigência, não haveria... Não tem o seguro. Após, nesse caso, 2/10/2016 no Brasil essa aeronave não poderia decolar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas ela decolou de onde?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas tem um prazo para comunicar quando tem o seguro. Quando vence o seguro, eles têm um prazo, a seguradora...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Teria que mostrar que existe o seguro. E agora sobre os prêmios vencidos, mais uma vez, no Brasil a obrigação de pagar o prêmio é do segurado. Então, não pagando o prêmio, a apólice fica suspensa naquele período. É como se não tivesse cobertura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Bisa não emitiu, não comunicou esse atraso nos pagamentos. Um dos argumentos que foram usados é que houve atraso de pagamento, houve exclusão do País, etc. Para não pagar, esse é um dos argumentos de não pagar.

Mas eu perguntei, assim, qual é a sua avaliação acerca dessa responsabilidade contratual e extracontratual.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Teria que ver se, pelo governo colombiano, é obrigatório que a seguradora comunique o órgão da Bolívia se é o prêmio está vencido ou não. Então, se é uma obrigação legal na Bolívia essa comunicação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pois é, mas a seguradora não comunicou, portanto...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Eu não consigo falar se é uma obrigação legal ou não na Bolívia. Mas, se for...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É obrigação legal.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Então, se é uma obrigação legal e aconteceu isso, ela não cumpriu a lei a boliviana. Isso que eu estou dizendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A seguradora Bisa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho que seria interessante a gente começar a averiguar com as nossas assessorias ou aqui no Senado a legislação desses países para a gente entender. Porque todo mundo que chega aqui: aqui no Brasil é assim, mas lá eu não sei.

Então, a gente tem que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O Nelsinho Trad já pediu à assessoria, e eu reforcei para fazer uma análise toda a legislação de todos os países.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Acredito que não seja tão diferente daqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixa eu continuar...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O pessoal da Chapecoense embarcou onde?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bolívia. Eles foram até a Bolívia porque não tinham autorização da Anac e na Bolívia pegaram o voo para a Colômbia. A Anac não tinha autorizado.

Continuando aqui, depois a gente...

A seguradora Bisa Seguro e Resseguros S.A. muito antes da data do dia 28 sabia que a vigência da apólice firmada com a LaMia estava suspensa em virtude da falta de pagamento por parte do prêmio pactuado, vencido em 2/10/2016. Ou seja, a aeronave da LaMia decolou na noite de 28 de novembro sem cobertura securitária, fato esse que era de pleno conhecimento da Bisa. A Bisa sabia disso. Embora a legislação boliviana exija a contratação de seguro para o transporte aéreo, a Bisa ficou silente. Ela não comunicou nada, deixou de comunicar esse fato às autoridades bolivianas.

Registro que na vigência da apólice anterior – isso que estava dizendo aqui –, 2015/2016, ela demorou quatro meses para comunicar a inadimplência da LaMia à DGAC. Então, a Bisa agiu de forma realmente irresponsável, ilegal, etc.

No caso aqui, V. Sa. tem o entendimento de que tal conduta implica a responsabilidade da Bisa no acidente, surgindo o dever de indenizar além dos limites do contrato do seguro? É a que eu tinha feito.

E, nesse caso, com um risco de 100% repassado para a resseguradora, o dever de indenizar da Tokio Marine é o mais evidente? Quer dizer, nesse caso aqui, a Bisa, mesmo não tendo comunicado, cabe a ela jogar toda a responsabilidade para a resseguradora? Aí parece que alguém do seguro estava dizendo... Acho que você falou que tem o contrato da seguradora e da resseguradora. Nesse caso específico aqui...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Nesse caso, o contrato, a pergunta é se ela deveria avisar às autoridades bolivianas de que não havia seguro. É isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, a Bisa não comunicou. Isso aí é responsabilidade da Bisa.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Isso é fato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas, no caso específico aqui, a Bisa, além de não ter comunicado, agiu de forma irresponsável e tudo mais. Mas, mesmo nesse caso, ela joga para a resseguradora? A resseguradora assume essa responsabilidade?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Tem que ler o...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Porque, normalmente, a resseguradora...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Nesse caso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... tem que dar satisfação para a seguradora.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Sim, mas, nesse caso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não é com o cliente; é com a resseguradora. O cliente dela é a seguradora.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – É. Pelo que eu vi nos eslaides 3 e 4 do Senador, o ressegurador estava acompanhando as tratativas, mas a obrigação do ressegurador é com a seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Entendi.

Mas, uma vez que a Tokio Marine tem representação aqui, no Brasil, e, inclusive, é detentora de expressivas apólices de seguro aqui no País, como foi dito aqui, que medida a Susep poderia adotar para que a justiça prevaleça nesse triste episódio?

Registre-se que a corretora Aon também tem representação aqui, no Brasil. É a mesma coisa. A Tokio Marine e a corretora são a mesma coisa. O que a Susep pode fazer com relação a isso?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A Susep fiscaliza as operações realizadas no País e, como o Senador afirmou, as duas empresas têm... Uma é sociedade anônima no Brasil, e a outra é constituída no Brasil, que é a Aon. Então, elas são subordinadas à Susep. A única coisa que a Susep pode fazer, dado que a operação foi por uma não supervisionada, é tentar intermediar e participar dessas comissões. E, se, por exemplo – e aí vou lhe trazer para o risco de imagem, que eu estava até conversando com o Senador... Foi o Senador Esperidião Amin que levantou, e eu acho que levantou bem. Isso pode, em algum momento, gerar um risco de imagem para uma seguradora sob nossa supervisão. Então, a gente, como supervisor, está acompanhando a solvência da Tokio Marine. Se, por algum momento, alguns contratos deixarem de ser feitos em função desse risco de imagem, aí a Susep pode atuar e solicitar dessa seguradora algum tipo de aporte capital dos acionistas, mas para solvência dessa empresa, para resguardar os outros seguradores brasileiros envolvidos nos outros contratos no Brasil. Agora, de um contrato que foi feito no Brasil, a Susep pode – e eu acho que já vem fazendo desde que eu fui à Comissão de Relações Exteriores – tentar explicar como funciona o mercado de seguros, tentar colher alguma informação, se for requerida, do órgão supervisor de seguros boliviano...



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

Se a CPI achar interessante, a Susep pode, através da sua área internacional, pedir informação para o órgão boliviano correlato à Susep.

Se fosse no Brasil, a Susep poderia pedir todos os contratos de seguro e de resseguro, todos, as apólices de seguros e os contratos de resseguros, analisar se está coberto ou não e emitir parecer dizendo "tem que pagar" ou "não tem que pagar". A Susep não pode obrigar uma seguradora a pagar. Isso para qualquer tipo de seguro. O que ela faz é emitir um parecer, dizendo "tem que pagar" e, aí, o Judiciário...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deve pagar – deve pagar.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Deve pagar.

A Susep não é um órgão do Judiciário, é um órgão do Executivo, então, emite parecer técnico.

No laudo do automóvel, como comuniquei, se fosse o alagamento, a Susep iria fazer um parecer à área técnica, ao analista técnico: "A seguradora X tem que pagar, porque está alagado". E a seguradora teria que pagar. E, aí, o contrato de resseguro, nesse caso específico de automóvel que eu coloquei como figurativo, iria discutir com a seguradora; e a Susep estaria acompanhando a solvência da seguradora, para ver se aquele valor de resseguro faria falta ou não.

Trazendo para o Brasil, agora, mais uma vez, para o mercado de seguros como um todo, se um contrato... Uma seguradora no mercado aeronáutico não tem capacidade de absorver todo o risco. Ela procura um ressegurador, sempre. Então, ela tem que ter o seu risco operacional ali bem avaliado para ver se a apólice de seguro e o contrato de resseguro estão casando. Pelo caso da tragédia da Chapecoense me parece que não estava.

Então, o órgão regulador boliviano, provavelmente, pode requerer esses dois contratos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agora, só para reforçar aqui: o Senador Esperidião Amin falou muito bem, a Tokio Marine Brasil é como se fosse uma filial. Tem uma matriz que é a *holding*, que é a japonesa, não é? É evidente que existe essa filial aqui, que é a Tokio Marine Brasil, exatamente por exigência legal. Não caberia à *holding*, que é a que determina todos os procedimentos, porque afinal de contas é a empresa, não caberia nenhuma responsabilidade aí com a *holding*?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Pela legislação de mercado de seguros atual, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas a Susep não entende ou não poderia ajudar no sentido de que nós precisamos aperfeiçoar a nossa legislação, exatamente para dar respaldo para que não aconteça...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Aperfeiçoar a legislação, eu acho que a gente está, vem participando, com o Congresso, em algumas Comissões. Acho que o senhor mesmo comunicou, hoje, de manhã, que ia receber a nossa superintendente para uma reunião. A gente está sempre disponível e tentando melhorar a nossa legislação, participar junto com o Congresso para alteração de legislações.

Como eu falei, o Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986, que determina o seguro obrigatório. Na Comissão, com o Senador Espiridião Amin e a Senadora Leila, a gente tinha falado que os valores eram baixos. E a Susep vem propondo a regulamentação dessa lei através do CNSP.

Então, em 2017, a gente propôs uma alteração para tornar a Resolução do Seguro reta mais moderna, junto com o Conselho Nacional de Seguros Privados. Agora, hoje, pela legislação atual, nós não temos jurisdição na *holding* japonesa. Nós temos jurisdição para colocar... Por exemplo, se na Tokio Marine Brasil houvesse um problema de solvência, houvesse... Se ocorreu um alagamento, uma seca, ela não tivesse dinheiro suficiente...

Se acontecer uma catástrofe, seja ela seca ou em automóvel, um alagamento, ela não tiver dinheiro suficiente, a Susep pode requerer que os acionistas aportem recursos no Brasil para ela continuar solvente. Então, a gente vai para o conselho de administração da sociedade seguradora e requer que os acionistas aportem recursos para a sociedade continuar solvente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, V. Sa. entende que perante os passageiros do voo, que são os beneficiários do seguro, não caberia negativa de indenização pela Bisa, pois foi justamente ela que permitiu que o voo ocorresse sem a devida proteção de seguro? Nesse caso, como a Susep poderia participar desse processo para ajudar a resolver essa questão?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A gente está participando da maneira que a gente consegue participar. Realmente, eu vinha acompanhando, já participei uma vez, e a gente não tem jurisdição com a Bisa. Ela não está sob a nossa jurisdição. Ela está sediada na Bolívia. Ela não tem nenhum tipo de escritório ou representação ou negócio no País. E acredito também que... Eu não sei, é mais com a Anac. Por que a Anac não autorizou que o voo viesse ao Brasil pegar os passageiros? Então, eu não sei se foi autorização em função do seguro...

O SR. PRESIDENTE (Espiridião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está explicado ali, olha. É isso aí.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – É.

Então, a partir do momento que o voo começou na Bolívia, infelizmente, foi contratada uma seguradora, era uma operação de seguros na Bolívia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, a contratação era do Brasil para lá. Depois é que...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – A contratação da Chapecoense... Quando a Chapecoense contratou...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A Chapecoense contratou dois voos: um do Brasil para lá e depois de lá para a Colômbia. Então, nessa contratação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas é porque a LaMia foi contratada para fazer o voo de Chapecó até o destino, e a Anac não aprovou. Aí, a LaMia contratou uma outra empresa para ir para a Bolívia, e da Bolívia, então, é que houve esse voo. Entendeu? Então, na prática, para a Chapecoense estava tudo o.k. Era para sair daqui normal, com seguro, tudo certinho. A própria LaMia que fez toda essa lambança aí. E veio a Bisa, que é a seguradora, que acabou recusando... Por isso...

É o seguinte: além da Bisa, você tem a resseguradora. Aí é que nós queremos que a Susep, o Governo Federal, alguém tome providência no sentido de exigir que haja justiça nesse caso.

Se a resseguradora Tokio Marine Brasil disser: "Ah, a não tenho nada com isso", bem, temos que ver a *holding*, que tem sim, até porque ela é dona da Tokio Marine Brasil. Se ela pudesse operar do Brasil sem ter que criar filial, ela faria, independentemente da filial. Então, a Tokio Marine Brasil só existe por exigência legal, porque senão seria uma filial comum da Tokio Marine japonesa.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Senador Izalci, posso só colocar uma coisa?

Diante disso que vocês estão falando, tem uma questão que é tão óbvia, com o perdão da palavra, ela chega a ser ridícula. Eu gostaria de saber como é que a Susep encara isto. É claro que vocês não têm absolutamente nada a ver com isso, mas é uma questão tão pueril. Como é que um seguro tem uma cláusula de exclusão territorial para o local de destino? Isso é inaceitável!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E deixa decolar!

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Sabe, isso é como se essas empresas estivessem brincando. E, agora neste momento, quando eles realmente dão de ombros a uma solicitação do Senado, é como se eles estivessem desacreditando das autoridades brasileiras, porque chega a ser ridículo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É verdade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Na verdade, não tinha seguro. Se vocês viajam da Bolívia... O que é proibido pela legislação de qualquer país.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – O.k., mas você concorda que a Aon trabalhou essa cláusula de exclusão territorial – trabalhou com um contrato com essa cláusula –, a Tokio Marine da mesma forma, e a Bisa também?

Então, é inacreditável isso.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – O segurado sabia dessa cláusula e voou para a Colômbia?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Não, o segurado... Os jogadores...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – A LaMia?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A LaMia sabia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E teve autorização para decolar.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – A LaMia sabia, mas veja só: o voo foi... Esse contrato foi fechado por um corretor. O corretor é um vendedor. Na verdade, ele é o atravessador, ele que faz a intermediação. Então, quando ele quando o Sr. Simon, da Aon, negociou com a Loredana, eles já sabiam dessa cláusula de exclusão territorial.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Eles sabiam desse voo para a Colômbia?

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Sim.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Aí é estranho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eles já fizeram isso para reduzir o preço da apólice, que era de US\$300 milhões. Depois, apesar de o contrato ter sido feito de US\$50 milhões, ainda fizeram esse cambalacho no sentido de fazer uma apólice... É aquele negócio: a LaMia não podia voar porque não tinha seguro; não tinha seguro porque não podia voar. E aí fizeram, para resolver essa questão, uma apólice específica para aquele voo, excluindo o destino. Quer dizer, não vai ter risco nenhum, porque, se é daqui para lá, na hora em que chegar lá, se tiver alguma coisa...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Eu vou colocar até para ajudar os autos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Aqui no Brasil, no voo interno, existe essa possibilidade de fazer um seguro de Chapecó para Natal e excluir Natal do seguro?

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Com exclusão territorial de Natal.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Não, não vai autorizar o voo. Não vai ter o seguro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pode fazer o seguro excluindo só Natal, mas vai passar em Cuiabá, vai passar não sei onde.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Mas aí a gente fala de passageiros que não tinham a menor condição de saber. Você entende?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Tudo bem, não tinha, mas tem clube, tem muita gente intermediando essa situação.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Sim, lógico.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – É tão sórdido isso para mim, que eu estou aqui... Quanto mais vem informação, mais eu fico assim: olha, tem muita gente aqui que também a gente não pode descartar. Tem gente que não está nem para se defender aqui. Tem clube, tem Connebol, tem...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Ele não sabia que o voo... Ele não desconfiou, de alguma maneira, que o voo estava saindo da Bolívia e não foi autorizado pelo Brasil?

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – César, olha só: quem deveria realmente ter ciência disso e ter vetado ou não ter feito são o corretor e as seguradoras e a Bolívia e a Colômbia. É por isso que nós achamos importante que seja feito o levantamento dessas questões legais da Bolívia e da Colômbia, porque a Bolívia jamais poderia ter deixado esse voo sair do solo, porque, até onde eu entendo, no meu humilde conhecimento, senso comum, o seguro de uma aeronave é diferente do seguro de um carro. O seguro do carro é minha responsabilidade total. Agora, o seguro da aeronave deve ser checado pelas autoridades reguladoras, pelas autoridades que liberam o voo antes de o voo sair.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Perfeito. É checado.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Então, esse é o nosso apelo. É isso... Esse é o outro ponto em que nós batemos, essa é a nossa retórica.

A mesma coisa a Colômbia. A Colômbia vai receber esse avião. Então, o.k., foi aprovado no horário X, o espaço aéreo vai ser ocupado por aquele avião, pelo que eu entendo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas ele não pode descer.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Mas ele não pode descer. Agora, se cair lá também, ferrou. Entendeu? Desculpa, mas foi o que aconteceu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Exatamente.

A SRA. MARA PAIVA (Para expor.) – Então, como é que pode? Como é que a Colômbia aceita receber o voo, a Bolívia aceita liberar o voo, essa corretora faz essa corretagem desta forma, a seguradora e a resseguradora também anuem a isso? Não dá! Não é? Como é que vocês veem isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A gente precisa ver, a Susep precisa nos ajudar com relação a essa questão: como é que nós vamos, oficialmente, com o Governo – a Susep é uma instituição governamental – resolver esta questão?

A seguradora Bisa era responsável pela apólice que dava cobertura ao voo em discussão. Na apólice de seguro comercializado pela Bisa e a Aon havia manifestas incompatibilidades com as operações realizadas pela LaMia. Em específico, existiam excludentes territoriais, que é o caso que foi falado aqui, que sabidamente desnaturava o próprio contrato de seguro, porque excluía o local de destino do seguro, na medida em que eram incompatíveis com os voos realizados pela LaMia, incluído o voo da equipe da Associação Chapecoense de Futebol. A Bisa e a Aon ainda tinham inequívoco conhecimento de que a LaMia transportava jogador de futebol e mesmo assim contrataram uma apólice com a cobertura absolutamente incompatível com o risco envolvido no transporte dessa classe de passageiros. Então, eu pergunto: V. Sa. entende que, embora fosse público e notório que a LaMia realizasse voos para a Colômbia transportando equipe de futebol, a seguradora Bisa, por não ter comunicado tais irregularidades às autoridades competentes – mesmo porque participou da confecção da apólice, da última apólice –, não poderia negar a cobertura securitária baseada em cláusula de exclusão geográfica, que proibia voos para a Colômbia, e/ou agravação substancial de risco pelo transporte de equipe de futebol? Poderia desenvolver um pouco mais esse raciocínio? Quer dizer...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Mais uma vez: se no contrato de seguro estava escrito que cobria, independente da comunicação ou não... Se no contrato de seguro está escrito que cobria, o seguro da Bisa, só a exclusão internacional, se fosse no Brasil, a seguradora seria responsável por pagar os 100% da indenização.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Inclusive, contratual e extracontratual – que havia inclusive.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – O extracontratual é legal. Aí é determinação da Justiça. Mas o contratual... Se você faz um seguro, e o seguro diz: "não cubro passar na Colômbia"... O seguro não fala nada, e o resseguro que fala, o segurado, que no caso é a LaMia... Na verdade, ele até conversou com o ressegurador, mas numa operação comum de seguro, não haveria esse contato com o ressegurador. Mas no caso, pelo o que o Senador falou, até a LaMia sabia que não havia essa cobertura. Então, mais uma responsabilidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sabia.

Bem, eu acho que já respondeu, mas para ficar gravado isso.

V. Sa. tem compreensão de que, uma vez que a lei obriga a contratação de seguros, é nula de pleno direito qualquer cláusula que exclua o dever de reparação do segurador? Não haveria no caso concreto a presunção absoluta de existência do seguro? Poderia desenvolver um pouco mais isso?. É o caso que você falou há pouco.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Em todo seguro, independente de qual é o tipo de seguro, há cláusula de exclusão. Então, não é o caso, porque nesse caso, nesse acidente, a seguradora parece que não tinha cláusula de exclusão geográfica, mas em todos os seguros há cláusula de exclusão. O seguro não cobre todos os riscos. Alguma coisa não é coberta.

Por exemplo, a gente pode... No RETA, que é o seguro obrigatório, não cobre quando for dolo ou culpa grave do representante do segurado. Então, o seguro obrigatório RETA, que é fiscalizado no Brasil, é um caso, porque, se for culpa, dolo, se tiver intenção de matar ou culpa grave – aí depende de a Justiça determinar se houve culpa grave ou não –, não há cobertura. Então, há alguns tipos de.... Se for problema de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas no caso aqui específico...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – No caso, não. Estou falando em geral.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Aqui, houve um plano de voo. Aqui houve um detalhe assim: houve o plano de voo e a questão do combustível. E a causa principal foi a falta de combustível. Neste caso, inclusive, ninguém iria botar menos combustível para matar ninguém. Então, não estaria enquadrado nisso.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Não, é claro que não, principalmente porque o piloto faz parte do... Dolo, não. Acredito que culpa grave também não. Esse ia para o Judiciário. Mais uma vez, se fosse no Brasil, sempre o seguro de responsabilidade ou é pago por determinação judicial ou por acordo entre as partes, com a presença da seguradora. Então, um seguro de responsabilidade é uma responsabilidade civil e é pago dessas duas formas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Há aqui, inclusive, nesta mesma linha: de que modo que a Susep enxerga esse fundo de ajuda humanitária que foi proposta pela seguradora Bisa e pela Tokio Marine, que obriga as vítimas à desistência de eventuais ações bem como à renúncia a qualquer direito relativo ao acidente, excluindo de responsabilidade parte dos envolvidos? A Susep não dispõe de atribuição legal para defender os interesses dos beneficiários do seguro? Já foi adotada alguma medida pela Susep em relação ao caso concreto analisado aqui? Não? O que a Susep já fez com relação a isso?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Não, porque, na verdade, a jurisdição não é nossa.

Então, o que a gente pode é atuar como a gente vem atuando, explicando. Se houver a possibilidade de ocorrer qualquer tipo que venha a ocorrer na legislação local, nossa, a gente pode tentar de alguma forma enxergar isso e ajudar o Legislativo a atualizar a nossa lei.

Mas, no caso concreto, a gente não tem jurisdição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. concorda que, a exemplo do que a jurisprudência já decidiu acerca do seguro obrigatório de veículos, o inadimplemento do prêmio não pode justificar a negativa da cobertura? Poderia desenvolver também, falar um pouco sobre isso.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – O seguro obrigatório de veículos tem uma lei própria que trata sobre isso. Então, a lei diz que há que ser pago, independentemente – a lei seis mil, cento e alguma coisa, de 1974 – se houve pagamento do prêmio ou não se tem um seguro contratado ou não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não é o caso deste.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Não é o caso desse; nesse, teria que ver o contrato, a legislação boliviana. Pode ser que, na legislação boliviana, como a gente tem seguro obrigatório de automóvel com essa característica, pode haver essa característica também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nós já pedimos a análise dessa legislação.

Em que pese às apólices terem valores distintos, dadas as circunstâncias que envolveram tantos passageiros quanto a tripulação da LaMia serem idênticas, V. Sa. saberia nos explicar por que razão a seguradora Bisa reconheceu o sinistro para a tripulação boliviana e pagou as indenizações devidas, mas não teve o mesmo entendimento em relação aos brasileiros?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Eu acho muito estranho, porque, na verdade, nossas coberturas, mais uma vez no seguro obrigatório, são separadas, tem para os tripulantes e tem para os passageiros, mas o evento é o mesmo.

Se você reconheceu culpa em um evento, reconheceu que tem que ser paga uma indenização para os tripulantes... Então, eu só acho estranho. Acho totalmente... Não tem o que falar, se o evento foi o mesmo, não é? O contrato de seguro é o mesmo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, esse, não! Houve um separado.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Ah, são separados! Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como aquele da Itaú também, da CBF.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Porque no Brasil normalmente tem que ser o mesmo contrato. Mas se são contratos separados, aí é uma avaliação de contratos distintos, separados.

O SR. ABEL DIAS (Pela ordem.) – Senador, permite-me uma pergunta a cada um dos integrantes da Mesa, por favor?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Primeiro, para o João.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu permito.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – João, eu vou voltar ao que eu disse lá na CRE, lá atrás, na primeira ou na segunda audiência. Eu acho que a Anac fez um bom trabalho em negar o voo. Isso é inegável. E eu volto na mesma frase, a Anac fez um bom trabalho, não fez um ótimo trabalho. É de responsabilidade da Anac conferir a documentação, e parte da documentação é um certificado de seguro, que, em duas páginas, é muito claro que está negado, não está coberto o território colombiano, assim como o peruano, etc., entre outras exclusões. Então, eu volto e acho que a Anac acertou e errou ao mesmo tempo. Independente disso, com a negativa da Anac, baseado até numa reportagem da Globo, a negativa é que o gerente da Anac – não me recordo o nome dele agora – disse que já viu em uma reportagem que a Chapecoense vai com um voo de carreira, que já regulou tudo e vai de um voo de carreira.

A minha pergunta é a seguinte: dada a negativa, a própria LaMia contrata a BoA ou faz comunicações com a BoA para fazer o primeiro trecho, até Viru Viru; e de Viru Viru até Cobija, a LaMia faria o segundo trecho. Ainda que não existam contratos de *code share* entre essas companhias, a gente, sob a ótica da Anac, sob a ótica legal, poderia entender que existiu, sim, um *code share* entre essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companhias, porque a Chapecoense não tinha nenhum evento em Viru Viru. Ela não tinha por que ir para Viru Viru. O endereço dela, o final era Cobija. Então, entendendo que isso seria um tramo só, seria uma viagem só, em que existia uma parada no meio, sob a ótica da Anac, a gente poderia entender que isso é um *code share* com a BoA?

O SR. JOÃO SOUZA DIAS GARCIA (Para expor.) – Eu não tenho informação específica dos modelos de contratos. Eu não vou ter informação para lhe responder se seria possível interpretar isso como um acordo de *code share*. Mas poderia talvez trazer a informação posteriormente com os colegas lá que tratam desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma indagação cuja feitura foi autorizada pela Presidência da Comissão. O Sr. João Souza Dias Garcia, em nome da Anac, fica nos devendo acostar ao seu depoimento uma informação, uma resposta mais precisa a respeito da indagação.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Minha pergunta para o César: César, é sabido...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixe-me só complementar porque eu achei estranha uma questão. A LaMia... O avião estava no Brasil. A negativa foi...

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Ele não chegou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não chegou a estar no Brasil?

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Não chegou a estar no Brasil, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ah, tá. Então houve a negativa do voo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não veio por causa daquilo ali.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, sim, porque foi autorizado depois. Mas em nenhum momento... O que você diz é exatamente isto, que a Anac, em nenhum momento... Se negou o voo, não poderia, em princípio... Poderia ter impedido que voasse para outro lugar que não exatamente o destino original, porque foi uma forma de ter autorização indireta, não é? Vai para a Bolívia, e de lá então, viaja clandestinamente, vamos dizer assim.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Senador Izalci, aqui a pergunta é assim: entre as companhias de carreira, quando você faz compartilhamentos, elas acabam sendo solidárias uma com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra na questão de um acidente. Então a pergunta é se poderíamos também ter a BoA, a Boliviana de Aviação, envolvida nisso tudo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Entendi.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Essa, no final, é a pergunta, já que a gente tem a LaMia, que já se exauriu, a companhia nem existe mais, mas a BoA existe, e a BoA é estatal. Então a gente tem aí mais um ente que poderia estar à mesa, em que a gente não está enfocando nenhum esforço agora neste momento.

A do César. César, é sabido e está no material da CPI que no dia 1/12, logo depois do acidente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi a pergunta que eu fiz.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Desculpa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso que você vai falar é a pergunta que eu fiz.

O SR. ABEL DIAS (Para interpelar.) – Exatamente. E aí a questão é a seguinte: sob a ótica da Susep, qual é a responsabilidade do corretor que afirma para o seu cliente que ele está coberto e que os danos vão estar amparados pela apólice e depois volta atrás e não se dá a cobertura, nega-se a cobertura do acidente? Dentro da ótica brasileira, como você bem cita, qual é a responsabilidade do corretor nesse sentido? Ele falou para o cliente dele que a apólice está coberta, e algum tempo depois, a apólice não cobria o acidente, foi negado o sinistro. Qual é a responsabilidade do corretor quanto a isso?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor. *Fora do microfone.*) – Ele tem. Se ele afirmou, ele tem responsabilidade civil, e aí (*Fora do microfone.*) teria que ser analisada a responsabilidade civil no caso. Mas os corretores de resseguro brasileiros, a gente obriga que tenham uma apólice de seguro de responsabilidade civil, justamente para que eventos como esse possam ser reparados. Mas me parece que esse foi um erro operacional. É uma responsabilidade.

O SR. ABEL DIAS – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Só para encerrar então a minha fala, Presidente, eu só quero então pedir à Susep que encaminhe para a CPI todas as sugestões com relação à contribuição da legislação, para a gente poder começar a preparar alguma sugestão de mudança na legislação.

Bem, vai passar, não sei se a Senadora...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu só queria, antes de V. Exa. encerrar, não sei se V. Exa. vai perguntar também, mas é só para a gente fechar a questão do dia 10 e do dia 17. Como a gente está marcando para dia 17 de março a presença da corretora, da seguradora e da resseguradora inglesa, e inclusive da resseguradora japonesa, a *holding*, juntamente com a Susep novamente, a Susep e também o responsável pelo Ministério da Economia, porque a gente vai saber quem é o...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – O Presidente do Conselho é o ministro, e a Vice-Presidente é a Solange.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, não, o responsável pelas normas e que é do acompanhamento.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – Então, no Conselho Nacional de Seguros Privados é o próprio ministro e a vice-presidente, a Superintendente da Susep, Solange Paiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (Para expor.) – É, o secretário da Fazenda na... Quando o ministro não pode comparecer ao Conselho Nacional, a presidência vai para a Susep e o secretário da Fazenda ocupa como Conselheiro do CNSP.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então, vamos convidá-los para o dia 17. E, como dia 17 estava prevista uma reunião também com a LaMia, o Marcos Rocha, o Ricardo Albacete e a Loredana Albacete, nós vamos antecipar para o dia 10. A gente antecipa para o dia 10, e dia 17 a gente faz, então, com essas seguradoras e resseguradoras e tal.

Então, era isso, Presidente. Essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de concluir, eu vou fazer aqui três proposições. A primeira é de aprovar os Requerimentos 26, 27, 28 e 29, o primeiro é do Senador Kajuru, os três outros são do Relator, em bloco.

3ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 26, DE 2020**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que a CPI deixe de convocar o Diretor Geral do Itaú Seguros S/A, Caio Ibrahim David, para prestar depoimento.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

3ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 27, 2020**

Requer que seja requisitada à Caixa Seguridade, subsidiária da Caixa Econômica Federal, a documentação relativa aos contratos de "joint venture" que estão sendo entre a empresa e a seguradora Tokio Marine do Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas.

3ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 28, DE 2020**

Requer que seja requisitada à Petrobrás a documentação relativa aos contratos entre a empresa e a seguradora Tokio Marine do Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas.

3ª PARTE**EXTRAPAUTA**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2020

Requer que seja convidado o Sr. Satoru Komiya, Presidente da Tokio Marine Holdings, para prestar informações sobre a participação da empresa que dirige no episódio que culminou com o acidente investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Lembrando que o do Kajuru é uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma correção de nome.

Então, são quatro requerimentos. Eu submeto para votação. Nós temos número regimental. Se ninguém tiver objeção, se a Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu os considero em votação e aprovados por inexistência de objeção.

Segundo, eu quando atalhei o senhor... Se identifique, por favor.

O SR. ABEL DIAS – Abel Dias.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Abel, é que na pergunta que eu formulei está exatamente dito isto: considerando que a LaMia recebeu em 01/12/2016, três dias após o acidente, a confirmação da Aon Londres dizendo que o ressegurador líder, Tokio Marine Kiln, havia aprovado o pagamento das responsabilidades oriundas do acidente através da apólice de seguro e depois retificou. Isso é só para lhe dizer que a sua indagação já tinha sido coberta pela minha indagação, que eu agora passo por inteiro para a assessoria.

Cumprindo ainda o dever de prestigiar a cidadania, eu quero apenas registrar a manifestação de Iurie de Araújo, do Rio de Janeiro: "Tem que liberar as indenizações o quanto antes. Chega de omissão. Respeitar o outro e suas necessidades é obrigação moral de todos".

Najara Ferreira, do Rio Grande do Sul: "Muita falta de respeito pelas famílias, esse pagamento já deveria ter sido liberado há tempos".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Yasmin Moreira, do Rio Grande do Sul: "Um verdadeiro descaso com os familiares, que também são vítimas".

E Alice Lima, de São Paulo: as seguradoras devem restituir os familiares das vítimas com valor corrigido, pagar multa de 2%, mais juros de mora de 1% ao dia".

Ou seja, são manifestações que fazem coro à nossa indignação.

Coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura eu próprio.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 10 de março, com a pauta já expressa e a ser complementada.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

